

A large, light grey, stylized graphic of a wheel or gear is centered on the page, spanning across the blue banner and extending above and below it.

Relatório Anual

2013

Grupo Media Capital, SGPS, S.A.

ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Televisão	10
Produção Audiovisual	23
Música e Entretenimento	30
Rádio	33
Digital	38
Responsabilidade Social	43
Disposições Legais	58

ANEXOS

Relatório de Governo da Sociedade

Contas Consolidadas

Contas Individuais

Certificação Legal de Contas

Relatório da Comissão de Auditoria

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração do Grupo Media Capital, SGPS, S.A. no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2013. Ao abrigo do número 6 do art.º. 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração decidiu apresentar um Relatório de Gestão único, sendo aqui cumpridos todos os preceitos legais exigidos.

RELATÓRIO DE GESTÃO ÚNICO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONTAS DO ANO: 2013

INTRODUÇÃO

A sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S. A. (“Empresa”, “Sociedade”, “Media Capital”, “Grupo Media Capital” ou “Grupo”) tem como único investimento, uma participação de 100% na MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. (“MEDIA GLOBAL”). Através desta participação a Empresa detém, indiretamente, participações nas empresas indicadas nas Notas 4 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

As designações completas das empresas incluídas neste relatório têm a devida correspondência no referido anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que são parte integrante do Relatório e Contas da Empresa.

ESTRUTURA DO GRUPO MEDIA CAPITAL

O Grupo Media Capital é atualmente o maior grupo de comunicação e entretenimento em Portugal em EBITDA (resultado operacional acrescido de amortizações e provisões do exercício) e Resultados Líquidos, com uma forte presença nos principais segmentos de media e produção de conteúdos audiovisuais. A sua estrutura operacional reflete esta abrangência e é por isso que o seu modelo organizacional tem um sentido horizontal, estando a sua atividade estruturada em cinco áreas de negócio, uma Unidade de Serviços Partilhados que centraliza todas as funções administrativas (como os recursos humanos, contabilidade, gestão financeira e de tesouraria, serviços gerais e compras) e serve as restantes empresas do Grupo, bem como a Holding.



A sua estratégia de liderança assenta numa base de qualidade, credibilidade e independência e num compromisso com o desenvolvimento da informação, cultura e entretenimento em Portugal, tendo como referência os interesses e preferências dos consumidores e anunciantes.

Em termos de reporte financeiro, a estrutura adotada inclui três áreas de negócio principais:

Televisão, Produção Audiovisual e Rádio, estando as restantes empresas e negócios – que incluem Música, Eventos e Digital – agrupadas num segmento separado. Esta estrutura de reporte tem como finalidade facilitar a avaliação e visibilidade das diferentes áreas de negócios onde a Empresa está presente, levando em conta a dimensão e as relações e sinergias existentes entre as empresas de cada segmento.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Numa perspetiva anual, 2013 caracterizou-se por um abrandamento moderado da economia mundial, sendo de destacar o reduzido dinamismo das economias avançadas (sobretudo na Europa), e o arrefecimento verificado nos países em desenvolvimento e emergentes (que aliás provocou instabilidade nos mercados financeiros). Todavia, na segunda metade do ano houve evidência de uma melhoria gradual, nomeadamente com maior atividade ao nível do comércio internacional. Na zona euro, um dos indicadores avançados mais relevantes – o indicador de sentimento económico - melhorou substancialmente no último trimestre do ano, beneficiando da maior confiança dos empresários (serviços e indústria). Os últimos dados da taxa de desemprego mostraram estabilidade, o que fortalece a perspetiva de um enquadramento económico mais favorável.

Quanto à economia nacional, e mantendo a tendência visível desde o início do ano, no quarto trimestre o indicador de clima económico melhorou, tal como outros indicadores prospetivos e coincidentes. O índice de produção industrial registou variações homólogas positivas nalguns meses do ano, o que já não acontecia desde meados de 2011. Da mesma forma, no trimestre terminado em novembro, o índice de volume de negócios do comércio a retalho teve um aumento homólogo de 0,9%, sem precedente desde junho de 2010. Indicadores avançados relativos ao investimento também evidenciam uma matização da tendência de forte queda que nos acompanhou durante vários anos. Por seu turno, as exportações líquidas têm sido o principal pilar da economia.

Ou seja, de forma sumária, embora a economia Portuguesa ainda esteja no início do processo de correção dos severos desequilíbrios macroeconómicos que a afetam, as últimas indicações são encorajadoras. É nesse sentido que vão as últimas projeções económicas, com o Banco de Portugal a apontar, no seu boletim económico de inverno, para uma queda real do PIB de 0,4% em 2013, mas a prever, já em 2014, um crescimento do PIB de 1,1%.

Evolução do Mercado Publicitário

Acompanhando a tendência verificada no contexto económico geral, o mercado publicitário de agências e antes de *rappel* registou uma nova contração em 2013, embora seja de assinalar o abrandamento do ritmo de queda (8%, 10pp menos acentuado que no ano anterior). Este recuo afetou todos os meios, à exceção do Digital que cresceu cerca de 15% e da TV por subscrição que registou uma subida de aproximadamente 3%.

Nos restantes setores, o ano foi especialmente penalizador para o segmento de Imprensa, que registou uma quebra aproximada de 16%, com a percentagem de quebra a ser superior no caso dos jornais, ao passo que o segmento Cinema ficou 23% abaixo do ano anterior. O segmento Exterior foi de novo penalizado, perdendo quase 11%.

No que respeita aos segmentos nos quais o Grupo está presente, a Televisão em aberto terá recuado cerca de 7%. Por seu lado, a Rádio caiu cerca de 13%, com uma quota de 7% no total do investimento. O Grupo estima ter ganho quota no global do mercado de publicidade.

Depois de cair pelo sexto ano consecutivo, é todavia incerto um cenário de recuperação do investimento publicitário do mercado em 2014, não obstante os dados positivos verificados no final de 2013.

PRINCIPAIS FACTOS EM 2013

- O resultado líquido do Grupo Media Capital foi de € 13,7 milhões, crescendo 15% face a 2012.
- Os proveitos operacionais recuaram somente 1% face a 2012, apesar da queda de investimento no mercado de publicidade, tendo o Grupo beneficiado do ganho (estimado) de quota e da aposta no desenvolvimento de fontes de receita complementares à publicidade.
- Ainda em relação ao mercado de publicidade, os últimos elementos disponíveis evidenciam sinais de recuperação, com um crescimento homólogo de 1% no terceiro trimestre e de 4% nos últimos três meses do ano, no que respeita ao segmento de televisão em sinal aberto.
- A TVI manteve a liderança de audiências em televisão, registando uma média de quota de audiência de 24,6% e de 27,7%, no total do dia e no horário nobre, respetivamente. A diferença face ao segundo canal mais visto foi de 3,5pp no primeiro caso e de 1,2pp no segundo. A liderança da TVI em audiências mantém-se quando a leitura destas é feita por grupos de canais, com 26,5% no total do dia (29,3% em horário nobre). A TVI continua a apostar nos melhores conteúdos, tendo lançado o canal +TVI em janeiro, ao mesmo tempo que expandiu a presença da TVI Internacional

e dos seus canais por cabo. Na vertente financeira, o segmento de Televisão obteve um EBITDA, ajustado de indemnizações e de mais-valia com venda de participações de € 37,0 milhões (margem de 25,5%), representando uma subida de 12% em relação a 2012, mercê de um bom desempenho dos proveitos operacionais e de uma evolução controlada dos gastos.

- O segmento de Produção Audiovisual registou uma melhoria da rentabilidade no último trimestre, com o EBITDA ajustado de indemnizações a atingir € 1,4 milhões (+90% face aos últimos três meses de 2012). As atividades de conceção de cenários e de prestação de serviços técnicos prosseguiram, com sucesso, o processo de internacionalização. O Grupo continua a aposta simultânea na melhoria de conteúdos e na eficiência operacional, perspetivando-se uma melhoria dos resultados deste segmento no ano 2014.
- O EBITDA do segmento de Rádio ascendeu a € 3,2 milhões em 2013 (margem de 22,4%), num ano recorde de rentabilidade e audiências. O destaque principal na atividade refere-se à melhoria contínua da quota de publicidade, em resultado do bom desempenho de audiência. A MCR teve uma variação de cerca de 13pp acima do mercado (que recuou 13%). A Rádio Comercial registou a oitava medição consecutiva de audiências na liderança.
- No Digital, o tráfego da rede de sites obteve um crescimento global de 74% em 2013, com especial destaque para o conjunto das propriedades TVI, que registaram uma quota de 49,5%, liderando de forma clara o seu segmento em Portugal.

BREVE ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

No ano 2013 o Grupo Media Capital registou um total de rendimentos operacionais consolidados de € 181,7 milhões, valor que corresponde a uma queda homóloga de somente 1%, com o Grupo a conseguir compensar quase totalmente os impactos da queda do mercado publicitário (no qual se estima que tenha ganho quota).

Os gastos operacionais ficaram praticamente inalterados face ao ano anterior. Excluindo da análise as indemnizações registadas em ambos os anos ter-se-ia verificado uma queda.

O EBITDA consolidado do Grupo atingiu um valor de € 38,8 milhões, com uma margem de 21,4%. Excluindo o impacto das indemnizações, levadas a cabo em virtude da necessidade de ajustamento das estruturas dos vários negócios ao enquadramento macroeconómico e setorial, bem como as mais-valias verificadas na venda de ativos financeiros, o EBITDA ascendeu a € 40,7 milhões, 2% acima do observado em 2012, com a margem a expandir 0,7pp para 22,4%.

O resultado operacional (EBIT) consolidado atingiu os € 29,4 milhões (1% abaixo de 2012), enquanto o resultado líquido ascendeu a € 13,7 milhões (+15%), beneficiando também dos menores encargos financeiros líquidos, assim como de menos imposto.

Os rendimentos de publicidade recuaram 7% (estimando-se que o mercado tenha sofrido uma queda de 8%) situação que ocorreu devido ao peso do segmento de Televisão, no qual a publicidade recuou 9%. No segmento de Rádio verificou-se uma estabilização, ao passo que o segmento Outros ficou 1% abaixo do ano transato. O Grupo Media Capital estima ter ganho quota de mercado de publicidade em 2013.

Os outros rendimentos operacionais, compostos (entre outros) por rendimentos de produção audiovisual, serviços multimédia e direitos de transmissão, subiram 8%, com o impacto a advir sobretudo do segmento de Televisão, que compensou a queda verificada no segmento de Produção Audiovisual.

EVOLUÇÃO ESPERADA DA ATIVIDADE EM 2014

Tendo em atenção o período de ajustamento macroeconómico que Portugal atravessa, avizinha-se um ano em que o consumo privado continuará sob contenção. Ainda assim, a evolução dos principais indicadores macroeconómicos com impacto na atividade do Grupo é positiva quando comparada com os últimos anos, pelo que a expectativa é de uma maior estabilidade do mercado de publicidade, o que é suportado pelos dados dos últimos meses de 2013.

Neste enquadramento, e à semelhança dos anos anteriores, a TVI continuará a proteger os horários de maior rentabilidade, mantendo em simultâneo um rigoroso controlo de custos quer ao nível da programação quer ao nível da estrutura. A exploração de receitas que não publicidade tradicional continuará a ser crítica, sempre com o objetivo último de liderança na qualidade e na rentabilidade. A entrada da TVI em novas plataformas, a sua manutenção como estação líder e de referência no mercado nacional, assim como uma tônica muito importante na oferta não linear e na interatividade como formas de fidelização e monetização adicionais, serão uma realidade reforçada ao longo de 2014.

No segmento da produção audiovisual, o esforço efetuado pelo Grupo em Portugal ao nível da concentração dos centros de produção, meios técnicos e cenários, para além da adequação da estrutura fixa de produção permite perspetivar melhorias de eficiência relevantes, refletindo-se em menores custos, ao mesmo tempo que a qualidade e tempo de execução também saem beneficiados. Em consequência da reorganização encetada, a exploração da componente internacional fica também mais facilitada.

Na Rádio, e não obstante a mudança de metodologia de cálculo de audiências, o conjunto das rádios da MCR bateu de novo recordes das mesmas (impulsionadas, essencialmente, pela Rádio Comercial) e registou uma performance comercial bastante positiva face ao comportamento do mercado no setor. Os objetivos para 2014 passam por manter a liderança alcançada em 2012 com a Rádio Comercial e reforçar os restantes formatos. Pretende-se também, de uma forma transversal para todas as rádios, manter a aposta feita em novas oportunidades de negócio e soluções de mercado, através do reforço da presença digital e no terreno junto do público nos grandes eventos e festivais musicais mais marcantes do panorama nacional.

No caso da Media Capital Musica e Entretenimento, é expetável que o mercado de venda física de música continue a reduzir-se. Nesse sentido, e percebendo o Grupo que o valor do negócio da música está cada vez mais numa abordagem 360º com os artistas, o GMC apostará em fontes de receitas emergentes, com destaque para eventos, agenciamento, patrocínio, direitos conexos e vendas digitais.

Na área de atuação da Media Capital Digital, e não obstante a envolvente económica negativa, as perspetivas são de um aumento da sua dimensão relativa face à generalidade dos outros media. Nesse sentido, e tendo em atenção a crescente importância do consumo de conteúdos em múltiplas plataformas, interfaces e de diferentes maneiras (linear, não-linear, móvel, vários média em simultâneo), é estratégico para o Grupo estar na linha da frente destes desenvolvimentos e capitalizar a sua já comprovada capacidade de inovação.

Por fim, importa no entanto referir que o grau de incerteza a nível macroeconómico, bem como algumas alterações estruturais porque passa a indústria dos media, dificultam de forma acrescida qualquer tipo de projeção.



Televisão

INTRODUÇÃO

O segmento de Televisão incorpora a TVI bem como a Publipartner, empresa do Grupo com atividade nas áreas de gestão de marketing e de parcerias, com o objetivo de desenvolver receitas complementares à publicidade.

Para além do canal em aberto líder de audiências em Portugal, a TVI conta ainda com os canais TVI24, TVI Internacional, TVI Ficção e +TVI, lançados, respetivamente, em 2009, 2010, 2012 e no início de 2013. O conjunto de canais da TVI liderou em 2013 com um share de 26,5% (a segunda e terceira posições em termos de grupos de canais obtiveram shares de, respetivamente, 24,3% e 17%), tendo sido o único com variação positiva relativamente ao ano anterior. O portfólio dos canais TVI inclui ainda o TVI Direct, destinado à emissão em direto 24 horas dos reality shows da estação generalista.

Ao longo do ano, o conjunto dos canais da TVI proporcionaram em 2013 uma cobertura média diária de 5 milhões 758 mil indivíduos no total do dia e no horário nobre este mesmo indicador é de 4 milhões e 200 mil indivíduos dia.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2013

Em termos de desempenho financeiro, e não obstante o difícil enquadramento económico, o segmento de Televisão viu os seus rendimentos operacionais totais subirem 3%.

Os rendimentos de publicidade recuaram 9% face ao ano anterior (a Media Capital estima que o mercado publicitário em sinal aberto tenha recuado cerca de 7%) enquanto os outros rendimentos no segmento de Televisão subiram 25%, compensando assim o comportamento negativo do mercado de publicidade no que ao desempenho anual diz respeito.

Os gastos operacionais subiram 2% face ao ano anterior, relacionado com o aumento de rendimentos, não obstante as poupanças conseguidas na generalidade da atividade. Com efeito, a TVI reduziu os seus gastos de programação, facto especialmente notório ao nível dos conteúdos de produção de ficção nacional, assim como de desporto (Liga dos Campeões e Taça da Liga em 2013 vs Superliga, Euro, Liga dos Campeões e Taça da Liga em 2012). Este esforço de poupança foi possível, apesar do impacto da entrada de dois novos canais (TVI Ficção e +TVI, embora o primeiro tenha sido lançado em outubro de 2012).

Excluindo da análise as indemnizações registadas, assim como as mais-valias na alienação de ativos financeiros, a combinação da evolução dos rendimentos e dos gastos operacionais resultou num

EBITDA corrente de € 37,0 milhões, que compara com € 33,2 milhões em 2012 (+12%), com a margem respetiva a expandir de 23,4% para 25,5% (+2,1pp).

NOTA INICIAL

No final de 2013, a TVI passou a adotar de forma completa os dados da fonte GfK como referência para a sua informação de audiência tornada pública.

No painel GfK, a partir de 11 de março de 2013 o mercado de medição de audiência com base em painel de lares de audimetria passou a incorporar as estimativas de população resultantes dos dados do recenseamento de 2011 (INE) cruzados com os dados obtidos a partir do Establishment Survey efetuado no segundo semestre de 2012. Esta incorporação de novas referências teóricas resultou na continuidade do processo de adequação do painel GfK iniciado em 2012, habitualmente designado por Plano de Ação da CAEM (PAC).

Assim, o universo de consumo de televisão, habitualmente designado como o conjunto de indivíduos com 4 e mais anos residentes em lares portugueses com pelo menos um aparelho de televisão, foi estimado em 9 milhões e 684 mil indivíduos, distribuídos numa referência teórica de 3 milhões e 869 mil lares.

A medição de audiência é efetuada através da recolha eletrónica de comportamento dos indivíduos constantes de um painel de 1100 lares representativo dos universos acima referidos. O comportamento individual é segmentado e agregado de acordo com algumas características sociodemográficas de base, habitualmente usadas para o dimensionamento e valorização da comunicação publicitária. Entre outras variáveis individuais, são discriminadas o género, o grupo de idade de pertença, o *status* social presumido, o *status* de atividade e a residência em lares com TDT ou outro tipo de distribuição de oferta (Cabo, IPTV, Satélite, etc.).

2013 - LÍDER PELO NONO ANO CONSECUTIVO

Pelo nono ano consecutivo e a comemorar vinte anos de vida, a TVI afirmou-se em 2013 como o canal mais visto na televisão portuguesa, de acordo com a GfK.

A estação obteve ao longo do ano e para a totalidade do dia uma quota média de 24,6% em total de indivíduos, o que representa uma vantagem de 3,5 pontos percentuais sobre o seu concorrente mais

direto, que registou 21,1% no mesmo parâmetro, tendo a terceira posição registado 13,1% nesse indicador.

Ainda na média de 2013, mas no horário nobre (entre as 20 e 24 horas) a TVI registou uma quota média de 27,7% liderando de forma absoluta com a sua oferta tripartida de entretenimento, informação e ficção portuguesa. As segundas e terceira posições obtiveram 26,5% e 10,8% de quota no mesmo intervalo horário.

O conjunto dos canais temáticos distribuídos exclusivamente por cabo ou plataformas similares obteve uma quota de 28%, não tendo este valor ido além dos 23,7% no horário nobre. Nenhum destes canais obtém mais de 2% de audiência, o que traduz uma elevada dispersão de consumo e de consumidores.

Neste ano o melhor dia de semana da estação foi de novo o domingo, dia habitual de fortes conteúdos de entretenimento e a presença, no serviço noticioso das vinte horas, do Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

PROGRAMAÇÃO

Em 2013 a TVI continuou a ir de encontro às preferências dos portugueses, oferecendo conteúdos relevantes, atuais e de qualidade nas áreas da Ficção - nacional e internacional - Informação, Desporto e Entretenimento, este último com base em grandes formatos de origem internacional adaptados à realidade portuguesa.

Ficção Nacional

A Ficção Nacional permaneceu em 2013 como um dos alicerces da programação da TVI, mantendo-se como o produto regular mais visto no horário nobre e com penetração em múltiplos segmentos da audiência. Nesse sentido, a TVI manteve a sua estratégia de distribuição dos conteúdos de ficção, com a emissão de uma oferta transversal a todos os públicos.

Ao longo de 2013 a TVI estreou três novelas no horário nobre, todas com excelentes resultados de audiências ao longo da sua emissão. Da autoria de António Barreira, “Destinos Cruzados” (estreada em janeiro) obteve uma audiência média de 1 milhão e 200 mil espectadores e 28,2% de share em total de indivíduos. Em abril, iniciou-se a novela “Mundo ao Contrário” da autoria de João Matos, que registou 822 mil espectadores de audiência média e um share de 26,8%. No target nuclear, indivíduos do sexo feminino, esta novela obteve um share de 30,8%. Ainda em emissão, “Belmonte”, um épico

passado na planície alentejana, revela um share de 28,5% e 1 milhão e 300 mil espectadores. No target feminino obteve uma audiência média de 814 mil indivíduos e 31.3% de quota de audiência.

Em setembro, a TVI estreou a série de ficção “I Love It”, uma produção da Plural emitida ao final da tarde, que registou, no target núcleo, um share de 26%.

Este ano a estação decidiu apostar de forma continuada numa linha de segundas exibições de novelas após o “Jornal da Uma”, com a reposição de alguns dos seus maiores sucessos e a resposta do público tem-se revelado excecional com a conquista clara deste horário de forma muito estruturada e com resultados sólidos a longo prazo:” Tempo de Viver”, “Ninguém como Tu” e a “Outra” (29,9%, 27,4% e 29,4%, respetivamente) lideraram no seu horário de exibição.

Informação e Desporto

Ao longo de 2013 a TVI ofereceu aos consumidores portugueses um total de 1629 horas de informação de atualidade, assentes essencialmente em dois jornais diários e no programa informativo das manhãs de segunda a sexta-feira.

Tal como no ano anterior, os dois principais blocos de informação lideraram nas respetivas faixas horárias. Na hora de almoço, o “Jornal da Uma” foi o mais visto com um share médio anual de 27,6% com base em 694 mil espectadores de segunda a domingo. Durante os dias úteis este jornal é ainda mais forte com uma quota de audiência de 28,5%.

Às 20 horas, o “Jornal das 8” registou 26,2% de share ao longo do ano, com base em 1 165 mil espectadores de segunda a domingo, dia em que lidera de forma mais evidente e no qual conta com o comentário do Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Dos grandes eventos políticos do ano, destaque para a emissão especial das “Eleições Autárquicas”, que obteve uma audiência média de 1 milhão e 464 mil espectadores com um share de 28,5%, valores que garantiram uma liderança clara nessa noite eleitoral.

Ao longo de 2013 a informação da TVI manteve a marca “Repórter TVI” com vinte e nove emissões que alcançaram uma audiência média de 1 milhão e 390 mil espectadores e uma quota de audiência de 28,3%.

Em matéria desportiva a TVI assegurou em 2013 a transmissão exclusiva em sinal aberto da Champions League e da Taça da Liga, direitos que detém até 2015 e 2014, respetivamente. Para um total de dezasseis jogos transmitidos (das épocas 2012/2013 e 2013/2014) ao longo do ano, a estação obteve uma audiência média de 2 milhões e 47 mil indivíduos correspondendo a uma quota de 41,9%, valor que sobe para 50,7% no target masculino. A melhor ocorrência foi a transmissão do

jogo entre o Olympiacos e o Benfica o qual registou uma audiência média de dois milhões e 270 mil espectadores (45,5% de quota).

A transmissão da Taça da Liga foi igualmente relevante no portfólio da estação, que transmitiu em 2013 seis jogos da competição, que registaram no seu conjunto uma audiência média de 1 milhão e oitocentos mil espectadores, com uma quota média de 39,7% (47,2% no target masculino).

Entretenimento

No capítulo do Entretenimento, a TVI conseguiu de novo manter durante este ano uma forte adesão dos espectadores relativamente à sua oferta que, a par da continuidade dos conteúdos de entretenimento diário que asseguram uma elevada fidelização do público, consolidou outros formatos que garantiram picos de liderança de audiências, nomeadamente aos fins-de-semana.

No que respeita à emissão regular semanal, de segunda a sexta-feira a liderança das manhãs da TVI saiu reforçada, tendo o “Você na TV” obtido uma média de 423 mil espectadores para uma quota líder de 30,6%. No período da tarde, “A Tarde é Sua” assegurou 403 mil espectadores e 23,2% de share.

Emitido em direto nas tardes de domingo a partir de várias regiões do país, o “Somos Portugal” consolidou-se na grelha da TVI, tendo as 48 emissões do ano alcançado um share líder de 27,8% com base numa audiência média de 920 mil consumidores. As tardes de sábado foram ocupadas por “Não Há Bela Sem João” o qual obteve uma audiência média de 730 mil consumidores e 22,9% de share de audiência.

Os grandes formatos de entretenimento estiveram de novo em destaque ao longo de 2013. A terceira edição de “A Tua Cara Não me É Estranha” liderou confortavelmente nas noites de domingo, sendo que o programa apresentado por Manuel Luís Goucha e Cristina Ferreira registou na totalidade uma média de 1,3 milhões de indivíduos e um share de 37,9%. Destaque igualmente para a emissão do “Big Brother VIP” com uma distribuição similar aos *reality shows* anteriores: a edição de domingo - gala semanal apresentada por Teresa Guilherme -, registou uma audiência média de 1,5 milhões de espectadores e uma quota de audiência de 37,5%. Na segunda metade do ano chegou a quarta edição de “Secret Story - Casa dos Segredos” que, não obstante a pressão da concorrência, liderou também de forma clara, tendo as galas de domingo obtido um share de 35,4% e 1,5 milhões de espectadores.

No verão, estreou um novo programa na antena da TVI: “Dança com as Estrelas” apresentado por Cristina Ferreira, liderou aos domingos com um share de 34,7% com base numa audiência média de 1 milhão e 453 mil indivíduos.

A exemplo do que havia sucedido anteriormente com produtos similares, e mantendo a parceria com o MEO, tanto o “Big Brother VIP” como a “Casa dos Segredos” foram acompanhados em direto através

do canal interativo, TVI Direct, com transmissão 24h por dia dos acontecimentos da casa. O canal, emitido em exclusivo na plataforma MEO, conseguiu estar de forma regular entre os mais vistos da TV paga, tendo alcançado na primeira metade do ano uma audiência média de 13 mil indivíduos (0,7% de share no Universo), com emissão do “Big Brother VIP” a decorrer de abril a julho. No segundo semestre, a TV Direct registou 17 mil indivíduos de média diária (0,9% de share) com o “Secret Story” a ser emitido entre setembro e dezembro.

Em ano de comemoração de duas décadas de existência, a estação reservou o dia 20 de fevereiro para uma programação especial que ocupou a totalidade do dia: manhã e tarde com 42,7% e 41% de share líder no horário e a noite ocupada por uma emissão especial intitulada “Gala de Aniversário: 20 anos” que obteve 1 milhão e 340 mil espectadores e um share líder de 38,8%.

Dentro do habitual nos últimos onze anos, a TVI fecha os programas especiais do ano com o especial de Natal “Gala das Estrelas: Missão Sorriso” um espetáculo que garante a preferência máxima dos espectadores e que alcançou em 2013 uma média de 1 milhão e 400 mil espectadores e uma quota de audiência de 37,6%.

Ficção Internacional

Relativamente à ficção internacional, em 2013 a TVI, continuou a apostar nos melhores produtos dos grandes estúdios norte americanos.

Nas séries e minisséries, a estação emitiu um total de 361 horas destacando-se em audiências “Terra Nova” e “Hawai Força Especial”, ambas com uma audiência média superior a 425 mil espectadores.

No cinema, a estação emitiu um total de cento e setenta títulos diferentes correspondendo a um pouco mais de 500 horas de emissão. Nos melhores resultados de audiência surge em primeiro lugar “Velocidade Furiosa 5” com 993 mil espectadores, “Imparável” com 987 mil espectadores, “Thor” com 912 mil, “O Regresso de Johnny English” com 908 mil e na quinta posição “Velozes e Furiosos” com 843 mil indivíduos.

Destaque ainda para a emissão das séries “Segurança Nacional” e “Uma Família Muito Moderna”, ambas vencedoras de Emmys Internacionais e Globos de Ouro nos anos 2012 e em 2013.

No mês de fevereiro a TVI apresentou, em exclusivo pelo 16º ano, a cerimónia anual de atribuição dos Óscares. Os maiores prémios do cinema conquistaram uma média de 200 mil espectadores ao longo da emissão.

TVI24 – O melhor ano de sempre

Ultrapassando o que já tinha sido o seu melhor resultado em 2012, a TVI24 alcançou em 2013, uma quota média de 1,7% em lares com subscrição e de 1,3% no universo total de canais, o que representa acréscimos de 37% e 51%, respetivamente. Este foi o melhor ano de sempre da estação, que viu a sua performance melhorar também no horário nobre, com variações de 37,4% nos lares com cabo e 44,6% no universo total.

Relativizando os valores de share perante os canais concorrentes portugueses em matéria informativa, o share da estação entre os canais de notícias portugueses é de 28% no total do dia e 29% em *prime-time*.

Em termos de audiência total, a TVI24 conquistou um 1 milhão e 380 mil indivíduos em 2013, o que traduz um acréscimo de 29,5% face ao ano anterior, tendo esta percentagem sido de 32,5% no horário nobre.

Programação

Da observação do top dos vinte programas mais vistos em 2013 nos canais de notícias feitos em Portugal, concluiu-se que a TVI24 obteve nove posições todas com uma audiência média superior a 246 mil indivíduos e quotas superiores a 2,6%.

A estação reforçou o serviço de atualidade noticiosa através da emissão regular ao longo do dia dos grandes noticiários de hora a hora, com incursões pontuais de maior fôlego nos grandes acontecimentos políticos e sociais. À noite, o canal consolidou a sua oferta de programas de reflexão, comentário e debate sobre os grandes acontecimentos noticiosos.

Destaque ainda para o fortalecimento da aposta em conteúdos ligados a acontecimentos desportivos, sempre em estreita ligação com a TVI, satisfazendo assim de forma muito acentuada o público masculino.

Na programação regular do canal destacam-se as transmissões da “Taça da Liga”, com uma audiência média de 317 mil consumidores e uma quota de 8,1% a par dos resumos de terça e quarta-feira da “Champions League”, com quotas de 4,3% e 3,8% respetivamente. Os programas de comentário desportivo “Prolongamento” e “Mais Futebol” registam ambos mais de 110 mil consumidores.

Na atualidade política, económica e social, “Política Mesmo”, conduzido por Paulo Magalhães e que conta com relevantes comentadores da política portuguesa, como por exemplo Manuela Ferreira Leite, alcança uma audiência média anual de 129 mil consumidores, “Olhos nos Olhos”, com Judite de Sousa e Medina Carreira, regista uma média de 123 mil consumidores por programa e o “Prova

dos Nove” (semanal) obtém uma audiência média de 65 mil espectadores. Na informação noticiosa, a audiência média diária do espaço informativo “25ª Hora” regista 76 mil indivíduos.

No panorama digital, a oferta reforçada da TVI24 teve igualmente reflexos positivos, com a estação a manter o seu posicionamento como o principal ecrã multimédia do país. Para além do *site* tvi24.pt registar números recorde de audiência, os conteúdos em vídeo do canal tiveram forte receptividade junto do público e as apps para diversos softwares e plataformas registaram igualmente no período em análise resultados expressivos em número de downloads.

TVI INTERNACIONAL

Com uma grelha de programação fortemente alicerçada em conteúdos transmitidos em direto e simultâneo com a TVI e TVI24 – como é o caso da informação, dos formatos de entretenimento e *talk shows* – e na ficção nacional, produzida pela Plural, a TVI Internacional coloca à disposição de milhares de espectadores conteúdos líderes, de qualidade reconhecida, emitidos 24 horas por dia.

Desde o início das suas emissões em 2010, a TVI Internacional procura chegar junto de públicos com uma matriz cultural de base em língua portuguesa e também a comunidades portuguesas no estrangeiro. Disponibilizada em primeiro lugar (cabo e satélite) para Andorra, Angola, Moçambique e Cabo Verde e com distribuição feita em estreita colaboração com alguns distribuidores portugueses que atuam no estrangeiro, o alcance do canal estende-se atualmente por quatro continentes, tendo o ano de 2013 sido determinante para o seu sucesso.

No corrente ano, a TVI Internacional passou a estar presente em 11 países – em 4 continentes – e 23 plataformas de distribuição de televisão diferentes, o que compara com 7 países e 7 plataformas no final do ano transato. Assim, a TVI Internacional está hoje presente em Angola, Moçambique, Espanha, França, Suíça, Luxemburgo, Andorra, Mónaco, Estados Unidos da América, Austrália e Nova Zelândia, levando às comunidades de língua portuguesa, o que de melhor se faz na Ficção e no Entretenimento, a par de uma Informação atual e rigorosa.

TVI FICÇÃO

Distribuído em exclusivo na MEO, a TVI Ficção alia o melhor dos conteúdos de ficção da TVI com as soluções interativas desta plataforma, visando aumentar os níveis de interação junto do público e oferecendo aos espectadores e clientes MEO o acesso a serviços exclusivos. Na programação do canal, que conta com conteúdos diversificados que pretendem dar a conhecer a linha de produção

da ficção nacional e curiosidades de quem protagoniza as histórias que todos os dias os portugueses partilham com a TVI, destacam-se as biografias e entrevistas exclusivas aos atores da TVI, *talk shows*, vídeos de bastidores, música e alguns êxitos que fazem parte da história da ficção em Portugal, além de telefilmes e séries de sucesso.

Lançado em outubro de 2012, o canal registou ao longo de 2013 uma audiência total diária de 9 mil indivíduos, correspondendo a um share em Universo de 0,5%, sendo que no conjunto dos lares com televisão por subscrição esta audiência média passa a 0,6%. A audiência total diária do canal foi de 257 mil indivíduos.

+ TVI

No início de 2013, e seguindo a estratégia de exploração da capacidade do Grupo na criação de conteúdos de qualidade, de forma a aproveitar a cada vez maior procura dos mesmos por parte dos consumidores, bem como a multiplicidade de dispositivos e plataformas através das quais é possível aceder aos conteúdos, a TVI decidiu reforçar a sua oferta com mais um novo canal, o +TVI.

Lançado em exclusivo em HD na plataforma ZON, o +TVI é um canal com forte componente de conteúdos nacionais produzidos pela TVI, bem como alguns formatos de produção internacional. Vocacionado para um público adulto jovem, os seus conteúdos (alguns interativos), incluem entretenimento, nomeadamente *talk shows*, *reality shows*, *doc realitys*, ficção nacional e internacional, programas musicais, gastronómicos, de viagens, entre outros.

Ao longo deste primeiro ano de emissões, o canal registou uma audiência total diária de 133 mil indivíduos.

TVI no Digital

A TVI consolidou e reforçou em 2013 a sua capacidade de produção e desenvolvimento de conteúdos próprios de qualidade, inovadores, bem como a sua aposta no lançamento de novos meios de interação e contato com os espectadores, disponibilizando os seus conteúdos e tornando-os mais acessíveis em qualquer lugar e a qualquer hora, abrangendo a quase totalidade dos operadores portugueses, dinamizando novas soluções em canais interativos e lançando novas aplicações para diversos suportes e dispositivos.

Um espelho da capacidade de inovação da TVI durante este ano foi o reconhecimento de «I Love it» no Mipcom. Para além de ser um sucesso nas redes sociais, a série juvenil foi um dos 50 formatos

selecionados para participar na Fresh TV, um dos principais fóruns do Mipcom, onde participam programas identificados como os formatos considerados mais inovadores da temporada. Esta foi a primeira vez que um programa da TVI foi escolhido para integrar esta conferência.

Mais uma vez a TVI destacou-se enquanto percursora na disponibilização de conteúdos não lineares, de que são exemplos os *reality shows* “Big Brother VIP” e “Casa dos Segredos 4”, que apresentaram novas funcionalidades, conteúdos e soluções de interatividade.

Também o programa “A Tua Cara não me é Estranha” contou com uma aplicação interativa única, concebida especificamente para a semifinal e final do programa, que permitiu que todos os telespetadores jogassem e participassem ativamente durante o mesmo. A aplicação, gratuita, foi disponibilizada para iPad, Iphone, Android e PC.

A TVI que tem vindo a habituar-nos a uma posição de liderança no mercado televisivo, tanto ao nível dos canais tradicionais, como nas plataformas *online*, regista também excelentes resultados nos seus lançamentos de aplicações apps para iPad e iPhone, em diversos conteúdos, desde a informação, ao desporto e ao entretenimento. O sucesso nas novas plataformas é extensível às apps da TVI24 que, fortemente apoiadas em conteúdos vídeo, encabeçaram o *ranking* nacional de apps de informação e totalizaram em 2013 mais de 1,1 milhões de *downloads*.

Fruto de um trabalho sustentado de equipa entre a TVI, a Media Capital Digital e os seus parceiros a forte aposta tecnológica da estação refletiu-se também na sua rede de sites. Assim, o conjunto de sites da TVI, bateu este ano por várias vezes o seu melhor resultado de sempre em termos de visitas, permitindo à TVI consolidar o primeiro lugar entre os sites de televisão com shares de 45,3% em visitas e de 49,5% em páginas vistas.

Com novos recordes de audiências batidos, o site da TVI24, renovado durante o ano, apresenta o melhor da informação da TVI aliado a um design atrativo e a uma navegação muito intuitiva e flexível. Acompanhando os vários acontecimentos que marcam a atualidade informativa do país e do mundo, o novo site altera-se de forma mais dinâmica e permanente ao longo do dia.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Para além da expressiva expansão da TVI Internacional em 2013, os canais TVI24, TVI Ficção e +TVI chegaram já a Angola, Moçambique e Cabo Verde, sendo que neste último apenas a TVI24 está presente.

Também no intuito de levar ao mundo o que de melhor se faz em Portugal, a Media Capital, confiante na qualidade dos seus produtos de ficção entregou o seu catálogo a uma Distribuidora Internacional

de conteúdos – a Onza Distribution – com uma equipa experiente no setor e com um importante conhecimento do mercado. O catálogo da TVI foi apresentado, no início de outubro, ao mercado no certame MIPCOM, a maior feira internacional de conteúdos audiovisuais.

OUTRAS FONTES DE RECEITA

No âmbito das Outras Receitas obtidas pela Estação, salientam-se as receitas obtidas com serviços interativos e multimédia relacionados com concursos e programas incluídos na grelha de programação dos meios de televisão, assim como as receitas provenientes da cedência dos sinais da TVI, TVI24, TVI Internacional, TVI Ficção e +TVI às diversas plataformas de distribuição de televisão, por cabo, IPTV, satélite e mobile. Estes acordos permitem à TVI reforçar não só a capacidade de produção e desenvolvimento de conteúdos próprios de qualidade e inovadores, como também apostar no lançamento de novos meios de interação com os espectadores, garantindo o acesso aos seus conteúdos em qualquer lugar e a qualquer momento.

Passatempos Interativos

No âmbito da sua estratégia de diversificação e desenvolvimentos de receitas complementares à publicidade, a TVI reforçou a sua aposta na implementação e desenvolvimento de soluções de interatividade associada a passatempos de promoção aos seus programas. Estas ações registaram uma vez mais uma evolução significativa na sua contribuição para o desempenho do Grupo no exercício de 2013.

Para este desempenho contribuiu de forma decisiva a colaboração das várias áreas envolvidas no desenvolvimento destas ações e a sua articulação com as produtoras de televisão, operadores de telecomunicações e demais parceiros.

Em 2013, destaca-se o reforço na aposta da promoção da programação de fim-de-semana, o *reality show* “Secret Story – A Casa dos Segredos 4” e nos diversos programas especiais da TVI que marcaram a sua presença na programação da TVI ao longo do ano.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A tecnologia desempenha um papel crescente na cadeia de valor dos grupos de media modernos e a sua evolução, acelerada e constante, coloca desafios permanentes a todos os profissionais do setor. Aos criativos, pede-se capacidade de inovar e surpreender audiências. À tecnologia, a capacidade de

transformar ideias em realidades palpáveis, permitindo aos utilizadores escolher os conteúdos que pretendem, onde e quando quiserem.

Conhecedora desta realidade, a TVI tem vindo a investir não só na evolução dos seus sistemas operacionais de forma a torná-los, cada vez mais, em soluções integradas de planeamento, produção e emissão de conteúdos para multiplataformas, como também na aquisição das competências internas necessárias, mantendo-se assim na vanguarda das soluções de tecnologias de informação, procurando responder e antecipar-se aos desafios do mercado.

A large, light gray, stylized graphic of a camera lens or shutter mechanism is centered on the page. It consists of several curved lines forming a circular shape with internal segments, resembling a lens or a film frame.

Produção Audiovisual

INTRODUÇÃO

A Plural Entertainment mantém a sua posição como uma das maiores produtoras audiovisuais da Península Ibérica, destacando-se na área de ficção em língua portuguesa e na área do entretenimento em espanhol.

Para além das estruturas de Portugal e Espanha, a Plural Entertainment tem operações nos EUA e América Latina.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2013

O segmento de produção audiovisual atingiu um total de rendimentos operacionais de € 42,4 milhões, decrescendo 20%.

Em Portugal, os rendimentos operacionais recuaram 13%, mercê dos menores rendimentos associados a produções televisivas (menos horas produzidas), não obstante um importante incremento resultante da atividade de exportação de prestação de serviços e aluguer de meios técnicos. Com efeito, o reforço da sua dimensão internacional traduziu-se na construção de cenários e na prestação de serviços técnicos para programas diversos e eventos.

Relativamente a Espanha, os rendimentos operacionais registaram uma redução do volume de produção para clientes daquele país (sobretudo cadeias generalistas e canais temáticos ou locais).

Por forma a melhorar os níveis de retorno do segmento, o Grupo optou por reduzir e flexibilizar as estruturas afetas às produções. O Grupo acredita que com este movimento encontra-se melhor preparado para responder positivamente aos desafios do setor. Este esforço de adaptação traduziu-se num montante relevante de indemnizações registado em 2013.

Face ao menor volume de rendimentos operacionais, e excluindo da análise os encargos com as indemnizações, o EBITDA acumulado também recuou, tendo atingido um valor negativo de € 0,7 milhões, que compara com € 4,2 milhões positivos no período homólogo.

PLURAL ENTERTAINMENT – Atividade em Portugal

Em 2013, a Plural manteve a sua posição de liderança no setor de produção audiovisual em Portugal consolidando-se como produtora de referência, nomeadamente na área da ficção, com mais de 630 horas de conteúdo produzido. Integrando todas as áreas do processo produtivo, desde a criatividade e autoria, à construção de cenários, à gravação ou à pós-produção, o trabalho desenvolvido em estreita ligação com autores, atores e criativos nacionais, aliado à competência técnica dos seus colaboradores, tem sido fator de sucesso para dar forma aos melhores conteúdos de ficção em língua Portuguesa.

A Plural viu o seu trabalho premiado no Prix Itália, o mais prestigiado prémio na área do audiovisual e a mais antiga competição internacional de programas de rádio, TV e Web, ao arrecadar o galardão na categoria de Ficção para TV com o telefilme “E depois Matei-o”, produzido em 2012.

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Produção de Conteúdos de Ficção

Com gravações iniciadas no ano transato, terminaram durante 2013 a sua emissão na TVI as novelas “Doce Tentação” e “Louco Amor”, que obtiveram quotas líderes de audiência ao longo da sua emissão no horário nobre da TVI. Em sua substituição surgiram, respetivamente, “Destinos Cruzados”, da autoria de António Barreira e “Mundo ao Contrário”, escrita por João Matos, que terminou as suas emissões ainda durante o ano em análise.

Para além de “Mundo ao Contrário”, tiveram início em 2013 as gravações da série juvenil “I Love It” e das novelas “Belmonte” e “Beijo do Escorpião”, duas grandes apostas da ficção nacional para o horário nobre da TVI com estreia, respetivamente, no último quadrimestre do ano e no início de 2014.

Produção de Conteúdos de Entretenimento

O lançamento dos canais de cabo TVI Ficção e +TVI teve um impacto positivo no desenvolvimento da área de produção de conteúdos de entretenimento da Plural, permitindo à empresa desenvolver competências na criação de outras tipologias de conteúdos, e diversificando assim o seu portfólio de produtos.

Produção de Publicidade

A atividade de produção publicitária registou um ligeiro decréscimo em 2013, principalmente motivado pelo desempenho no primeiro semestre, quebra que foi quase totalmente compensada com a evolução positiva verificada na segunda metade do ano. Com base neste desempenho, é expetável que esta área conheça uma evolução positiva em 2014, dado que será alvo de uma aposta nesse sentido.

Embora ainda muito dependente de sinergias intra grupo, esta área de negócio tem vindo a dar alguns passos na disponibilização dos seus serviços ao mercado.

A versatilidade da Plural está também patente na diversidade de formatos e projetos produzidos em 2013, que vão desde a criação de integrações e derivações publicitárias dos conteúdos produzidos pela Plural, até à produção de *spots* publicitários, filmes institucionais e temas musicais.

EMAV – EMPRESA DE MEIOS AUDIOVISUAIS

Em 2013, a EMAV continuou a assegurar o fornecimento dos meios técnicos das produções da Plural e, fruto dos investimentos efetuados em 2011, foi possível reforçar a sua presença no mercado audiovisual em Portugal e Espanha, afirmando-se como um dos principais prestadores de serviços deste segmento. Nesse sentido, contrariando a tendência geral do mercado, o exercício de 2013 foi, à semelhança do anterior, positivo para a EMAV, que registou um crescimento de receitas face ao ano transato.

Esta performance foi conseguida com uma combinação de dois fatores. Por um lado, a manutenção de importantes contratos de prestação de serviços, tais como os estabelecidos com o Canal + (Espanha), com a SportTV ou com a TVI, que permitiram uma mais eficaz otimização de meios e equipamentos, aliado ao melhor aproveitamento da própria estrutura da empresa. Por outro, a EMAV conquistou novos clientes e prestou serviços diferenciados e de qualidade, colocando toda a sua experiência e capacidade técnica ao serviço de eventos de grande relevância e dimensão. São disso exemplo o campeonato do Mundo de Snowboard e Freestyle, realizado e retransmitido pela Plural (em parceria com o Grupo Secuoya) e a captação e transmissão dos principais eventos tauromáquicos em Espanha tendo feito a cobertura de mais de 100 destes eventos para o Canal +.

No âmbito dos serviços prestados para o canal líder de audiências em Portugal, destaque para o fornecimento de meios técnicos para as gravações do “Somos Portugal”, de todos os meios técnicos referentes a exteriores da informação da estação e a cobertura e transmissão das Galas Missão Sorriso e a Gala dos 20 Anos da TVI.

Ao longo de 2013, destacam-se no portfólio de serviços prestados pela EMAV a cobertura e transmissão de 84 jogos de futebol, entre as principais competições das ligas portuguesa, espanhola e francesa, para além de 12 jogos da Liga dos Campeões e 1 da Liga Europa, no qual a EMAV prestou serviços de *host* quer para equipas portuguesas como para equipas espanholas. Ainda na área do desporto, vale a pena referir o trabalho feito na “Volta a Portugal” a produção técnica e acompanhamento em 11 dias consecutivos com diretos constantes no programa “À Volta”.

Em 2013 a EMAV manteve a gestão e manutenção dos meios de transmissão via satélite da TVI, com a integração nos seus quadros de 12 técnicos ao abrigo de uma cedência de posição contratual entre as duas empresas.

EPC – EMPRESA PORTUGUESA DE CENÁRIOS

A atividade da EPC em 2013 superou as expectativas fruto da consolidação de uma imagem de eficiência, capacidade de resposta e cumprimento de prazos, tendo a empresa aumentado a sua quota de mercado.

O crescimento da atividade da EPC deveu-se por um lado ao trabalho desenvolvido para os três canais de televisão generalistas TVI, SIC e RTP – através da construção de cenários para programas relevantes da grelha de cada um, nas áreas do entretenimento e da informação – e, por outro, à consolidação das parcerias com produtoras relevantes no mercado, como sejam a Shine Iberia ou a Endemol, tendo a empresa feito pela primeira vez cenários também para a Freemantle Media. A EPC foi ainda responsável pela construção de todos os cenários de um novo canal por cabo em Portugal (Correio da Manhã TV), entre outros diversos.

A nível de novos mercados, o destaque vai para o aumento do portfólio de contactos da EPC em Espanha, conseguido através da forte exposição que os projetos desenvolvidos no país vizinho obtiveram, nomeadamente a elaboração do cenário para o programa “Masterchef” da RTVE.

Os cenários da EPC ficaram de novo sob os holofotes internacionais, com a nomeação da novela angolana “Windeck”, gravada em Portugal e para a qual a empresa concebeu e construiu os cenários, para um Emmy Internacional na categoria de melhor telenovela.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Em 2013 a Plural manteve a sua estratégia de modernização e otimização do processo produtivo, dando continuidade ao projeto iniciado no ano anterior. Procurando uma gestão mais eficiente nos

processos de produção, a Plural iniciou em 2012 a implementação de uma nova ferramenta de *software* de gestão, com vista a centralizar a informação de forma mais acessível e robusta, assegurando uma maior eficiência de produção e padronização de processos.

PLURAL ENTERTAINMENT – Atividade em Espanha

A Plural Entertainment inclui na sua carteira de clientes em Espanha as cadeias privadas de televisão mais importantes do país (Cuatro, Antena 3 e Telecinco) e canais autonómicos, produzindo programas de todos os géneros audiovisuais como *coach*, *reality shows*, ficção, concursos, magazines, documentários, espaços de debate, programas de serviço público, transmissões desportivas, galas, programas de informação e espaços de humor.

Parte destes programas são formatos originais criados pela equipa criativa da Plural, enquanto outros são adaptações de formatos internacionais.

Em 2013 produziram-se mais de 790 horas de conteúdos, destacando-se os seguintes projetos:

- “Hermano Mayor”: Coaching para jovens com transtorno de personalidade, adaptação do formato francês “Grand frère”. Com a condução de Pedro Garcia Aguado, a sexta temporada, com arranque em outubro, obteve até final do ano uma audiência média de 8,1%, muito acima da média do canal (Cuatro).
- “Torres y Reyes”: Programa semanal sobre Internet e novas tecnologias emitido no canal público La 2, conduzido por Mara Torres e Joaquín Reyes, que vem no seguimento do programa “La Nube” e foi considerado por muitos um programa de ‘culto’.
- “Deportes Cuatro”: A Plural assumiu desde 2011, e até julho de 2013, a produção dos espaços desportivos da Cuatro, com transmissão diária na estação, conduzido por Manu Carreño e Manolo Lama.
- “Por la Cara”: Produção de novo *quiz show* para a TVG, que põe em jogo os conhecimentos de cultura geral sobre a Galiza, Espanha e o mundo de uma forma ágil e divertida.
- Unidades Móveis da EMAY: A Plural, através da EMAY, foi um dos principais fornecedores de meios técnicos para o Canal+ durante 2013, assegurando a retransmissão de vários eventos, desde touradas a eventos desportivos.

PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA

Em Portugal, depois do sucesso de “Morangos Com Açúcar – O Filme”, que foi o segundo filme português mais visto em 2012, a Plural estreou em 2013 o filme “Bairro”, uma coprodução inovadora da Plural com a TVI, que retrata o mundo da criminalidade e da violência.

Com autoria de Francisco Moita Flores e um elenco que conta com nomes reconhecidos como Maria João Bastos, Paulo Pires, Afonso Pimentel, João Lagarto ou Julie Sargeant, o “Bairro” foi o segundo filme mais visto em noite de estreia e ficou em terceiro lugar no ranking dos filmes nacionais estreados este ano.

O filme de animação em 3D “Futbolín”, co-produzido pela Plural-Jempsa (detida pela Plural) a Atresmedia Cine (Espanha) e a Jorge Estrada Mora Producciones (Argentina), estreou na Argentina em agosto de 2013 e foi naquele país o filme com mais bilheteira de sempre no primeiro fim-de-semana de estreia. “Futbolín” fez história ao tornar-se no primeiro filme de animação a inaugurar o festival de cinema de San Sebastián (em setembro de 2013). Desde a data da sua estreia na Argentina e logo em Espanha regista uma forte aceitação a nível mundial, e foi já comercializado para vários países como a Rússia, Brasil, Polónia, Turquia, México, Colômbia ou Reino Unido.

A co-produção hispano-argentina, o primeiro projecto de Juan Campanella depois de ganhar o Óscar pelo “El secreto de sus Ojos” foi, já no início de 2014, galardoada pela Academia das Artes e Ciências Cinematográficas da Espanha com o prémio Goya para Melhor Filme de Animação.



Música e Entretenimento

INTRODUÇÃO

A Media Capital Música e Entretenimento (MCME) é a unidade de negócio do Grupo Media Capital para as atividades relacionadas com conteúdos musicais. As áreas de negócio da MCME incluem a edição de música gravada (em suportes físicos ou digitais), a gestão de direitos autorais (*publishing*), a realização de eventos e o agenciamento de artistas (*booking*).

A edição de música gravada é realizada pela editora Farol Música (Farol).

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2013

A edição e distribuição de música gravada continua a ser a principal fonte de receitas desta unidade de negócios do Grupo Media Capital. A realização de eventos foi durante o ano de 2013 a sua segunda maior fonte de receitas com valores muito significativos logo seguida dos direitos conexos. Com menor expressão, seguem-se, em termos de importância, as receitas originadas pelo *publishing* e agenciamento de artistas.

Em termos de *performance* financeira, o negócio de edição discográfica, em 2013 sofreu uma nova queda de receitas face ao ano anterior. Em contrapartida a atividade de eventos registou de novo uma *performance* positiva, confirmando a aposta estratégica para o futuro desta unidade de negócio da Media Capital.

Em 2013 o mercado discográfico continuou em queda, tendência que já se verificava em períodos de análise anteriores. A venda de conteúdos digitais ainda não compensa estas quedas, verificando-se em 2013 valores semelhantes aos do ano anterior. Por outro lado, os direitos conexos da edição discográfica não acompanharam a quebra de vendas físicas.

No segundo semestre de 2013, a Farol deixou de representar o catálogo da Warner Music International (Warner) para Portugal.

PROJETOS DIVERSIFICADOS

A Farol manteve a sua aposta da música portuguesa e nos melhores intérpretes nacionais. Dos lançamentos feitos em 2013, destacam-se os álbuns de Tony Carreira, “Tony Carreira – 25 Anos” que

alcançou quadrupla platina e de Liliane Marise, galardoado com o disco de ouro. Editado ainda no final de 2012, o álbum “Essencial”, de Tony Carreira, lidera o top de vendas de 2013 e foi, também, quadrupla platina.

O catálogo nacional da editora, contou ainda com os lançamentos de “A Força Está em Nós”, de David Carreira, cujo single “Baby Fica” obteve perto de 2 milhões de visualizações no youtube, “Rita Guerra – ao vivo no CCB”, “11 Canções” de Miguel Gameiro (que teve entrada direta para o top de vendas nacional), “O Planeta Limpo” (CD+DVD) de Filipe Pinto. A aposta nos novos talentos da música portuguesa não foi esquecida, destacando-se o álbum homónimo de umas das grandes revelações musicais do ano, João Seilá.

Das sinergias da Farol com outras empresas do Grupo Media Capital surgiram álbuns de sucesso, como o de Liliane Marise (personagem de destaque na ficção da TVI), a compilação de música portuguesa “Somos Portugal” (do programa homónimo da TVI) que liderou a tabela de compilações nacionais em 2013 ou o duplo CD “TVI 20 Anos”, que assinala os 20 anos da estação e reúne um vasto leque de artistas incontornáveis no panorama nacional a par de novos nomes da música e dos artistas nascidos na própria ficção da estação, como os D’ZRT, FF, entre outros que fizeram parte das novelas e séries da TVI.

A Farol viu ainda o álbum “Fados de Amor”, de Rodrigo Costa Félix (editado em 2012), distinguido pelos Prémios Amália como Álbum do Ano e o trabalho do artista Filipe Pinto, reconhecido com um galardão dos MTV Music Awards para “Best Portuguese Act” em 2013.

O mercado de venda de espetáculos manteve-se sob fortes restrições e cortes orçamentais que diminuíram bastante a oferta de eventos no mercado português. A MCME promoveu de novo o maior evento do verão algarvio, o Meo Spot Summer Sessions, que decorreu simultaneamente em Vilamoura e Portimão num total de 57 festas que reuniram mais de 100 mil pessoas durante os meses de julho e agosto. De entre os eventos promovidos, para além da festa de verão da TVI – uma referência já no verão algarvio – realizaram-se ainda festas de sucesso das rádios do Grupo (Rádio Comercial, m80 e Cidade FM).

A large, light gray, stylized icon of a radio is centered on the page. The icon consists of a circular dial with several curved lines representing frequency markings and a vertical line representing the tuning knob. The icon is partially obscured by a green horizontal bar.

Rádio

INTRODUÇÃO

Ao longo de 2013, a Rádio Comercial foi líder inquestionável de audiências de rádio em Portugal, consolidando o feito alcançado no ano anterior, facto que contribuiu também para a boa performance do conjunto das marcas da Média Capital Rádios (MCR).

Durante o ano, a MCR manteve a política de diversificação da sua oferta comercial, com soluções criativas que, indo de encontro às necessidades dos anunciantes, permitem um contacto regular com o público através de diversas plataformas e momentos de contato. Seja na criatividade das propostas de comunicação de antena, na forte presença digital do Grupo, na associação aos principais eventos musicais do país, na organização de concertos ou nas festas mais emblemáticas, as marcas da MCR abriram novas oportunidades, facto que contribuiu para que o seu desempenho comercial tenha sido, de novo, mais positivo que o do mercado e que esta política a tornasse líder do mercado publicitário do setor rádio.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2013

Os rendimentos de publicidade da MCR ficaram estáveis face aos obtidos em 2012. À semelhança do ocorrido nos últimos anos, estima-se um aumento relevante da quota de mercado, uma vez que o mercado terá recuado aproximadamente 13%. Os outros rendimentos operacionais subiram 17%, em virtude da exploração de fontes de rendimentos alternativas à publicidade. Quanto aos gastos operacionais deste segmento, estes ficaram estáveis, em resultado de uma constante racionalização da estrutura. Face ao descrito, o EBITDA do segmento, ajustado a indemnizações, foi de € 3,2 milhões (melhorando 4% face a 2012), com uma margem de 22,4% (+0,7pp).

AUDIÊNCIAS

Relativamente às audiências do meio rádio, foi adotada em 2013 uma nova metodologia. Nesse sentido, os valores agora descritos não são comparáveis com os publicados até 2012.

Não obstante, os dados relativos às audiências continuaram a evidenciar o excelente desempenho dos formatos explorados pela MCR, tendo o conjunto das rádios do Grupo Media Capital registado, no final de 2013, uma audiência acumulada de véspera (AAV) de 22,3% e um share de 31,4%, valor que, representa cerca de 1.9 milhões de ouvintes diários. Este desempenho ficou essencialmente a dever-se à Rádio Comercial, que terminou o ano com um share de 21,1%.

Mantendo a tendência crescente dos últimos anos, a Rádio Comercial terminou o ano com uma AAV de 15%. De destacar a liderança destacada da estação na Grande Lisboa, onde a Rádio Comercial obteve 17,9% de AAV ao longo do ano, o que corresponde a mais 6,2pp do que o a segunda estação.

Por seu lado, a m80 chegou ao final do ano com 4,0% de AAV e 5,6% de share, ao passo que a CidadeFM, no mesmo período, registou 4,0% de AAV e mantém-se uma importante referência para o seu target.

Dos produtos mais recentes do portfólio de rádios da MCR, destaque para a SmoothFM que, não obstante ser o projeto mais recente (lançada em setembro 2011), tem registado uma boa aceitação da parte do público, obtendo ao longo de 2013 uma AAV de 0,5% e um share também de 0,5%.

PORTFÓLIO DIVERSIFICADO E INOVADOR

A Rádio Comercial com um formato musical de *Adult Contemporary Music* reforça o seu posicionamento junto do público-alvo e capta novos ouvintes. A estação manteve a sua aposta na animação e nos conteúdos de humor, sempre ligados aos temas da atualidade e reforçou a sua estratégia de contato e ligação diversificando os momentos e locais de contacto com o seu público, nomeadamente através das várias plataformas digitais, dos eventos onde está presente e das iniciativas que apoia.

Numa aposta pouco habitual no panorama de rádio, mas fruto do forte reconhecimento público da equipa que faz as “Manhãs da Comercial”, a MEO Arena em Lisboa lotou para ver o espetáculo ao vivo dos animadores das manhãs da estação, facto que tem sido uma constante desde o primeiro evento que a estação fez.

A presença em eventos musicais de referência ao longo de 2013, desde festivais a concertos de artistas de renome, é também parte da estratégia da Rádio Comercial, que em 2013 associou a sua marca a reconhecidos festivais como o Optimus Alive, MEO SW, Marés Vivas ou o Cascais Cool Jazz Fest e a concertos de artistas nacionais e internacionais de renome, como são o caso de Rihanna, Bon Jovi, Muse, The Script, Aurea, Gabriel o Pensador, David Fonseca, Keane, Mafalda Veiga, Pablo Alboran, Luísa Sobral, entre muitos outros.

Mantendo a sua estratégia de proximidade com o ouvinte e uma forte aposta na promoção de artistas nacionais, para além da promoção de inúmeros concertos e *tours* ao longo do ano, a Rádio Comercial continuou a organizar diversos “Concerto Mais Pequeno do Mundo” em várias regiões do país, com destacados artistas portugueses tais como os Azeitonas, Tiago Bettencourt, Ana Moura, Deolinda ou HMB.

O trabalho da Rádio Comercial foi, em 2013, reconhecido pelo mercado e pelos ouvintes. A Estação foi laureada na categoria de Media com o prémio Marketeer, como “Melhor Rádio” pela revista Meios e Publicidade e foi considerada a marca com maior índice de reputação na Categoria Rádio pelo Marktest Reputation Index 2013 e a 6ª marca mais reputada em Portugal.

A m80 – a rádio dos êxitos dos anos 70, 80 e 90 – prosseguiu igualmente a sua aposta na proximidade com os ouvintes, associando-se a inúmeros eventos (de índole musical e não só) de norte a sul do país. São disso exemplo os apoios da m80 ao World Corporate Golf Challenge, Cascais Classic Motorshow, Algarve Classic Cars, Algarve Sevens – Campeonato do Mundo de Rugby, Encontro com o Vinho e Sabores ou a Feira Rastrillo – Novo Futuro. No que respeita à música, a m80 esteve presente nos momentos musicais dos artistas internacionais mais direcionados para o seu público-alvo, como sejam os concertos de Barry White, Llyod Cole, Russ Ballard, Jafumega, Harlem Gospel, entre muitos outros.

Ao longo de 2013, e como já vem sendo habitual, milhares de pessoas participaram nas festas m80 que levaram de norte a sul do país o melhor da música dos anos 70, 80 e 90, tocada pelos DJ's da estação.

A Cidade FM continuou a afirmar-se durante o ano de 2013 como a estação de referência do *target* mais jovem, com um posicionamento musical único de sucessos recentes e fazendo de novo uma forte aposta em ações no terreno, tanto através da promoção como da organização de eventos. A aposta nos eventos junto dos estudantes universitários foi uma constante, estado a Cidade FM presente nas semanas académicas e festas de universidades mais relevantes por todo o país. Para além do apoio a concertos, de onde se destaca o concerto dos One Direction, a CidadeFM esteve igualmente presente em diversos acontecimentos ligados ao desporto e fortemente direcionados ao público-alvo da estação, tais como o Sumol Snow Trip, Snowboard Urban Fest, Liga Meo Pro Surf, Atlantic Surf Fest.

Mantendo o seu enfoque no melhor do Jazz e da música soul, com vários conteúdos relevantes para o seu público e playlists musicais de vários quadrantes, recheadas de artistas que fazem parte da história da música e do presente, desde Count Bassie a Diana Krall, passando por Tony Bennet, Elvis Costello, Ray Charles, Miles Davis, Nora Jones, ou Frank Sinatra, a SmoothFM reforçou perto do final do ano a sua cobertura rede na zona metropolitana de Lisboa, e na região centro do país. Desta forma, a estação passou a ficar com uma cobertura reforçada nas regiões do país onde já se encontrava com alguma representação, para além da região do Porto, onde se verifica o maior pico de audiência.

Com um posicionamento consistente a Vodafone FM continuou a ir ao encontro de uma audiência jovem, exigente e sempre atenta às novas tendências musicais nos géneros rock, pop, hip-hop, dança e fusão.

A preocupação permanente da MCR em preservar a consistência e solidez do seu portfólio de marcas, conduziu à descontinuidade do projeto StarFM (iniciado no último trimestre de 2010).

Liderança no *online*

Em 2013 a performance das marcas da MCR ficou praticamente em linha com o ano anterior, registando o total das rádios uma média de cerca de 35 milhões de *pageviews* mensais e de 2 milhões de utilizadores únicos. Nestes indicadores destaca-se a Rádio Comercial, com 22 milhões de páginas vistas e 913 mil utilizadores únicos mensais.

Por seu lado, o Cotonete continua a ser uma referência em termos das rádios *online* Portugal, oferecendo rádios em múltiplos géneros musicais, permitindo também ao internauta criar a sua própria rádio. O site disponibiliza ainda outros conteúdos áudio e vídeo, como dj sets, entrevistas, concertos ao vivo, programas de autor, *podcasts* e ainda serviços como a Rádio para Blogs.

No que respeita às redes sociais, a Rádio Comercial assegurou a sua posição de liderança, como a marca com maior número de fãs no Facebook na categoria de média, tendo sido a primeira marca do segmento de media a ultrapassar a fasquia de mais de 1 milhão de seguidores. Ainda no que respeita à presença digital da estação, importa referir que durante 2013 a Rádio Comercial obteve cerca de 9,5 milhões de visualizações dos seus vídeos no youtube, o que prefaz um total de cerca de 21 milhões de vídeos vistos após 6 anos de presença naquela plataforma.



Digital

INTRODUÇÃO

O crescimento do mercado *online* em Portugal tem sido exponencial, não só no número de internautas e respetiva taxa de penetração da Internet nos lares Portugueses, como também na utilização crescente dos meios digitais em contexto empresarial. Particular destaque deve ser dado às redes sociais e ao *mobile*, que têm vindo a assumir uma importância sem precedentes no panorama digital, tendência que a MCD tem vindo a acompanhar e explorar.

Como consequência, o peso do segmento da internet no mercado publicitário português tem, à semelhança de outros anos, mantido uma tendência crescente.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2013

Ao longo de 2013, a MCD consolidou e reforçou o seu portfólio de produtos, em particular através de uma forte aposta nas suas marcas de referência, desenvolvendo novas soluções de interatividade e acessibilidade, que permitiram que os seus conteúdos chegassem a um número crescente de utilizadores.

Depois de no segundo trimestre de 2012, e de forma a melhor espelhar o posicionamento e missão da empresa enquanto agente de transformação digital do Grupo, a Media Capital Multimédia ter procedido a um *rebranding* para Media Capital Digital, a sociedade alterou a sua denominação social para essa mesma designação em novembro de 2013.

No último trimestre de 2013, a MCD deu mais um importante passo no seu desenvolvimento, ao passar a incorporar na rede de sites do IOL todos os sites das rádios da Media Capital Rádios (Rádio Comercial, M80, Cidade FM, Smooth FM e Cotonete), tendo a gestão comercial e editorial dos sites permanecido na esfera de competências da Media Capital Rádios.

Para além de vir a permitir um mais eficaz desenvolvimento cruzado de conteúdos e serviços entre canais e produtos, esta união uniformiza a identidade do Grupo, que passou assim a ter a nível digital uma identidade única para todos os seus meios, aspeto fundamental num mercado cada vez mais concorrencial.

A integração das redações e a consolidação comercial entre as áreas de televisão e digital, iniciada no ano anterior, reforçou-se tornando-se cada vez mais visível no mercado a força destas equipas conjuntas.

A atividade da MCD e das suas associadas pode analisar-se em duas áreas distintas:

1. Media Digital, na qual disputou o mercado de publicidade na Internet com os principais *sites* nacionais e internacionais e, adicionalmente, prestou serviços editoriais que se traduziram no fornecimento de conteúdos a entidades externas;
2. Serviços para o Mercado Empresarial, concentrada na empresa IOL Negócios que, tirando partido do elevado tráfego existente na rede IOL, prestava serviços nas áreas de *design*, construção e desenvolvimento de *websites*, bem como em soluções que maximizam a visibilidade de *websites* e marcas na Internet.

Estas duas áreas de negócio partilharam um conjunto de recursos centrais enquadrados na MCD (o desenvolvimento do negócio, a infra-estrutura técnica, equipa de manutenção) e os serviços prestados pelo Grupo Media Capital.

Atividade de Media Digital

Nota inicial:

A partir de outubro de 2013, iniciou-se uma nova fase de fornecimento de métricas Internet ao mercado nacional, resultado de uma parceria estabelecida entre a Marktest e a Gemius. Nesse sentido, e resultado de um novo sistema de medição, da quebra evolutiva (e de algum histórico) e da mudança de indicadores (o indicador “Visitas” da tabela de grupos passou a quantificar o acumulado de Visitas aos sites auditados do grupo). Até ao ranking de setembro era apresentado o indicador “Visitas desduplicadas”), são desaconselhadas análises que reúnam períodos pré e pós outubro de 2013.

Em 2013, o ambiente competitivo continuou a intensificar-se. Não obstante, a MCD - através dos esforços para aumentar o tráfego, melhorar a qualidade das audiências da sua rede de sites e potenciar as receitas publicitárias - registou crescimentos significativos nas suas audiências através dos indicadores *visitas*, *pageviews* e *unique browsers*.

Com uma aposta cada vez maior nesta área, a MCD tem vindo a trabalhar diariamente na inovação e aperfeiçoamento dos seus conteúdos digitais para as diversas plataformas (Apple, Nokia, Android, Windows phone, Windows 8 e Samsung TV) e dispositivos (*smartphones*, *tablets* e *smart TV's*), garantindo que os seus conteúdos estão acessíveis 365 dias por ano, a qualquer hora do dia e em qualquer lugar, no dispositivo e formato mais adequados para os consumidores. A MCD desenvolveu mais de 20 aplicações para as diferentes marcas do Grupo que, no total, registam já mais de 1.100.000 de *downloads*, representando valores superiores a 20% do tráfego em alguns dos projetos.

A combinação destas ações permitiu à rede de sites da MCD registar um crescimento substancial do tráfego face a 2012 (mais 74%), passando de uma média de 152 milhões de *pageviews* mensais em 2012 para mais de 400 milhões em 2013 (dados oficiais Netscope). Especial destaque para o facto do conjunto das propriedades TVI fecharem o ano com um share de 45,3% em visitas e de 49,5% em páginas, liderando de forma clara o seu segmento em Portugal.

Importa também realçar o numero recorde de cerca de 115 milhões de visualizações de vídeos ao longo de 2013 – nos sites geridos pela MCD e nos sites parceiros (Microsoft e Público) – e os mais de 4 milhões de seguidores nas páginas das redes sociais geridas pela Media Capital Digital.

Fruto do desenvolvimento de conteúdos para novas plataformas e do acompanhamento próximo das necessidades de comunicação dos anunciantes, a área da publicidade *online* foi em 2013 marcada por um elevado ritmo de inovação e criatividade no desenvolvimento de novos formatos, fazendo com que a MCD seja reconhecida como uma referência nesta área, quer para anunciantes, quer para as agências de meios.

Atividade de Serviços a Empresas

Em 2013 esta atividade recuperou face à queda de 23% registada em 2012 e aumentou a sua base de clientes em 20% para cerca de 1.600, facto que se justifica em grande parte com a nova linha de negócio de sites *low cost*, com venda *online*, com a integração da oferta e uma nova abordagem comercial.

Principais projetos da MCD em 2013

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidos diversos projetos pela MCD, dos quais se destacam:

- A parceria celebrada com a Goodlife para a exploração comercial do site de compras coletivas da MCD *planeo.pt*, mantendo-se a imagem de marca e design originais;
- Parceria com OLX – inclusão do OLX no portfólio de sites comercializados pela MCD;
- O novo site Spot+ - portal social que pretende ser o primeiro agregador de conteúdos das redes sociais de caras famosas nacionais e internacionais. Um produto que nasce em simultâneo na TV e na internet, representando um novo passo na utilização de conteúdos digitais para a programação de um canal de televisão;
- TVI 20 anos - site especial dentro do site TVI que permite recordar muitos dos principais momentos da estação nos últimos 20 anos;
- TVI Economia – integração do site da Agência Financeira dentro da área de economia do site *TVI24.pt*, consolidando ainda mais a informação económica;
- Numa iniciativa inédita em Portugal, o programa “A Tua Cara Não Me é Estranha” contou com uma aplicação interativa para iPad, iPhone Android e PC, que permitiu que os telespectadores do programa jogassem e participassem ativamente durante o mesmo;

- “Big Brother VIP” - Um novo site totalmente orientado para o vídeo onde era possível seguir ao minuto todos os acontecimentos da casa mais vigiada do País;
- “Big Brother VIP” – nova app para Windows 8 que permitiu ver emissão em direto 24 horas por dia. Aplicação paga com período experimental;
- “Big Brother VIP” – aplicação interativa para o MEO que para além dos melhores momentos permitiu ver câmaras exclusivas bem como votar semanalmente para as expulsões. Era possível ainda na app aceder à página de facebook do programa;
- Guimarães 2013 – Guimarães foi a cidade europeia do desporto, promovendo inúmeras iniciativas desportivas. O Mais Futebol foi media partner do evento tendo efetuado uma cobertura especial informativa de todas as atividades desportivas inseridas no programa;
- Novo site Mais Futebol - um site que se adapta aos diferentes momentos de consulta, sejam eles no computador, no tablet ou no telemóvel;
- “Secret Story 4” - Um novo site totalmente orientado para o vídeo onde é possível seguir ao minuto todos os acontecimentos da casa mais vigiada do País;
- “Secret Story 4” – aplicação interativa para o MEO que para além dos melhores momentos permite ver câmaras exclusivas bem como votar semanalmente para as expulsões;
- Blogs - nova linha de negócio que explora o potencial das caras da estação. Já *online* os blogs dailyCristina.pt (Cristina Ferreira) e jessyjames.pt (Jessica Athayde);
- Site “I Love It” – a nova série juvenil da TVI;
- Site “Belmonte” - fotos e vídeos dos episódios, caracterização das personagens e extras dos bastidores das gravações, são exemplos do que é possível ver no site da nova novela da TVI;
- Ativação Digital – marketing digital que permitirá ao GMC alcançar todos os tipos de público, gerir e diferenciar as suas marcas no ambiente digital fazendo o cruzamento dos conteúdos entre a emissão em antena e as plataformas digitais. Exemplos: aquementejodigital.pt, beinfiniteandawake.blogspot.pt e bambylandia.pt.

E-commerce - Planeo.pt

No início de 2013 a MCD estabeleceu uma parceria com a empresa Goodlife com vista à exploração comercial do site de compras coletivas Planeo.pt, mantendo-se a imagem de marca e design originais.

Com descontos em Lazer, Cuidados de Beleza, Restaurantes, Viagens e Produtos, o Planeo é um dos principais *players* no mercado de compras coletivas e conta já com cerca de 300.000 subscritores e mais de 1 milhão de visitas por mês.



Responsabilidade Social

PRINCÍPIOS E VALORES

Em 2013 o Grupo Media Capital manteve-se fortemente empenhado no desenvolvimento sustentado da comunidade que integra e no apoio a causas sociais, educativas, ambientais e culturais, com objetivos concretos e impacto na sociedade.

Beneficiando da vasta audiência dos seus meios de comunicação e consciente do seu impacto, o Grupo tem decidido apoiar através da divulgação causas sociais específicas junto da população portuguesa, contribuindo assim não apenas para a angariação de fundos, mas também para o aumento da credibilidade, conhecimento e visibilidade dos projetos selecionados.

GRANDES PROJETOS MEDIA CAPITAL / TVI

No ano de 2013 destacam-se, pela sua dimensão e relevância, a criação da Pós-Graduação em Jornalismo, resultado da parceria entre o ISCTE/IUL e a Media Capital e o conjunto de iniciativas comemorativas do vigésimo aniversário da TVI.

Pós-Graduação em Jornalismo

Reforçando o seu compromisso com a educação e, mais especificamente, com a formação dos melhores profissionais do setor, o Grupo Media Capital, em conjunto com o ISCTE, criou a primeira Pós-Graduação em Jornalismo ISCTE-IUL/Media Capital.

Inspirada na lógica da bem-sucedida “Escuela de Periodismo” do El País, que desde 1986 forma uma parte dos melhores jornalistas de Espanha e é referência internacional de excelência, esta Pós-Graduação tem como objetivos constituir-se como a referência nacional na formação do jornalismo e preparar, no presente, os jornalistas do futuro em Portugal.

O curso, centrado no conceito de jornalismo em rede, tem duração de dois semestres letivos e baseia-se numa lógica de ensino inovadora, que inclui a criação de uma redação permanente durante o período letivo, aulas com a participação de jornalistas e profissionais do Grupo Media Capital em conjunto com docentes do ISCTE-IUL, seminários com especialistas da área do jornalismo e líderes de opinião nacionais e estrangeiros, e ainda estágios curriculares no Grupo Media Capital.

A coordenação desta primeira edição do curso, que terminará durante 2014, é assegurada por José Alberto Carvalho (TVI) e Gustavo Cardoso (ISCTE-IUL).

20 Anos TVI

No âmbito do seu vigésimo aniversário, a TVI empreendeu diversas iniciativas, cujo sucesso foi espelho do impacto e do papel da estação na sociedade portuguesa, não só ao nível da formação de opinião, de novos profissionais e talentos, na divulgação do que de melhor se faz em Portugal, mas também enquanto agente catalisador e mobilizador da população em torno de causas sociais relevantes.

20 Anos, 20 Valores

Subordinada ao tema Criação do Futuro, a iniciativa “20 Anos, 20 Valores”, deu a conhecer vinte jovens de excelência, com vinte anos de idade e provenientes de várias regiões o país. Com formações académicas distintas, estes alunos, que se destacaram nas suas áreas de estudo, foram convidados a apresentar a sua visão de futuro, enquadrada na respetiva área de formação.

O resultado foram vinte trabalhos de exceção, num evento transmitido pela TVI24 e votados por um júri – constituído pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa (Presidente), Joana Vasconcelos (artista Plástica), Boaventura Sousa Santos (Professor Catedrático) e pelo administrador da Media Capital, Miguel Gil – e pelo público. O projeto vencedor pertenceu a um aluno de Pintura da Faculdade de Belas Artes de Lisboa.

Esta iniciativa teve o apoio do Presidente da República, que recebeu os alunos e a TVI no Palácio de Belém, numa cerimónia que demonstra o reconhecimento do Chefe do Estado pelo compromisso e papel da TVI na sociedade portuguesa e, igualmente, pelos vinte jovens que se empenharam em apontar novos caminhos para o futuro do país.

Grande conferência TVI

“Como vai ser o jornalismo nos próximos 20 anos? Até sabermos a resposta, continuamos a fazer perguntas”. Este foi o mote para a conferência organizada pela TVI que, na celebração do seu aniversário, reforçou desta forma o compromisso com a produção da melhor informação. Esta jornada de reflexão reuniu figuras de referência, nacional e internacional, num evento onde, para além do futuro do jornalismo nos próximos vinte anos, se debateram temas como a independência dos media, o jornalismo em português e os jornalistas do futuro.

Doação ao Instituto Português de Oncologia

Ao longo de cinco edições do programa “Somos Portugal”, durante as quais a campanha de angariação de fundos decorreu, a TVI alcançou o significativo valor de 200 mil euros, verba que foi doada ao Instituto Português de Oncologia. O montante, distribuído aos IPO's de Lisboa, Porto e

Coimbra, teve como objetivo contribuir para a investigação e desenvolvimento de novos métodos de prevenção e tratamento da doença.

Esta iniciativa, que registou junto do público um sucesso assinalável, reforça o compromisso da TVI com a sociedade, em termos de responsabilidade social, sendo a área da saúde uma das prioridades.

PROJETOS SOCIAIS

O Grupo Media Capital tem – em colaboração com o Estado Português, associações sem fins lucrativos ou entidades privadas – desenvolvido, implementado e apoiado diversos projetos e iniciativas no âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, como sejam:

- Solidariedade e projetos de apoio social
- Promoção da educação, cultura, arte e valorização do património
- Fomento de voluntariado para apoio a causas sociais entre os colaboradores do Grupo

Para além da recorrente divulgação dos projetos apoiados, o Grupo Media Capital tem muitas vezes um papel extremamente ativo no desenvolvimento dessas ações seja, entre outros, através do envolvimento de personalidades populares conhecidas do grande público, abordagens editoriais sobre os temas em causa ou envolvimento dos seus recursos humanos na angariação de fundos.

Solidariedade e Projetos de Apoio Social

- Enquanto estação líder e de referência, a TVI continua de forma metódica e sistemática a dar especial atenção à sua política de responsabilidade social colocando-se ao serviço da sociedade através do desenvolvimento e colaboração em projetos de carácter solidário com parceiros, clientes e colaboradores.
- Ao nível da Informação, a TVI continua a apostar num trabalho jornalístico profundo, sério e distintivo, que ultrapassa o relato dos factos, enquadrando, analisando e perspetivando problemas da sociedade atual, tendo sido vários os trabalhos reconhecidos nacional e internacionalmente pelo seu mérito.
- Num formato diferente, mas igualmente impactante, também os programas de entretenimento, nomeadamente o “Você na TV” e “A Tarde é Sua”, deram mais uma vez voz e apoiaram várias instituições e famílias portuguesas ao longo de todo o ano.

- A TVI voltou a associar-se ao Continente, em torno da Missão Sorriso, um dos principais projetos que a Estação tem abraçado na área da responsabilidade social desde a sua génese em 2003, que tem por objetivo apoiar os hospitais pediátricos e unidades de pediatria, a população sénior e, mais recentemente, atuar na luta contra a fome.
- Pela segunda vez, a TVI juntou-se ao Lidl e contribuiu para a divulgação da campanha “Arredonda”, uma iniciativa destinada a angariar fundos para uma causa, que é selecionada pela empresa distribuidora a cada ano.
- Ao longo de 2013 as rádios mantiveram iniciativas já existentes em anos anteriores e desenvolveram novas ações de cariz social, em áreas tão relevantes como a saúde, a família, a pobreza e o apoio a crianças e jovens, envolvendo as suas principais marcas e animadores, para aumentar a visibilidade e impacto dos projetos, que registaram bons níveis de adesão por parte dos ouvintes. Algumas das entidades beneficiadas com o apoio das rádios do Grupo são a Associação Novo Futuro, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Filhos do Coração, Fundação Ronald McDonald, Fundação Portuguesa de Cardiologia, Free the Children e a *Make a Wish Foundation*.
- A TVI e a MCR apoiaram o encontro Presente no Futuro, organizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que se constituiu como um espaço de reflexão subordinado ao tema “Portugal Europeu – E agora?” e que reuniu cerca de 80 oradores (nacionais e internacionais) em mais de 30 sessões com diferentes formatos de discussão que pretendiam dar resposta a inúmeras questões sobre o futuro da Europa.
- O Grupo Media Capital apoiou – através dos seus meios e no terreno – o projeto “O Bairro e o Mundo”, uma iniciativa solidária de recuperação do bairro da Quinta da Fonte, em Loures, e de melhoria das condições de vida dos seus habitantes.
- A Plural manteve o seu apoio a diversas instituições de caráter social, seja através da doação de roupas e bens, ou no apoio à angariação de fundos, destacando-se, neste âmbito, o calendário 2014 para a Cerciestremoz, feito com a participação de vários rostos da novela “Belmonte”.

Trabalhos premiados

- A peça “O Melhor Peixe do Mundo”, que retrata a procura mundial pela qualidade do peixe das águas portuguesas e os efeitos na indústria pesqueira e gastronómica, venceu por unanimidade o prémio Multimédia da Academia Internacional de Gastronomia. A reportagem é da autoria de Paulo Salvador e Ricardo Ferreira, com edição de Miguel Freitas. Esta foi a segunda vez que este prémio foi atribuído à TVI.
- A reportagem "Coragem de Ensinar" foi distinguida com uma Menção Honrosa do Prémio AMI Jornalismo Contra a Indiferença. Este trabalho de Conceição Queiroz, com imagem de Gonçalo

Prego e edição de Miguel Freitas, revela o desgaste dos professores e a violência contra esta classe em contexto de sala de aula.

- A reportagem «Amor no Feminino», da autoria da jornalista Susana Bento Ramos, foi distinguida na 9ª edição dos Prémios Média, da rede ex aequo.
- O documentário “O Toque de Mourinho” e o trabalho realizado ao longo da época na Liga dos Campeões, competição da qual a TVI tem os direitos de transmissão em exclusivo e em canal aberto até 2015, valeram o prémio Jornalista do Ano na categoria «Televisão», ao jornalista da TVI Henrique Mateus. A distinção foi atribuída pelo CNID (Clube Nacional de Imprensa Desportiva).
- No âmbito do entretenimento, o programa “ A Tarde é Sua” foi distinguido com o Galardão da Inclusão na área dos Media, atribuído pelo Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID), no âmbito da campanha “Mil Brinquedos Mil Sorrisos” que tem como objetivo a recolha de brinquedos junto de toda a Sociedade Civil e proceder à respetiva adaptação para crianças “especiais”.

Promoção da cultura, arte, educação e valorização do património

O Grupo Media Capital, como entidade patrocinadora ou através das suas participadas, tem vindo a apoiar algumas das mais importantes instituições e iniciativas realizadas em Portugal, sobretudo ajudando à sua divulgação junto do grande público. Neste âmbito, há a salientar:

- Mantendo uma forte tradição de comunicação em língua portuguesa e defesa da cultura e valores nacionais, a TVI assegurou em 2013 que mais de 75% da sua grelha tenha sido difundida em português.
- Em cumprimento dos indicadores de serviço público do protocolo celebrado em 2003 entre o governo e os operadores generalistas, durante este ano a TVI emitiu 384 horas de programação com legendagem em teletexto e, para os programas com suporte em língua gestual, foram emitidas um total de 550 horas. Nestas rubricas, estiveram envolvidos conteúdos tão diversos como a “Eucaristia”, o “Especial de Natal: Missão Sorriso”, “Você na TV”, “Inspetor Max”, e a série juvenil “I Love It”.
- Também neste âmbito, em 2013 a TVI voltou a cumprir as obrigações previstas, designadamente na disponibilização de espaço de comunicação ao Instituto do Cinema e Audiovisual, com a promoção de 9 obras cinematográficas.
- Com produções em várias regiões de Portugal, a Plural continua a contribuir de forma inequívoca para a promoção da cultura e costumes, fomentando um maior conhecimento do país e das populações locais e, inclusive, dinamizando as economias das regiões por onde passa.

- A TVI empenhou-se fortemente na promoção de várias das maiores e mais significativas festas que fazem parte da tradição popular portuguesa, ao mesmo tempo que divulgava a música, cultura, costumes, arquitetura e gastronomia locais, tendo o programa “Somos Portugal”, emitido em direto aos domingos, dando voz a inúmeras regiões e localidades de norte a sul do país.
- A componente formativa e educativa é também abordada pelas novelas e séries produzidas pela Plural e transmitidas pela TVI, com bom impacto junto do público-alvo, chamando a atenção e informando sobre temas pertinentes, atuais e uteis para a sociedade.
- Beneficiando da diversidade e qualidade dos meios técnicos, dos seus profissionais e da sua estrutura, a Plural contribuiu para a produção e realização de diversos trabalhos audiovisuais, destacando-se as curtas-metragens realizadas por alunos da Universidade Lusófona, que se destacaram nos Prémios EM Curtas, iniciativa da Novartis, em parceria com o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA).

MEDIDAS DE VOLUNTARIADO DENTRO DO GRUPO

O Grupo Media Capital promove anualmente campanhas internas de doação de sangue e de medula óssea, iniciativas que registam sempre uma adesão extremamente positiva da parte dos colaboradores.

Durante 2013, foram apoiadas instituições como a Casa do Gil, a AMI, a *Make a Wish Foundation* e o Instituto Português do Sangue, com ações que promoveram o espírito de solidariedade e ajuda no seio do Grupo Media Capital, reforçando o seu compromisso com a comunidade.

Ao longo do ano, os colaboradores do Grupo são também chamados a participar e intervir nas diversas causas que as unidades de negócio do Grupo apoiam, sempre com bons resultados de adesão e receptividade.

BOAS PRÁTICAS

Mais do que limitar-se apenas a cumprir a regulação aplicável às atividades de media em Portugal, o Grupo Media Capital tem promovido proactivamente a adoção das melhores práticas internacionais no sector.

O Grupo Media Capital foi de novo distinguida pela AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercados, com uma elevada classificação no *rating* relativo ao Grau de Acolhimento de Recomendações em matéria de Governo das Sociedades em Portugal.

Destacando-se no seu setor, a Media Capital obtém uma classificação “AA” num estudo que envolveu 43 empresas emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, até 31 de dezembro de 2012, incluindo as que compõem o índice PSI20.

Esta distinção é resultado de um estudo independente solicitado à Universidade Católica Portuguesa, sobre o grau de acolhimento das recomendações do código de governo societário adotado em Portugal (CMVM), por parte das empresas portuguesas cotadas em bolsa. O estudo tem por base a informação pública disponibilizada pelas sociedades cotadas nos relatórios de governo das sociedades referentes ao exercício de 2012 e avalia o grau de acolhimento das normas recomendatórias tendo como principal referência o cumprimento das práticas mais relevantes que constam dos *benchmarks* internacionais.

Numa ótica de responsabilidade social e de proteção dos menores e públicos sensíveis, a TVI tem mantido e melhorado, do ponto de vista de aperfeiçoamento interno, o sistema comum e unívoco de classificação de programas de televisão definido para os três operadores, facilitando-se a comunicação dos limites de programação à grande maioria dos espectadores.

Durante o ano de 2013, o Grupo Media Capital participou na definição das políticas e medidas governamentais, legislativas e regulamentares com impacto sobre o seu setor de atividade, designadamente através da contribuição para a tomada de posições públicas e da resposta a consultas públicas desencadeadas mediante iniciativa das entidades reguladoras e do próprio Governo.

O respeito pela legislação setorial e a melhoria constante dos níveis de cumprimento da mesma, bem como o cultivo de uma atitude de bom relacionamento institucional com as autoridades reguladoras têm sido um traço característico da atuação da Media Capital no mercado, justamente reconhecido por aquelas autoridades e, em geral, pelas demais entidades participantes no mesmo mercado.

TVI

Protocolo de Serviço Público

Em setembro de 2003, o Governo português, o canal de televisão público RTP e os dois canais privados SIC e TVI assinaram um Protocolo de Serviço Público com o objetivo de garantir o cumprimento de determinadas obrigações de serviço público nos canais privados, como por exemplo:

- i. Apoio publicitário aos projetos do Instituto do Cinema e Audiovisual;
- ii. Investimentos mínimos em produção independente;
- iii. Transmissão de adaptações de ficção literária portuguesa;
- iv. Transmissão de programas culturais e dedicados a minorias;
- v. Utilização de linguagem gestual e legendagem para os deficientes auditivos.

Os 3 canais obrigaram-se a enviar relatórios bimensais aos participantes, os quais serão avaliados duas vezes por ano por pessoa independente e credível, nomeada pelo Governo.

Sistema de classificação de programas de televisão

Numa ótica de responsabilidade social e de proteção dos menores e outros públicos sensíveis, a TVI iniciou em outubro de 2005 um sistema próprio de classificação dos seus programas com cinco limites de idade em conjunto com recomendação parental. O *rating* dos programas é definido por uma comissão interna multidisciplinar, baseada na análise objetiva de oito critérios diferentes.

Todos os programas da TVI, à exceção dos serviços noticiosos, são classificados internamente e têm indicação no ecrã acerca dos limites de idade recomendados. Os noticiários são precedidos por um aviso destinado aos pais ou a outros adultos responsáveis pela educação de crianças acerca de eventuais conteúdos de natureza violenta.

Com base nesta experiência, reconhecida de forma positiva pelos principais agentes do mercado televisivo, este projeto de autorregulação foi reforçado através da assinatura, em setembro de 2006, de um acordo entre as três televisões generalistas (RTP, SIC e TVI) que proporcionou um sistema comum e unívoco de classificação de programas de televisão para os três operadores. Esta política é muito semelhante à política previamente definida pela TVI e define quatro limites de idade, baseados na análise dos oito critérios. A TVI tem mantido e melhorado, do ponto de vista de aperfeiçoamento interno, o sistema comum e unívoco de classificação de programas de televisão, definido para os três operadores, facilitando-se a comunicação dos limites de programação à grande maioria dos espectadores.

Estatuto Editorial

Este documento apresenta a missão da TVI, definindo-a como uma empresa de comunicação, independente, com o objetivo de informar e providenciar entretenimento para todas as pessoas de todas as idades, orientada por padrões de qualidade. Destaca ainda a forte ligação com a cultura e a língua portuguesas, sem descurar o seu objetivo de contribuir para um entendimento mútuo multicultural a nível global. Numa perspetiva humanista, orienta-se por valores como a liberdade, a solidariedade e a paz, valorizando acima de tudo a honestidade, a justiça e o respeito pelo espectador.

Lei da Televisão

De acordo com a Lei Portuguesa (respeitando as Diretivas Comunitárias), a TVI está obrigada a transmitir tempos mínimos percentuais de produções europeias, produções independentes europeias, programas em língua portuguesa e em língua original portuguesa. Estas obrigações são controladas pelo regulador independente ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social). A TVI tem cumprido regularmente com todas as suas obrigações, particularmente graças à sua aposta em produção de ficção nacional, mas também pela contratação de produtoras independentes.

MCR

Estatuto Editorial

Reuniões abertas regulares e participativas entre os diretores de programas e as suas equipas estão na base da programação. A independência jornalística e estatutos editoriais estão definidos no Estatuto do Jornalista, regulado por lei. Adicionalmente, um regulamento interno define outros aspetos, como sejam a incompatibilidade com outras funções, conflitos de interesse, respeito, privacidade e dignidade da pessoa entrevistada e fontes de informação.

Lei da Rádio

O mercado português de rádio é regulado por Lei, que estabelece regras a nível da frequência dos serviços noticiosos, do tipo de conteúdo (conteúdo local em rádios locais), da percentagem de música portuguesa e das restrições do tempo máximo de publicidade. Estas obrigações são monitorizadas pela ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social) e integralmente cumpridas pela MCR.

DIALOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

As empresas do Grupo Media Capital têm uma preocupação constante em manter um contato regular com as partes interessadas, desde os acionistas ao consumidor final. Neste sentido, em função da atividade de cada empresa e do Grupo em si, os contactos são especializados e direcionados por público-alvo.

De acordo com os princípios de transparência de gestão e boas práticas de Governo das Sociedades observados no Grupo Media Capital e por inerência da aplicação do processo SOX – *Sarbanes-Oxley*

Act – a que o Grupo PRISA está obrigado, a Media Capital implementou em 2011, o Código de Conduta, aplicável a todos os colaboradores e de cumprimento vinculativo.

No mesmo âmbito, o Grupo dispõe de um canal de denúncias, um sistema que permite a qualquer entidade, pessoal ou coletiva, relacionada com o Grupo (incluindo clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, e demais partes interessadas) transmitir, de forma direta e confidencial, à Comissão de Auditoria, qualquer prática menos lícita ou alegada irregularidade contabilística, financeira ou de controlo ocorrida no seio do Grupo. Tanto o código de conduta como o canal de denúncias foram amplamente divulgados por todos os colaboradores e disponibilizados no *site* da Media Capital.

Através do seu *site* institucional, por correspondência formal e pelo *site* da CMVM, a comunicação com os acionistas e investidores é assegurada de forma permanente, dentro dos parâmetros legais.

Intranet

Lançada em dezembro de 2012, a Intranet Media Capital, um portal que tem como objetivo agilizar a comunicação do Grupo com os colaboradores e entre os próprios colaboradores, tornar os serviços partilhados do Grupo mais eficazes e eficientes e também promover uma maior cultura de Grupo, não obstante a unidade de negócio de cada um (e sem perder, naturalmente, a personalidade própria de cada empresa).

Desde o seu lançamento, foram divulgadas mais de 1000 “notícias”, desde informações sobre novos projetos, comunicados das empresas do Grupo, audiências, destaques de programação dos diversos meios, passatempos, sorteios, sugestões de lazer, iniciativas solidárias, prémios e nomeações, entre outros. A zona de comunicação entre colaboradores, o “Muro”, registou mais de 2400 posts.

A intranet permitiu ainda, sendo esse um dos seus objetivos primários, uma maior agilização da comunicação entre o Departamento de Recursos Humanos e cada colaborador, ao constituir-se como um interface privilegiado, completo e dinâmico para qualquer troca de comunicação e informação com o departamento, comportando desde informação prática relacionada com a relação contratual do colaborador, a ações de formação, benefícios, informação sobre legislação e procedimentos internos. Ao longo de 2013 foi disponibilizada informação útil desde procedimentos do seguro de saúde, oferta de formação profissional, protocolos ou ferramentas operacionais de diversas áreas, para além de outros conteúdos úteis.

Comunicação com o consumidor final

Para os consumidores finais – ouvintes, espectadores, utilizadores – as empresas do Grupo utilizam essencialmente os canais telefónico e digital.

Por Telefone

A TVI tem um serviço de chamadas integrado no seu departamento de relações exteriores, disponível das 7h30 às 00h00, para receber comentários, sugestões, reclamações do público. A MCR tem igualmente um serviço telefónico permanente ao longo do dia que serve também (para além dos objetivos especificados para a TVI) para a participação dos ouvintes em programas das rádios do Grupo.

Por via Digital

Através de boletins informativos regulares ou dos sites das marcas, procura-se informar, promover e fomentar a interação com o público-alvo.

Com as agências e órgãos de comunicação social, o canal digital – e, em especial, o site do Grupo Media Capital – é igualmente uma forma privilegiada de contacto para enviar informação sobre lançamento de novos produtos, informação sobre grelhas de informação (no caso da TVI e das rádios) ou informação institucional.

Outros meios

As visitas às instalações e a promoção de encontros pontuais sempre que existe informação relevante a comunicar, são igualmente modelos usados no contacto com os órgãos de comunicação social.

Os anunciantes nas marcas do Grupo Media Capital, contam com um acompanhamento diário – em particular no caso da TVI, mas este contato diário com os anunciantes estende-se às restantes empresas – e resposta regular às suas campanhas, por telefone, email ou pessoalmente.

Relações com a comunidade, instituições ou associações

As empresas do Grupo Media Capital mantêm relações com os principais agentes do mercado e do Estado que representam e regulam o setor onde se inserem, garantindo não só um acompanhamento regular da atividade destas entidades como a presença e envolvimento na tomada de decisões impactantes para o setor.

PROMOÇÃO DE PRINCÍPIOS HUMANITÁRIOS

- Existe no Grupo Media Capital uma política de não discriminação e garantia de condições sociais e de trabalho igualitárias na admissão de recursos humanos, sendo o mérito pessoal o critério exclusivo para seleção.
- As promoções orientam-se por normas e políticas internas, baseadas na participação e no mérito, mediante um processo de avaliação de desempenho devidamente estruturado e comunicado.
- As empresas do Grupo cumprem escrupulosamente as leis e regulações em matéria de privacidade e confidencialidade, nomeadamente no que se refere a questões de segurança como sejam as áreas de acesso controlado.
- No Grupo existem normas detalhadas no que respeita à Dignidade Humana e privacidade nos programas noticiosos, de acordo com os princípios estabelecidos nos Estatutos Editoriais e nas Bases Programáticas da Plataforma Comum dos conteúdos informativos nos meios de comunicação.
- As normas internas neste domínio são igualmente aplicadas pelo Grupo na seleção de entidades subcontratadas ou fornecedoras.

EMPREGADOS

Formação profissional e outros benefícios

Em 2013, os colaboradores do Grupo Media Capital beneficiaram de formação profissional, nas áreas comportamental, técnica, informática e linguística (Espanhol).

Para além disso, também a Plural tem mantido uma contribuição muito significativa para o desenvolvimento de centenas de novos profissionais no setor de audiovisual em Portugal. Esta contribuição passa pela formação das várias categorias de profissionais do setor e pela melhoria generalizada nas áreas técnicas de direção, produção e edição de ficção.

O Grupo Media Capital tem em vigor um plano de seguros de saúde para os seus colaboradores e respetivas famílias, para além de todos os empregados beneficiarem igualmente de exames médicos e análises numa base preventiva e regular e do acesso ao posto médico do Grupo, disponível 8 horas por semana. Os colaboradores do Grupo Media Capital podem ainda usufruir dos protocolos

estabelecidos entre o Grupo e instituições como bancos, ginásios, farmácias, clínicas especializadas, escolas de línguas, entre outras.

Assumindo a sua responsabilidade na formação de futuros profissionais no sector da Comunicação Social, a TVI acolheu em 2013, 120 estagiários, para estágios nas direções de Informação, Programas, Marketing e Relações Exteriores e Emissão e Meios de Produção, entre os quais estudantes de cursos de Comunicação Social e de Marketing, provenientes entre outras da Universidade Católica Portuguesa, Universidade Nova, da Universidade Fernando Pessoa (Porto), Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Coimbra, Escola superior de Educação de Viseu, Universidade Lusofona, do ISCEM e das Escolas Profissionais ETIC, Restart, Val do Rio e Singular Way.

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho do Grupo Media Capital enquadra-se no processo de melhoria contínua assente nos objetivos de qualidade e excelência e integra-se no ciclo anual de gestão de cada Unidade de negócio, sendo composto por quatro dimensões:

- I. Avaliação de Competências (Chave, Gestão e Liderança e Técnicas Específicas);
- II. Avaliação de Objetivos (Corporativos, de Negócio e Departamento);
- III. Definição do Plano de Desenvolvimento Individual;
- IV. Identificação de Potencial;

Este sistema interage com as áreas de Gestão de Carreiras e de Remuneração/Benefícios, permitindo uma Gestão de Recursos Humanos global alinhada com a Missão, Visão e Valores do Grupo Media Capital.

AMBIENTE

As atividades desenvolvidas pelo Grupo Media Capital têm, por definição, um reduzido impacto a nível ambiental. Em 2013, o Grupo manteve o seu empenho na implementação de um conjunto de medidas, transversais a todas as unidades de negócio, tendo em vista minorar ainda mais o seu impacto no meio ambiente e junto da comunidade onde se insere. Destacam-se a reciclagem – de papel, cartão, plástico, vidro e consumíveis informáticos (com taxas de reciclagem entre os 85% a 100% dos materiais comprados/consumidos no caso do papel/cartão e consumíveis informáticos e iluminação) – e as medidas de poupança e redução dos consumos de energia.

O somatório dos resíduos gerados nas instalações da Media Capital é anualmente registado no SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente), entidade que está disponível através um portal da internet de acesso reservado a utilizadores representantes de Organizações, ou responsáveis de Estabelecimentos/Instalações com obrigações legais no âmbito de Ambiente.



Disposições Legais

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Ações próprias

Nos termos do disposto nos artigos 66.º e 324.º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que durante o ano de 2013 não foram adquiridas ou alienadas ações próprias representativas do capital social da Sociedade, pelo que em 31 de dezembro de 2013 não eram detidas quaisquer ações próprias.

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunicamos o número de ações representativas do capital social da Sociedade detidas, a 31 de dezembro de 2013, pelos acionistas que informaram ser titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

- Vertex SGPS, S.A.: 80.027.607 ações representativas de 94,69% do capital social da Sociedade.

Lista de Participações Qualificadas (conhecidas a 31 de dezembro de 2013)

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8º do Regulamento da CMVM N.º 5/2008, comunicamos a lista de participações qualificadas conhecidas a 31 de dezembro de 2013:

Acionista	Nº de ações detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Vertex SGPS, S.A. (a)	80.027.607	94,69%	94,69% (a)
Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra	4.269.869	5,05%	5,05%

a) A Vertex SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, S.A., sociedade de direito espanhol.

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, e com referência a 31 de dezembro de 2013, comunicamos serem as seguintes as ações representativas do capital social da Sociedade detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade:

Membros do Conselho de Administração

	Ações	Nº Títulos 31-12-13	Movimentos em 2013			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário (€)	
Miguel Pais do Amaral		0		8.451.318	4,14	25.02.2013
Rosa Cullell		0				
Jaime d' Almeida		0				
Javier Lazaro		0				
Juan Herrero		0				
Manuel Polanco		0				
Miguel Gil		0				
Pedro Garcia Guillén		0				
Tirso Olazábal		0				

Revisor Oficial de Contas

	Ações	Nº Títulos 31-12-13	Movimentos em 2013			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário (€)	
Deloitte & Associados, SROC		0				

Relatório sobre o Governo da Sociedade

O Relatório sobre o Governo da Sociedade é apresentado em documento anexo ao presente relatório.

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício nas contas individuais preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotados pela União Europeia foi de 12.624.545,61 Euros, enquanto que o resultado líquido consolidado foi de 13.683.454,83 Euros.

O Conselho de Administração propõe que seja deliberado o seguinte:

- a) Dando cumprimento ao disposto na lei e nos estatutos, seja transferido para Reservas legais, o montante de 631.227,28 Euros, correspondente a 5% do resultado líquido individual do exercício;

- b) Distribuição de dividendos no montante de 9.803.528,88 Euros, correspondente a, aproximadamente, 72 % do valor do resultado líquido consolidado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Esta distribuição corresponderá a um dividendo bruto por ação de 0,116 Euros;
- c) O remanescente do resultado líquido do exercício seja transferido para Reservas livres.

Esta proposta de distribuição de dividendos, tem como objetivo ir de encontro às expectativas criadas junto dos investidores e acionistas, sem contudo, descuidar a preocupação em manter o Grupo Media Capital dotado de liquidez necessária à continuidade de negócio tendo em consideração a atual conjuntura económica.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Agradecimentos

Não queremos terminar sem um agradecimento a todos os colaboradores que com a sua contribuição direta ou indireta participaram no desenvolvimento deste Grupo, aos nossos parceiros e fornecedores, pelos serviços prestados, aos nossos acionistas, pelo apoio constante, aos nossos espectadores, ouvintes e utilizadores pela preferência demonstrada ao longo do ano e aos nossos anunciantes e clientes pela confiança em nós depositada.

19 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração,

Miguel Pais do Amaral (Presidente)

Rosa Maria Cullell Muniesa (Administradora Delegada)

Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Vogal)

Javier Lázaro Rodríguez (Vogal)

Manuel Polanco Moreno (Vogal)

Miguel Gil Peral (Vogal)

Pedro Garcia Guillén (Vogal)

Tirso Olazábal (Vogal)



Relatório de Governo de Sociedade

INTRODUÇÃO

A sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (doravante designada igualmente por “Media Capital” ou “Sociedade”) apresenta, em anexo ao Relatório e Contas de 2013 o presente Relatório inteiramente dedicado ao Governo Societário, nos termos do disposto nos artigos 70.º do Código das Sociedades Comerciais, 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e Regulamento da CMVM n.º 4/2013 sobre o Governo das Sociedades.

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de Capital

A Media Capital é uma sociedade aberta, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, com o capital social emitido de Euro 89.583.970,80, integralmente subscrito e realizado, constituído por 84.513.180 ações escriturais e nominativas, com o valor nominal de Euro 1,06 por ação. As ações são escriturais, e encontram-se inscritas em contas abertas junto de intermediários financeiros autorizados pela CMVM, que atuam como depositários de valores mobiliários, e são membros do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários (“Central de Valores Mobiliários”) gerido pela Interbolsa, S.A.

Todas as ações da Media Capital estão admitidas à negociação no mercado regulamentado denominado NYSE Euronext Lisbon. Todas as ações emitidas pertencem à mesma categoria. A sociedade Media Capital não atribuiu quaisquer direitos especiais a categorias de ações emitidas, pelo que todos os acionistas são titulares dos mesmos direitos.

Não existem restrições estatutárias à transmissibilidade das ações nem limitações estatutárias quanto à titularidade de ações da Media Capital.

A Sociedade não subscreveu ações próprias, não tendo ocorrido durante o ano de 2013 aquisições ou alienações.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração, a Sociedade não celebrou quaisquer acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição. Alguns dos financiamentos contratados pelo Grupo junto da Banca nacional preveem vencimento antecipado, não automático, em caso de alteração significativa no controlo da sociedade em termos e condições habitualmente praticados no mercado bancário.

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas com o objetivo de limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não foram adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de

administração e que possam prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, a 31 de dezembro de 2013 não se encontra em vigor qualquer Acordo Parassocial celebrado entre os acionistas e que contenha restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou quanto aos direitos de voto.

II. Participações sociais e Obrigações detidas

É a seguinte a lista de participações qualificadas da Media Capital conhecidas a 31 de dezembro de 2013:

Acionista	Nº de ações detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de capital com direitos de voto
Vertex SGPS, S.A. (a)	80.027.607	94,69%	94,69% (a)
Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra	4.269.869	5,05%	5,05%

(a) A Vertex SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, S.A., sociedade de direito espanhol.

A sociedade Media Capital não emitiu obrigações.

Com referência a 31 de dezembro de 2013, são as seguintes as ações detidas ou transações realizadas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

Membros do Conselho de Administração

Ações	Nº Títulos 31-12-13	Movimentos em 2013			
		Aquisições	Alienações	Preço Unitário (€)	Data
Miguel Pais do Amaral	0		8.451.318	4,14	25.02.2013(i)
Rosa Cullell	0				
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	0				
Javier Lázaro Rodríguez	0				
Juan Herrero	0				
Manuel Polanco	0				
Miguel Gil	0				
Pedro Garcia Guillén	0				
Tirso Olazábal Caveró	0				

(i) Vd. Informação privilegiada enviada a 26-02-2013, pela PortQuay West I B.V. (controlada pelo Senhor Eng. Miguel Pais do Amaral)

Revisor Oficial de Contas

Ações	Nº Títulos 31-12-13	Movimentos em 2013			Data
		Aquisições	Alienações	Preço Unitário (€)	
Deloitte & Associados, SROC	0				

O Conselho de Administração está autorizado, nos termos do Contrato de Sociedade na versão adotada em 2006, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, a aumentar o capital social em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite máximo de Euro 15.000.000,00. Na sua deliberação, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada aumento de capital, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização. Até 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração não deliberou qualquer aumento de capital ao abrigo da prerrogativa prevista no Contrato de Sociedade.

Relativamente a negócios ou operações realizados entre a Media Capital e os titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo, foram realizadas as seguintes operações, as quais foram realizadas em condições normais de mercado:

- Contrato de *cash pooling* celebrado entre a Plural España e a Promotora de Informaciones, S.A. de 5 de janeiro de 2009 no montante global de Euro 28.203.624,00, encontrando-se pendente, a 31 de dezembro de 2013, um saldo a seu favor no montante de Euro 2.950.747 Euros, o qual vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescido de um *spread* de 2,5%.
- Contrato de serviços de gestão celebrado com a Promotora de Informaciones, S.A. tendo durante o exercício de 2013 sido faturado um montante global de aproximadamente Euro 900.000,00.

No dia 11 de dezembro de 2013 entraram em vigor as condições aplicáveis aos vários contratos destinados a regulamentar a prorrogação do processo de refinanciamento entre a Promotora de Informaciones S.A. (“PRISA”) e um sindicato integrado por um conjunto de instituições bancárias e financeiras. A Media Capital, tendo em conta a relação de domínio indireto entre a PRISA e esta sociedade, aderiu como “obrigor” à gestão de negócios descrita no âmbito da reestruturação financeira da PRISA, sendo assim prorrogado o prazo e as condições dos anteriores contratos assinados pela Media Capital em 26 de dezembro de 2011.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa de assembleia geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral para o mandato de 2012/2015, e em exercício a 31 de dezembro de 2013, foram designados na Assembleia Geral realizada a 21 de março de 2012.

São os seguintes os membros da Mesa da Assembleia Geral:

PRESIDENTE: Exmo. Senhor Professor Doutor Pedro Canastra de Azevedo Maia, Doutorado em Ciências Jurídico-Empresariais, natural de Vila do Conde, com domicílio na Alameda Infante D. Pedro, n.º 56 em Coimbra.

VICE-PRESIDENTE: Exmo. Senhor Dr. Tiago Antunes da Cunha Ferreira de Lemos, Advogado, natural de Lisboa, com domicílio na Rua da Arrábida, 54, 2º Esq. em Lisboa.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral são secretariados pelo Secretário da Sociedade.

b) Exercício do direito de voto

Nos termos do Contrato de Sociedade da Media Capital, a cada conjunto de 100 (cem) ações da Sociedade com o valor nominal de Euro 1,06 (um euro e seis cêntimos) corresponde 1 (um) voto. Os acionistas, que detenham menos de 100 (cem) ações, podem agrupar as suas ações com o objetivo de intervir e participar na Assembleia Geral, fazendo então representar-se por um deles. Os titulares de obrigações ou de ações preferenciais sem voto não poderão participar, nem estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral.

A Sociedade considera que se encontra devidamente acautelada a possibilidade de participação e intervenção dos acionistas da Sociedade tendo em consideração o baixo valor nominal das ações e a possibilidade de agrupamento dos acionistas para perfazerem um voto (prevista no artigo 11.º do Contrato de Sociedade).

A Assembleia Geral da Media Capital é constituída pelos acionistas que, desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data agendada para a realização da respetiva reunião, tenham averbadas em seu nome em conta de valores mobiliários escriturais aberta junto de intermediário financeiro, pelo menos 100 (cem) ações representativas do capital social da Sociedade. A prova da titularidade das ações far-se-á mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência de cinco dias em relação à data agendada para a realização da assembleia, de declaração emitida por intermediário financeiro do registo em conta das ações, da qual deverá constar que as ações em causa se encontram registadas na respetiva conta desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data agendada para a realização da assembleia.

O artigo 11.º do Contrato de Sociedade da Media Capital prevê que os acionistas poderão exercer o seu voto por correspondência. O Contrato de Sociedade da Media Capital não proíbe a realização de Assembleias Gerais através de meios telemáticos, encontrando-se a Sociedade capaz de assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações. Para a Assembleia Geral de 2013, não foi implementada a adoção do sistema de voto por meios eletrónicos por a Sociedade considerar que através do voto por correspondência se encontrava acautelado o acesso de todos os acionistas à participação nas decisões submetidas a deliberação.

A Sociedade não estabeleceu mecanismos que provoquem o desfasamento entre o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários.

Para além das previsões estatutárias referidas supra, a Sociedade não prevê qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, seja de forma individual ou em concertação com outros acionistas com ele relacionados. O Contrato de Sociedade não prevê a existência de limitações quanto à contagem de direitos de voto acima de certo número quando emitidos por um só acionista. Pelo exposto, a Sociedade não considera ser necessário sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da respetiva norma estatutária.

Nos termos do artigo 15.º do Contrato de Sociedade, a Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação caso estejam presentes ou devidamente representados acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social com direito de voto. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos apurados em cada reunião não se prevendo, estatutariamente, maiorias qualificadas para além dos casos previstos na lei.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

A Media Capital adota como estrutura de administração e fiscalização o modelo anglo-saxónico, (constante da alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais), ou seja, estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é designado ou substituído nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais. Na designação do Conselho de Administração poderá, ainda, um grupo de acionistas que detenha uma participação superior a dez por cento e inferior a vinte por cento do capital social da Sociedade propor à Assembleia Geral a eleição de um Administrador como representante das minorias, em conformidade com os números 2 a 5 do Artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais, e conforme previsto no artigo 19.º do Contrato de Sociedade.

As propostas de designação de Administradores que sejam submetidas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, e ainda a designação por cooptação do Conselho de Administração devem, de acordo com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração, ser precedidas do correspondente relatório da Comissão de Governo Corporativo e Remunerações dos Quadros Diretivos, devendo, em caso de designação de Administradores independentes, a sua designação ser proposta pela Comissão de Governo Corporativo e Remunerações dos Quadros Diretivos (composta por membros do Conselho de Administração, não executivos). A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais poderá apresentar propostas de designação de Administradores à Assembleia Geral.

O Contrato de Sociedade prevê, no seu artigo 19.º, a possibilidade de se proceder à substituição de um Administrador, nos termos da lei e caso o Conselho de Administração venha a declarar a falta definitiva desse Administrador, caso durante um exercício o Administrador venha a faltar injustificadamente a mais de 3 (três) reuniões do Conselho de Administração. De acordo com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração, os Administradores cessarão as suas funções no termo do mandato para o qual foram designados ou quando o decida a Assembleia Geral, no uso das suas atribuições, conferidas legal ou estatutariamente. Os Administradores devem pôr o seu cargo à disposição do Conselho de Administração e formalizar, se este o considerar conveniente, a correspondente renúncia nos casos discriminados naquele Regulamento (nomeadamente, quando se encontrem em alguma situação de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos, quando por causa de ato doloso tenha sido proferido despacho de saneamento do processo e de designação de data para audiência (previstos no Código de Processo Penal), por acusação e/ou pronúncia pela prática de crime doloso punível com pena de prisão superior a 5 anos, quando cessem as circunstâncias pelas quais foram nomeados e, em particular, quando um Administrador independente perca a sua respetiva

condição). O Conselho de Administração está impedido de propor a destituição de um membro independente antes do cumprimento do mandato para o qual foi designado, salvo quando ocorra justa causa, apreciada pelo Conselho após parecer prévio da Comissão de Governo Corporativo e Retribuições dos Quadros Diretivos.

O Contrato de Sociedade da Media Capital estabelece que o Conselho de Administração deve ser composto por um número mínimo de 7 (sete) membros e um máximo de 11 (onze) membros, eleitos em Assembleia Geral por períodos de 4 (quatro) anos, e reelegíveis uma ou mais vezes.

Os membros do Conselho de Administração em exercício foram designados para o mandato de 2012/2015 pela Assembleia Geral de Acionistas da sociedade, realizada a 21 de março de 2012.

Os membros do Conselho de Administração para o mandato de 2012/2015 e em exercício a 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

	Estatuto	Independência	Data da 1ª designação	Data de termo do mandato
<i>Presidente:</i> Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Não executivo		16-03-2011	31-12-2015
Rosa Cullell	Executivo		13-07-2011	31-12-2015
Miguel Gil	Executivo		14-12-2005	31-12-2015
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	Não executivo	Independente	10-03-2004	31-12-2015
Javier Lázaro Rodríguez	Não executivo		21-12-2012	31-12-2015
Juan Herrero *	Não executivo		03-05-2007	31-12-2015
Manuel Polanco	Não executivo		15-11-2005	31-12-2015
Pedro Garcia Guillén	Não executivo		14-05-2009	31-12-2015
Tirso Olazábal Cavero	Não executivo	Independente	25-09-2006	31-12-2015

* O Administrador Juan Herrero apresentou, já em 2014, a renúncia ao seu cargo, conforme comunicado enviado ao mercado a 18 de Fevereiro de 2014.

Durante o ano de 2013, um dos membros do Conselho de Administração Senhor Bo Nilsson (membro não executivo) apresentou a renúncia ao seu cargo a 22 de março de 2013. O Conselho de Administração havia designado por cooptação na sua reunião de 21 de dezembro de 2012 como novo membro do Conselho de Administração o Senhor Javier Lázaro Rodríguez (na sequência da renúncia apresentada pelo Senhor Juan Luis Cebrián Echarri), o que veio a ser ratificado na Assembleia Geral realizada a 29 de abril de 2013.

O Conselho de Administração da sociedade é composto por dois membros executivos e oito membros não executivos, sendo o presidente do órgão de administração não executivo. Dos membros que incorporam o Conselho de Administração, dois deles são considerados independentes, de acordo com o disposto no Regulamento da CMVM n.º 4/2013. A Sociedade considera que a designação dos membros independentes assegura por si só a proporção

necessária em função do modelo de governação adotado, sendo bastante tendo conta a sua estrutura de capital.

As qualificações profissionais e demais elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, e as relações profissionais ou comerciais mantidas com entidades do Grupo ou com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos votos podem ser consultadas no Anexo ao presente Relatório.

Em matéria de delegação de competências, o Conselho de Administração aprovou por deliberação do Conselho de Administração do dia 21 de julho de 2012, a delegação de poderes de gestão corrente da Sociedade na Administradora Dra. Rosa Maria Cullell Muniesa, nos termos do disposto no artigo 22.º do Contrato de Sociedade e no Regulamento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração delegou na Administradora Delegada os poderes delegáveis nos termos da lei e do Regulamento de funcionamento conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os quais incluem os poderes de gestão corrente da sociedade, nomeadamente (i) com limitação de até ao montante de Euro 4.000.000,00 (quatro milhões de euros) celebrar, alterar ou cancelar contratos prestação de serviços, licenciamento, cooperação, mandato, permuta, aluguer, locação financeira, factoring, franquia, comodato e/ou mútuo de ou sobre quaisquer direitos, serviços, produtos ou bens móveis, sujeitos a registo ou não, de arrendamento e subarrendamento de bens imóveis, (ii) aceitar e renunciar a garantias prestadas por terceiros, (iii) proceder a todo o tipo de cobrança de créditos, (iv) emitir faturas, e subscrever recibos ou documentos de quitação, (v) exercer o poder regulamentar, diretivo e disciplinar sobre os trabalhadores, (vi) assinar correspondência e expediente geral, (vii) representar a Sociedade junto de instituições públicas e privadas, (viii) declarar e pagar impostos, taxas e contribuições, (ix) representar a Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo propor, seguir, confessar, desistir, recorrer ou transigir em todo o tipo de processos judiciais e em quaisquer instâncias.

Nos termos do disposto no artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, a delegação de competências na Administradora Delegada não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre as matérias objeto de delegação, sendo prática adotada pelo Conselho de Administração da Sociedade a aprovação ou ratificação dos atos praticados individualmente pela Administradora Delegada. Nos termos do disposto no artigo 5.º do Regulamento do Conselho de Administração, nos poderes delegados na Administradora Delegada não se incluem os poderes de i) definição de estratégias e políticas gerais da sociedade, ii) definição da estrutura empresarial do grupo; iii) decisões consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais, sendo as mesmas da competência do Conselho de Administração enquanto órgão colegial.

Sem prejuízo da delegação de poderes, o Conselho de Administração é composto por mais um administrador executivo que assume responsabilidades pelo acompanhamento direto de áreas específicas de atuação do Grupo Media Capital desenvolvidas pelas suas participadas, em conjunto com os diretores operacionais.

Em termos organizacionais, o Grupo Media Capital encontra-se estruturado por áreas de negócio, que correspondem aos diferentes mercados de media em que opera – Televisão, Produção Audiovisual, Rádio, Música, Digital e Outros negócios.

Como holding do Grupo, a sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico, designadamente no que respeita ao seu processo de expansão,

bem como pela gestão global do conjunto das diferentes áreas de negócio, servindo como polo orientador no processo de tomada de decisão. Em 2013, a Media Capital manteve o comitê criado em 2011 - Comitê Executivo - no qual estão presentes os quadros diretivos de todas as áreas de atividade da Media Capital, com reporte hierárquico à administração. Este comitê reúne com periodicidade e serve de apoio à gestão da Administradora Delegada.

Cada área de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão corrente, de acordo com os critérios e orientações que emanam do orçamento anual de cada área, revisto e aprovado anualmente pelas respectivas áreas e pelo Conselho de Administração da Media Capital, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interativa, as orientações estratégicas, operacionais e de investimento dos vários negócios. O funcionamento operacional é regulado no quadro de um sistema de controlo de gestão conduzido pela holding, onde se procede, em permanência, ao controlo da execução orçamental.

Para o correto exercício das suas funções, o Grupo Media Capital dispõe de um conjunto de estruturas funcionais de apoio à gestão do Grupo incluídas quer na Sociedade quer em outras sociedades integradas e que se encontram concentradas na sociedade Media Capital Serviços, S.A. (sociedade detida a 100% pela Media Capital). O objetivo destas estruturas compreende não só o fornecimento à holding de ferramentas de suporte à decisão operacional, como a prestação, a todo o Grupo, incluindo as respectivas áreas de negócios, de serviços de gestão e assessoria nas áreas administrativa e financeira, comercial e de marketing, de recursos humanos, de planeamento e controlo de gestão e de sistemas de informação.

b) Funcionamento

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, a 12 de março de 2009, um Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração, alterado por deliberação do Conselho de Administração a 12 de fevereiro de 2010, o qual se encontra disponível no sítio de internet da Sociedade.

Durante o exercício de 2013, o Conselho de Administração do Grupo Media Capital reuniu regularmente cinco vezes no ano, com a participação ou representação de todos os seus membros, garantindo-se, deste modo, o controlo efetivo da gestão do Grupo, tendo sido adotadas duas deliberações unânimes por escrito.

No exercício de 2013, os Administradores executivos prestaram em tempo útil todas as informações que foram requeridas pelos demais membros Conselho de Administração ou do Órgão de Fiscalização.

A avaliação do desempenho dos membros executivos do órgão de administração é realizada pela Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais que estabelece, anualmente, os critérios de avaliação de desempenho. O Conselho de Administração inclui sete membros não executivos de modo a garantir a efetiva capacidade de acompanhamento e avaliação da atividade levada a cabo pelos membros executivos.

A avaliação de desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade é baseada em critérios definidos, por aplicação de uma fórmula de performance profissional para cada exercício que é determinada pela competente Comissão.

Os membros executivos do Conselho de Administração exercem funções na Sociedade e no Grupo Media Capital a tempo inteiro. Os demais membros do Conselho de Administração, membros não executivos, têm uma disponibilidade a tempo parcial, desempenhando funções nas sociedades referidas no Anexo ao presente Relatório.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

No seio do órgão de Administração foi constituída e designada uma Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Executivos, conforme previsto no artigo 23.º do Contrato de Sociedade. A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos é regulamentada pelo Regulamento do Conselho de Administração e foi criada por deliberação do Conselho de Administração de 12 de março de 2009 (em substituição da Comissão de Nomeação e Remuneração de Diretores).

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos tem as seguintes responsabilidades (i) Informar sobre as propostas de nomeação de Administradores e propor a nomeação de Administradores independentes; (ii) Informar sobre a proposta de nomeação do Secretário do Conselho, (iii) Propor ao Conselho de Administração a política geral de retribuições dos Quadros diretivos e executivos e as demais condições dos seus contratos, (iv) Velar pela observância da política retributiva estabelecida pela Sociedade, (v) Informar sobre as propostas de nomeação dos membros das demais Comissões do Conselho de Administração; (vi) Propor ao Conselho de Administração o Relatório Anual sobre Governo Societário, (vii) Apresentar ao Conselho de Administração, um relatório para a avaliação do funcionamento e da composição do Conselho; (viii) Examinar o cumprimento dos Regulamentos internos.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos reunir-se-á cada vez que o Conselho de Administração da Sociedade, o seu Presidente ou o Administrador Delegado solicite a emissão de um relatório ou a aprovação de propostas no âmbito das suas competências e sempre que, de acordo com a opinião dos seus membros, seja conveniente para o bom desenvolvimento das suas funções. No exercício de 2013, a Comissão reuniu uma vez.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos é composta por três a cinco membros do Conselho de Administração, não executivos. A composição desta Comissão para o mandato em curso 2012/2015 é a seguinte:

	Estatuto	Independência	Data da 1ª designação	Data de termo do mandato
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	Não executivo	Independente	10-03-2004	31-12-2015
Manuel Polanco	Não executivo		15-11-2005	31-12-2015
Pedro Garcia Guillén	Não executivo		14-05-2009	31-12-2015

A Sociedade não dispõe de uma Comissão executiva no seio do Conselho de Administração, tendo em matéria de delegação de competências de gestão a delegação de poderes na Administradora Dra. Rosa Maria Cullell Muniesa, nos termos do disposto no artigo 22.º do Contrato de Sociedade e no Regulamento do Conselho de Administração, com os poderes e competências melhor descritos no ponto anterior do presente Relatório.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

A Media Capital adota como estrutura de administração e fiscalização o modelo anglo-saxónico, ou seja, uma estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração que compreende uma Comissão de Auditoria, a quem compete, em conjunto com um Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da Sociedade.

A Comissão de Auditoria é composta por membros do Conselho de Administração não executivos, sendo composta por uma maioria de membros independentes, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais aplicável por remissão do artigo 423.º-B do Código das Sociedades Comerciais, cumprindo todos os seus membros as regras previstas no disposto no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais. A Comissão de Auditoria é composta por um mínimo de três e um máximo de cinco membros do Conselho de Administração.

Os membros da Comissão de Auditoria para o mandato de 2012/2015 foram designados em conjunto com os demais membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral anual da Media Capital, realizada a 21 de março de 2012. Na sequência da designação do Administrador Senhor Javier Lázaro Rodríguez, a Assembleia Geral realizada a 29 de abril de 2013 procedeu à substituição do membro da Comissão de Auditoria, o Senhor Pedro García Guillén, membro não executivo, pelo novo membro, o Senhor Javier Lázaro Rodríguez, membro não executivo, para exercício das funções para o mandato em curso 2012/2015. A Comissão de Auditoria é, assim, a 31 de dezembro de 2013, composta pelos seguintes membros do Conselho de Administração:

	Estatuto	Independência	Data da 1ª designação	Data de termo do mandato
<i>Presidente:</i> Tirso Olazábal Caveró	Não executivo	Independente	25-09-2006	31-12-2015
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	Não executivo	Independente	10-03-2004	31-12-2015
Javier Lázaro Rodríguez	Não executivo		21-12-2012	31-12-2015

As qualificações profissionais e demais elementos curriculares relevantes de cada um dos membros da Comissão de Auditoria podem ser consultadas no Anexo ao presente Relatório.

b) Funcionamento

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, a 12 de março de 2009, um Regulamento de funcionamento, alterado por deliberação do Conselho de Administração a 12 de fevereiro de 2010, o qual se encontra disponível no sítio de internet da Sociedade. O referido regulamento aplica-se também à Comissão de Auditoria, porquanto a mesma é parte integrante do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria participou em todas as reuniões do Conselho de Administração, tendo, durante o exercício de 2013, reunido 5 vezes em cumprimento das suas funções, tendo nas suas reuniões estado presentes ou representados todos os seus membros.

c) Competências e funções

A Comissão de Auditoria é a representante da Sociedade junto do auditor externo, tendo a sua designação sido proposta à Assembleia Geral pela Comissão de Auditoria. A Comissão de

Auditoria assume o papel de interlocutor do auditor externo no que respeita aos resultados alcançados no âmbito dos trabalhos de auditoria desenvolvidos sendo essa Comissão a destinatária dos relatórios do auditor, reportando ao Conselho de Administração os resultados dos trabalhos de auditoria.

A Comissão de Auditoria, sendo o interlocutor da empresa e destinatário dos relatórios emitidos, reúne periodicamente com o Revisor Oficial de Contas no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria por ele efetuados e as conclusões atingidas, fiscalizando os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas no sentido de salvaguardar a sua independência designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais, procedendo ainda à avaliação do desempenho do auditor externo.

A Comissão de Auditoria acompanha diretamente a atividade desenvolvida pelos serviços de auditoria interna das sociedades integradas no Grupo Media Capital recebendo com periodicidade bimensal o reporte da informação e das conclusões alcançadas pelos serviços de auditoria interna no âmbito dos trabalhos realizados.

Os serviços de auditoria interna da Sociedade, em conjunto com a Comissão de Auditoria, asseguram a implementação de sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, propondo os ajustamentos que se mostrem necessários. Por considerar que os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos tal como implementados na Sociedade são os adequados aos riscos identificados e a que a Sociedade se encontra exposta, a Comissão de Auditoria não considerou necessário, durante o ano de 2013, propor ajustamentos ou alterações aos sistemas já implementados.

A Comissão de Auditoria elabora anualmente relatório sobre a sua atividade e apresenta o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas conforme apresentados pelo Conselho de Administração e pelo Revisor Oficial de Contas. O Relatório da Comissão de Auditoria é emitido e divulgado aos acionistas em conjunto com os documentos de prestação de contas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A fiscalização da Sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, SA inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 43, e no registo de auditores da CMVM sob o nº 231, designada para o mandato de 2012/2015, e representada pelo sócio Dr. João Luís Falua Costa da Silva (ROC nº 883). A Deloitte & Associados, SROC, SA desempenhou funções no mandato anterior de 2008/2011, e ainda no mandato anterior de 2004/2007, na altura representada pelo sócio Dr. Carlos Manuel Pereira Freire. Nos mandatos anteriores a fiscalização da sociedade foi assegurada por outras sociedades de revisores oficiais de contas.

Para além dos serviços de certificação legal de contas, a Deloitte & Associados, SROC, SA, prestou ainda à Sociedade e às sociedades participadas serviços de consultoria fiscal. Relativamente aos serviços de consultoria fiscal, a sociedade recorreu à assessoria fiscal por não dispor, internamente, de recursos para o desempenho desses serviços, salvaguardando a respetiva independência.

V. AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela Deloitte & Associados, SROC, SA, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 43, e no registo de auditores da CMVM sob o nº 231 e representada pelo sócio Dr. João Luís Falua Costa da Silva (ROC nº 883).

A Deloitte & Associados, SROC, SA desempenhou funções de auditor e de Revisor Oficial de Contas no mandato anterior de 2008/2011, e ainda no mandato anterior de 2004/2007, na altura representada pelo sócio Dr. Carlos Manuel Pereira Freire. Nos mandatos anteriores a fiscalização da sociedade foi assegurada por outras sociedades de revisores oficiais de contas.

A Sociedade não adotou até à data uma política de rotação do auditor externo, tendo sido assegurada a rotação do sócio Revisor Oficial de Contas.

Compete à Comissão de Auditoria propor a designação do Revisor Oficial de Contas para o próximo mandato, analisando as vantagens e inconvenientes decorrentes da rotação dos mesmos para o mandato seguinte.

Em 2013, o Grupo Media Capital suportou um custo total, numa base consolidada, de Euro 434.300 relativos a serviços prestados pela rede Deloitte. A discriminação desses custos é a seguinte:

1. Serviços de revisão legal de contas: Euro 267.500,00 (61,6%);
2. Serviços de consultadoria fiscal: Euro 125.840,00 (29%);

Para além dos serviços prestados pela Deloitte & Associados, SROC, SA, o Grupo Media Capital recorreu ainda aos serviços da Deloitte SL (Deloitte Espanha) para efeitos de realização de auditoria à implementação da lei americana *Sarbanes-Oxley Act* ("SOX"), cujo montante ascendeu a Euro 25.250,00 (5,8%).

Também as sociedades de direito espanhol integradas no Grupo Media Capital são auditadas pela Deloitte SL (Deloitte Espanha) tendo os honorários do ano de 2013 ascendido a Euro 15.710,00 (3,6%).

A Comissão de Auditoria, em conjunto com a Direção Financeira da Media Capital, assegura, anualmente, em cumprimento dos seus deveres e obrigações, a avaliação do desempenho do auditor externo e que se encontra devidamente salvaguardada a independência dos auditores, tendo a Comissão de Auditoria aprovado os honorários a cobrar e os trabalhos a realizar pelo auditor.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

O Contrato de Sociedade não estabelece quaisquer limitações ou restrições à alteração de estatutos da Sociedade. Assim, a alteração de estatutos é, nos termos da lei, matéria sujeita a deliberação da Assembleia Geral exigindo-se maioria qualificada para sua aprovação, nos termos do disposto no artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais.

II. Comunicação de irregularidades

A Media Capital implementou uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da Sociedade. De acordo com os princípios de transparência de gestão e de boas práticas de Governo das Sociedades, e em cumprimento das recomendações da CMVM e dos princípios enunciados pela lei do *Sarbanes-Oxley Act* (“SOX”), a Media Capital disponibiliza um sistema que permite a qualquer entidade, pessoal ou coletiva, consigo relacionada (incluindo clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, e demais partes interessadas ou *stakeholders*) transmitir, de forma direta e confidencial, à Comissão de Auditoria, qualquer prática menos lícita ou alegada irregularidade contabilística, financeira ou de controlo ocorrida no seio do Grupo. Pretende-se com este sistema facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos às empresas do Grupo Media Capital e aos seus *stakeholders*.

A comunicação de irregularidades realiza-se a partir do seu sítio de Internet (<http://www.mediacapital.pt>) com o preenchimento do formulário próprio existente, o qual será enviado automaticamente para o endereço praticasindevidas@mediacapital.pt. As denúncias são recebidas pelas Comissões de Auditoria do Grupo Media Capital e do Grupo Prisa e pelos Departamentos de Auditoria Interna do Grupo Media Capital e do Grupo Prisa, estando garantida a confidencialidade das denúncias realizadas caso seja solicitado pelo denunciante. Compete ao Presidente da Comissão de Auditoria da Media Capital determinar os recursos, métodos e procedimentos adequados para dar seguimento à investigação da irregularidade comunicada.

III. Controlo interno e gestão de riscos

O Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria são responsáveis por estabelecer, avaliar e monitorizar a eficácia do seu controlo interno, sobre os relatórios financeiros, assim como pela sua divulgação, através da supervisão do Comité Executivo. A sua orientação será a de manter um nível de controlo interno adequado aos riscos identificados.

A administração da Media Capital acredita que é essencial implementar sistemas que permitam à administração da Sociedade (i) Identificar os riscos que a Sociedade enfrenta; (ii) Medir o impacto no desempenho financeiro e no valor da Sociedade; (iii) Comparar o valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis; (iv) Monitorizar a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura.

Nos termos e para os efeitos da Secção 404 do *Sarbanes-Oxley Act 2002* (“SOX”), vieram a ser implementados no Grupo Media Capital, procedimentos de controlo interno que pretendem minimizar o impacto dos riscos existentes na Media Capital e em todos os detentores de interesses na mesma.

O Conselho de Administração considera que os sistemas de controlo de riscos adotados são os adequados aos riscos a que Media Capital se encontra exposta, estando devidamente acautelada a efetiva deteção de riscos potenciais e eficaz atuação em face da ocorrência dos mesmos. O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais da Sociedade, e em especial pela aprovação dos planos estratégicos ou de negócio, dos objetivos de gestão, orçamentos e projeções financeiras, faz seguimento periódico dos sistemas internos de informação e de controlo dos riscos que permite identificar a ocorrência dos mesmos, atuando e gerindo os riscos em conjunto com as competentes unidades de negócio, conforme descrito no presente Relatório.

O Conselho de Administração continua a coordenar a sua atuação ao nível do funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos com a Comissão de Auditoria de modo a poder a referida Comissão promover a avaliação do funcionamento dos sistemas adotados e sugerir ajustamentos em função das necessidades da sociedade.

A Comissão de Auditoria definiu como compromisso prioritário a supervisão dos mecanismos de avaliação e gestão dos riscos e oportunidades que afetam os seus negócios, suportados por um modelo de gestão integrado e transversal, assegurando a implementação de boas práticas de *Corporate Governance* e transparência na comunicação ao mercado e acionistas.

Ao Comité Executivo da Media Capital são atribuídas as seguintes competências nestas matérias:

- Gestão dos riscos materialmente relevantes;
- Implementação e operacionalização das ações necessárias para assegurar o controlo adequado dos riscos;
- Avaliação e quantificação do risco residual a que as empresas se encontram expostas;
- Identificação das áreas críticas de exposição e apresentação de ações de mitigação;
- Realimentação do Modelo de Gestão de Risco, alertando para novas situações de exposição ou degradação do ambiente de controlo.

Esta ferramenta de gestão estratégica constitui uma peça relevante do ambiente de Controlo Interno e na Gestão da Mudança da Media Capital, permitindo responder a requisitos da legislação, e que reforçam a necessidade de avaliar e gerir os riscos que afetam de um modo mais significativo as empresas do Grupo.

A metodologia de gestão de riscos implementada no Grupo Media Capital segue a abordagem internacional COSO (*Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*), concebida pelo *Committee of Sponsorship Organizations*. Neste âmbito, a seguinte estrutura representa o fluxo processual da metodologia:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados, junto do management da Media Capital, os riscos internos e exógenos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- São identificados e aprovados os *Risk Managers* responsáveis pela avaliação dos riscos relevantes;
- São realizadas reuniões com os responsáveis operacionais pela gestão de cada risco, de modo a identificar quais os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da Media Capital, assim como processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente é mensurado o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco, e consoante o nível de exposição ou risco residual, é avaliada a necessidade de resposta ao risco (eliminar, reduzir, transferir ou aceitar);
- Realiza-se o acompanhamento das ações de mitigação de risco que ficaram definidas na fase anterior; e na monitorização da evolução do nível de exposição aos riscos críticos e identificação de novos fatores de riscos. Esta fase contempla a adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos;

- Utilização dos resultados e informação gerada pelo Sistema de Gestão de Riscos para comunicação ao mercado e acionistas dos fatores de risco críticos que podem afetar as operações e atividades da Media Capital.

A Media Capital enfrenta três tipos de riscos de operação, que são inerentes aos seus negócios: regulatório, financeiro e operacional.

i) Regulatório

Riscos

Tal como os outros operadores de meios de comunicação em Portugal, o Grupo Media Capital está sujeito a uma série de leis, regulamentos e diretivas que limitam a forma como a Media Capital pode conduzir as suas operações. As leis, regulamentos e diretivas, presentemente em vigor, disciplinam, entre outros aspetos, a emissão, renovação, transferência e propriedade de licenças de difusão televisiva e radiofónica, a calendarização e o conteúdo da programação televisiva e radiofónica, a calendarização e o montante de publicidade comercial que pode ser transmitida num dado período e o conteúdo da publicidade comercial que pode ser transmitida ou exibida.

Controlo do risco

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), goza de autoridade para emitir e renovar licenças de transmissão televisiva. Todas as licenças existentes para transmissão televisiva em regime livre foram emitidas pelo prazo de 15 anos, em 1992, e poderão ser renovadas por iguais períodos adicionais de 15 anos, mediante um pedido do seu titular, desde que determinadas condições estejam reunidas.

A ERC emitiu em 20 de junho de 2006 a Deliberação 1-L2006, relativa à renovação das licenças para o exercício da radiodifusão televisiva da SIC e da TVI, pelo prazo de quinze anos no que respeita aos serviços de programas generalistas designados, respetivamente, por “SIC” e TVI”. Na sequência da interposição de ação administrativa especial destinada a impugnar o carácter vinculativo das obrigações decorrentes da licença a ERC emitiu em 20 de dezembro de 2007 a nova Deliberação 2/LIC-TV/2007, nos termos da qual reiterou o teor da sua Deliberação 1-L2006, alterando alguns aspetos específicos da referida deliberação

As licenças de rádio atualmente em vigor são válidas pelo período de 15 anos, podendo as licenças ser renovadas por períodos adicionais de 15 anos, mediante um pedido do seu titular, nos termos da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, que aprova a Lei da Rádio, desde que determinadas condições estejam reunidas. Foram recentemente renovados pela ERC alvarás emitidos, tendo sido remetidos à ERC novos pedidos para renovação, em cumprimento da antecedência legal prevista, antes da expiração de cada uma das licenças das rádios. A Media Capital considera que o risco inerente ao processo de renovação da licença é muito limitado, já que o pedido de renovação não deve ser negado em caso de cumprimento das condições nas quais se baseou a atribuição da licença, não existindo historicamente até a data, comunicações da ERC às rádios da Media Capital neste sentido. Os quadros do Grupo Media Capital e a unidade operativa são responsáveis pela monitorização dos requisitos das licenças e das relações entre o Grupo e as autoridades regulatórias.

ii) Financeiros

A gestão de riscos é da responsabilidade das diversas unidades de negócio que compõe o Grupo Media Capital, com a monitorização realizada pelo Comité Executivo. Esta gestão é assegurada

tendo por base uma identificação dos riscos genéricos e posterior priorização dos mesmos, por forma a desenvolver medidas e estratégias de gestão dos riscos que visam minimizar a exposição aos riscos críticos e a colocar em prática procedimentos e controlos internos considerados adequados para a redução dos riscos a níveis, considerados pelos órgãos de gestão, como aceitáveis.

Os negócios do Grupo Media Capital são também influenciados por um conjunto de riscos, com maior ou menor capacidade de serem monitorizados e minimizados pelo controlo de gestão. Face a esta realidade, foram desenvolvidas competências internas, nomeadamente na área financeira, com o objetivo de gerir e acompanhar proactivamente um conjunto de fatores de risco que passamos a descrever:

- **Risco de mercado**

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

(i) Taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de um programa de papel comercial a uma taxa de juro variável.

Contudo a política interna de gestão deste tipo de risco não passa pela cobertura de taxa de juro, uma vez que a Empresa considerou que a exposição a este risco não levaria a um impacto materialmente relevante, de acordo com o divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

(ii) Taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com o investimento na Plural Entertainment Inc. bem como a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, e à compra e venda de conteúdos / direitos em moeda distinta da moeda funcional do Grupo.

O risco a que o Grupo está sujeito inclui a exposição ao risco de taxa de câmbio em futuros contratos de direitos de transmissão que venham a ser celebrados, para o qual não são contratados instrumentos de cobertura.

- **Risco de crédito**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações das diversas empresas do Grupo, o qual procura ser minorado pela política de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento instituída. Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;

- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

É convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontra adequadamente relevada nas demonstrações financeiras. A Media Capital acredita que não existe necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber para além do montante incluído em cada exercício nas suas contas e que resulta da prática acima descrita. Adicionalmente, são de relevar os descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento, como medida de redução de risco de crédito dos diversos negócios do Grupo.

- **Risco de liquidez**

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo tem procurado manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

iii) Operacional

Existem diversos fatores de risco operacional e de negócio, com relevância nos processos do Grupo Media Capital, ao nível das operações das suas empresas, dos recursos humanos, dos sistemas de informação e de estratégias prosseguidas. Os principais riscos identificados são como segue:

Envolvente económica	Evolução tecnológica	Retenção de talentos
Perda de audiência	Pirataria de conteúdos	Legal e fiscal
Tendências dos consumidores	Integridade de sistemas	Fraude

De acordo com o estabelecido e identificado, o Grupo Media Capital definiu uma estrutura formal de identificação e mitigação de riscos através do seu sistema de controlo interno, que foi criado com base no modelo internacional – COSO (*Committee of Sponsorship Organizations*), com os três níveis definidos neste modelo:

- *Entity Level Controls;*
- *Information Technology Controls;*
- *Process Level Controls.*

A estrutura formal de controlo interno, assente em manuais de procedimentos e de controlos internos, pretende documentar e uniformizar os procedimentos efetuados pelas diferentes áreas funcionais da Media Capital assegurando a atualização do conjunto de processos e procedimentos seguidos pelas Empresas do Grupo Media Capital de modo a que contribuam para uma eficiente estrutura de controlo interno apropriada às características do Grupo.

O Grupo Media Capital tem para cada ciclo e transações implementados, controlos formalizados nos manuais acima identificados. Estes documentos são revistos periodicamente para assegurar a sua atualização face à constante evolução nas transações do Grupo garantindo que a mudança é gerida da melhor forma. Anualmente a sua efetividade é testada e avaliada por entidade independente. A sua estrutura é a seguinte:

Entity Level Controls:

- Ambiente de controlo interno;
- Avaliação de risco;
- Informação e comunicação;
- Monitorização;
- Atividades de controlo.

Information Technology Controls;

- Controlos sobre a gestão de acessos e incidências;
- Controlos sobre o desenvolvimento de sistemas de informação.

Process Level Controls.

- Gestão da receita;
- Gestão de direitos adquiridos;
- Gestão de recursos humanos;
- Gestão de ativos fixos;
- Gestão de impostos;
- Gestão de fecho de contas;
- Gestão de tesouraria;
- Gestão de contas a receber;
- Gestão de compras e contas a pagar;
- Gestão de consolidação e *reporting*;
- Gestão de litígios e contingências.

Entre os objetivos do Comité Executivo, em apoio à administração do Grupo e sob supervisão da Comissão de Auditoria, encontram-se os seguintes:

- Assistir a Media Capital na identificação de áreas de risco nas quais existam carências ou insuficiências de controlo interno;
- Propor e contribuir para a implementação dos melhores procedimentos;
- Monitorizar e otimizar a performance dos negócios;
- Minimizar riscos de erros, fraude ou utilização inadequada dos meios das empresas;
- Assegurar a fiabilidade da informação financeira e operacional transmitida à administração do Grupo Media Capital;

- Uniformizar critérios, políticas e procedimentos operacionais e contabilísticos.

Em resposta aos desafios colocados pela diversidade das áreas de atividade do Grupo Media Capital e no sentido de se manterem adequados e eficazes os procedimentos e mecanismos de controlo interno dos diferentes negócios, o Grupo Media Capital tem um departamento de Auditoria Interna, responsável por monitorizar os riscos financeiros e operacionais.

IV. Apoio ao investidor

A Sociedade assegura a existência de um Departamento de Relações com Investidores que tem como objetivo de agilizar e otimizar a comunicação com o mercado financeiro em geral e em particular com os investidores (atuais ou potenciais) e analistas financeiros.

Nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 233.º do Código dos Valores Mobiliários, a Media Capital designou para seu representante, diretamente responsável para as relações com o mercado e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Dra. Mafalda Ordonhas Pais, sendo o seu endereço profissional o seguinte:

Rua Mário Castelhana, n.º 40, Queluz de Baixo, 2734 – 502 Barcarena

Telefone: + (351) 21 434 76 03

Fax: + (351) 21 434 59 01

E-mail: ir@mediacapital.pt

Adicionalmente, a administração da Media Capital e o Departamento de Relações com os Investidores estão disponíveis para participar em conferências setoriais e regionais ou em conferências telefónicas e visitas de investidores e analistas, por forma a auxiliar os agentes de mercado na interpretação da realidade financeira e estratégica da sociedade.

A Media Capital assegura o cumprimento de curtos prazos de resposta aos pedidos de informação solicitados. Durante o ano de 2013 os pedidos de informação recebidos foram cerca de 20.

V. Sítio de internet

A Media Capital mantém no seu sítio na Internet em <http://www.mediacapital.pt> toda a informação institucional pública de relevo, disponibilizando a informação tanto em língua portuguesa como em língua inglesa.

A Media Capital providencia, regularmente, no sítio da Sociedade na Internet, na área de Investidores as seguintes divulgações e apresentações:

- Destaques de notícias;
- Calendário de eventos;
- Anúncios obrigatórios;
- Divulgação dos resultados trimestrais e semestrais;
- Convocatórias da Assembleia Geral e demais informação preparatória;
- Relatório Anual.

O sítio da Internet da Sociedade (<http://www.mediacapital.pt>) disponibiliza ainda, em arquivo, a informação financeira da Sociedade relativamente aos cinco exercícios antecedentes, e ainda informação relativa às Assembleias Gerais, nomeadamente as ordens de trabalhos, propostas, deliberações e resultados das votações relativas àquelas reuniões, relativamente aos três anos antecedentes.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e conforme previsto no artigo 17.º do Contrato de Sociedade, a Assembleia Geral designou uma Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais que tem como principais competências:

- Apresentar as propostas de designação de membros do Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Mesa da Assembleia Geral;
- Aprovar as remunerações de cada membro dos órgãos sociais da Sociedade mencionados na alínea anterior; e
- Analisar anualmente a política de remunerações dos órgãos sociais da Sociedade mencionados na alínea (a) anterior.

À Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais compete, ainda, avaliar desempenho dos membros do órgão de administração.

A remuneração dos dirigentes da sociedade é da competência da Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos, constituída pelo Conselho de Administração e composta pelos seus membros, melhor descritos na alínea c) do ponto II. Administração e Supervisão do Capítulo B supra. Entre outras competências, a Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos tem a responsabilidade de propor ao Conselho de Administração a política geral de retribuições dos quadros diretivos e executivos e as demais condições dos seus contratos, incluindo as condições das respetivas remunerações.

II. Comissão de remunerações

A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais é constituída por três a cinco membros, eleita em Assembleia Geral.

Os membros da Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais, e em exercício durante o ano de 2013, foram designados na Assembleia Geral anual da Media Capital, realizada a 21 de março de 2012, tendo a Assembleia Geral realizada a 29 de abril de 2013 deliberado sobre a substituição de um dos membros da Comissão.

A 31 de dezembro de 2013 a Comissão é, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Exmo. Senhor D. Ignacio Polanco Moreno;

- Exmo. Senhor D. António García-Mon Marañés;

- Exmo. Senhor D. Gregorio Marañón y Bertrán de Lis.

Os membros que integram a Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais são altos executivos com reconhecida experiência no mercado em que trabalham tendo já assumido funções similares em outras comissões de remuneração. A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais é composta por uma maioria de membros não independentes, considerando-se que a sua falta de independência não põe em causa a sua isenção.

A Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais não contratou quaisquer entidades para lhe prestar apoio no exercício das suas funções, nem nenhum dos seus membros mantém qualquer relação com consultora de sociedade.

III. Estrutura das remunerações

O Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação e Remuneração dos Órgãos Sociais e a Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos da Sociedade apresentaram aos acionistas, na Assembleia Geral realizada a 29 de abril de 2013, as principais linhas orientadoras da política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, distinguindo os membros executivos dos não executivos, do órgão de fiscalização, e ainda dos dirigentes da sociedade na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais e demais dirigentes apresentada é baseada no pressuposto de que a relação de confiança, a competência, o esforço e o empenho são os fundamentos essenciais para um saudável desempenho dos negócios da Sociedade.

A sociedade considera que a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais e demais dirigentes em vigor no exercício de 2013, assim como a política que agora se apresenta, se encontram em linha com uma estratégia de contenção em face do cenário de crise mundial e as perspetivas económicas futuras. Porém, a política apresentada é desenhada de modo a permitir o alinhamento do compromisso dos membros do órgão de administração e dos dirigentes da sociedade na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, com os interesses da sociedade.

No exercício de 2013 a Sociedade não registou pagamentos a título de indemnização por destituição ou cessação por acordo de funções dos seus ex-Administradores nem celebrou acordos relativamente aos Administradores da Sociedade que prevejam o pagamento de indemnizações por força do termo do mandato.

Para determinação da política de remuneração e compensação dos órgãos sociais e demais dirigentes da Sociedade foram tidas em conta, como elemento comparativo, os dados e critérios conforme divulgados por grupos de sociedades congêneres a operar no mercado português, tendo em consideração o cenário de crise no mercado nacional e as perspetivas económicas futuras.

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade obedece a um plano assente na conciliação da vertente fixa e variável da remuneração auferida pelos mesmos. Foi, ainda, definida uma política de remuneração que visa principalmente os objetivos de motivação, refletindo o seu envolvimento no quotidiano e motivação individual, encontrando-se alinhada com os interesses de longo prazo da sociedade, sem prejuízo do alinhamento com as políticas de contenção em face do cenário de crise mundial e as perspetivas económicas futuras.

Assim, a remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração da Grupo Média Capital, SGPS, S.A. integra (i) uma componente fixa, definida em função dos níveis de responsabilidade de cada um dos membros executivos, e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano, e de um conjunto de benefícios não pecuniários, nomeadamente, ao nível dos seguros de saúde e de vida, em termos semelhantes aos atribuídos aos demais colaboradores integrados no Grupo Média Capital; e (ii) uma componente variável paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, a título de prémio de performance, baseada em critérios definidos, por aplicação de uma fórmula de performance profissional para o exercício em causa e (iii) uma componente variável paga a longo prazo a título de prémio de performance profissional, ambas definidas pelas competentes Comissões. Face ao cenário de crise económica e financeira, foram aplicadas medidas de redução de custos na Sociedade que afetaram os membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade.

ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Os Administradores não executivos (incluindo os membros independentes) auferiram uma remuneração fixa e regular no exercício de 2013 não estando fixado qualquer modelo de remuneração variável, uma vez que a sua intervenção no Conselho de Administração se deve à vasta experiência profissional que detêm, representando para o Grupo uma fonte de apoio e partilha de conhecimento (*know how*) valiosa.

As supra mencionadas remunerações foram pagas ao respetivo administrador, em prestações iguais e sucessivas. Face ao cenário de crise económica e financeira, foram aplicadas medidas de redução de custos na Sociedade que afetaram também os membros não executivos do Conselho de Administração da Sociedade.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A fiscalização da Sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, SA, designada Revisor Oficial de Contas. O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, conforme negociado anualmente sob supervisão da Comissão de Auditoria integrada no Conselho de Administração.

DIRIGENTES

São considerados dirigentes, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Sociedade, designadamente, os quadros diretivos membros do Comité Executivo da Sociedade.

A Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos revê anualmente a política do Grupo relativamente às compensações dos dirigentes. A remuneração é composta por uma componente fixa e uma componente variável, a qual é paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, a título de prémio de performance, baseada em critérios definidos e revistos anualmente, por aplicação de uma fórmula de performance profissional para o exercício em causa, definida pela competente Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos, após o apuramento dos resultados individuais do exercício anterior, e ainda, uma componente variável paga a longo prazo a título de prémio de performance profissional definida pela competente Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos. A remuneração encontra-se alinhada com as políticas de contenção em face do cenário de crise mundial e as perspetivas económicas

futuras. Da mesma forma que no caso dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, foram aplicadas medidas de redução de custos na Sociedade que afetaram aos dirigentes da Sociedade.

A Sociedade não dispõe de qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações da Sociedade, a atribuir aos membros do órgão de administração, de fiscalização ou aos demais dirigentes da Sociedade. De igual modo, a Sociedade não implementou quaisquer planos de reforma a atribuir aos membros do órgão de administração ou de fiscalização.

Não foram adotados sistemas de benefícios não pecuniários nem dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

IV. Divulgação das remunerações

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de forma agregada no Grupo Média Capital ascende a Euro 1.150.375,44, incorporando as remunerações auferidas pelos membros executivos e não executivos.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem a sua remuneração total nas sociedades integradas no Grupo Media Capital, sendo as remunerações pagas no exercício de 2013 as seguintes:

	R. Fixa	R. Variável
Rosa Cullerell	Euro 350.000,00	Euro 104.557,00
Miguel Gil	Euro 301.000,00	Euro 96.069,24
<i>Total</i>	<i>Euro 651.000,00</i>	<i>Euro 200.626,24</i>

Foram as seguintes as remunerações dos membros não executivos do Conselho de Administração pagas no exercício de 2013 (que correspondem exclusivamente a componente de remuneração fixa):

Miguel Pais do Amaral	Euro 209.000,00
Bo Nilsson	Euro 7.479,10
Jaime Roque Pinho D' Almeida	Euro 41.135,05
Javier Lazaro	-----
Juan Herrero	-----
Manuel Polanco	-----

Pedro Garcia Guillen	-----
Tirso Olazábal	Euro 41.135,05
Total	Euro 298.749,20

Não está prevista a remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios para além da componente variável para os membros executivos do Conselho de Administração.

Durante o ano de 2013 não foram liquidadas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções.

Os membros da Comissão de Auditoria são remunerados enquanto membros do Conselho de Administração.

O órgão de fiscalização integrado pelo Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, conforme negociado anualmente sob supervisão da Comissão de Auditoria integrada no Conselho de Administração. Foram as seguintes as remunerações liquidadas:

Valor dos serviços de revisão de contas	Euro 267.500
Valor dos serviços de consultoria fiscal	Euro 125.840
Valor dos serviços de auditoria à implementação SOX - Deloitte SL (Deloitte Espanha)	Euro 25.250
Valor dos serviços de revisão de contas - Deloitte SL (Deloitte Espanha)	Euro 15.710

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é realizada através de uma quantia fixa. Durante o exercício de 2013, os membros da Mesa da Assembleia Geral foram remunerados pela comparência e intervenção na Assembleia Geral anual da Media Capital realizada a 21 de março de 2013. A remuneração auferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ascendeu a Euro 1.500,00 e a Euro 750,00 a do Vice-presidente da Mesa de Assembleia Geral.

V. Acordos com implicações remuneratórias

Não está previsto o pagamento de quaisquer montantes, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções dos membros do Conselho de Administração durante o mandato, exceto para o caso de cessação de funções sem justa causa da sua Administradora Delegada, para o qual foram respeitados os acordos assumidos no âmbito da sua relação profissional no Grupo Media Capital.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração, não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. Planos de atribuições de ações ou opções sobre ações

A Sociedade não mantém, desde 2007, planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes. Mais, a Sociedade não dispõe de sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes pelo que não se submeteu qualquer deliberação à Assembleia Geral.

A Media Capital não dispõe de sistemas de participação dos trabalhadores no capital social da Sociedade, pelo que não considera necessário a adoção de mecanismos de controlo.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

Nos termos do disposto no Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade, as transações realizadas com partes relacionadas estão sujeitas a prévia aprovação do Conselho de Administração, a qual será precedida de parecer da Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos a quem compete a avaliação da operação do ponto de vista das condições de mercado.

Durante o exercício de 2013, não ocorreram transações merecedoras de controlo por as mesmas serem operações de natureza comercial e terem sido realizadas em condições normais de mercado.

A Sociedade não previu, durante o exercício de 2013, a intervenção do órgão de fiscalização na aprovação das operações realizadas com titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo por as mesmas serem operações de natureza comercial e terem sido realizadas em condições normais de mercado.

II. Elementos relativos aos negócios

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, elaborada de acordo com a IAS 24, pode ser consultada na Nota 32 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Media Capital, enquanto sociedade aberta sujeita a lei pessoal portuguesa, emitente de ações admitidas à negociação no mercado regulamentado NYSE Euronext Lisbon, adota as disposições de natureza recomendatória consagradas no Código do Governo das Sociedades da CMVM de 2013, o qual se encontra disponível para consulta no sítio de internet da CMVM.

A Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”), que através da sua participada Vertix, S.G.P.S., S.A., detém, atualmente, uma participação superior a 90% (noventa por cento) do capital social da sociedade Media Capital, emitiu durante o ano de 2010 “American Depositary Shares”, que se encontram presentemente admitidos à negociação na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange”). A admissão dos referidos valores mobiliários à negociação em mercado regulamentado dos Estados Unidos da América implica a observância de um conjunto de disposições legais e regulamentares norte-americanas aplicáveis não só à Prisa, mas a também a

todo o Grupo societário que encabeça e no qual - tendo em conta a percentagem de capital social e de direitos de voto detidos pela Prisa - a Media Capital se inclui, bem como as respetivas participadas.

No que especificamente concerne a matérias de *Corporate Governance*, o integral cumprimento daquelas disposições legais e regulamentares aplicáveis requer, portanto, que se proceda à revisão e harmonização das práticas e procedimentos internos adotados.

Em particular, e nos termos e para os efeitos das Secções 301 e 806 da *Sarbanes-Oxley Act 2002* (“SOX”), vieram a ser implementados em todo o Grupo Prisa procedimentos de comunicação de irregularidades (“*Whistleblowing*”) uniformes e transversais, de forma a assegurar que quaisquer denúncias de potenciais irregularidades sejam diretamente comunicadas, preservando, a todo o tempo, a necessária confidencialidade da identidade dos denunciantes.

Desde 2011, a Media Capital adota ainda as regras do Código de Conduta, de acordo com os princípios de transparência de gestão e boas práticas de Governo das Sociedades e por inerência da aplicação do processo SOX –*Sarbanes-Oxley Act 2002*, o qual vincula todos os colaboradores das empresas do Grupo Prisa e, por conseguinte, aplicável também ao Grupo Media Capital.

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Cumprida	Parte I Cap. B I. Assembleia Geral b) Exercício do direito de voto
I.2 As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumprida	Parte I Cap. B I. Assembleia Geral b) Exercício do direito de voto
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Cumprida	Parte I Cap. B I. Assembleia Geral b) Exercício do direito de voto
I.4 Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo	Cumprida	Parte I Cap. B I. Assembleia Geral b) Exercício do direito de voto

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
<p>menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p>		
<p>I.5 Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap A I. Estrutura de capital</p>
<p>II. SUPERVISÃO, ADMISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</p>		
<p>II.1 Supervisão e Administração</p>		
<p>II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. B II. a) Composição (pag.7)</p>
<p>II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. B II. a) Composição (pag.7)</p>
<p>II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá</p>	<p>Não aplicável por força do modelo de governação adotado pela Sociedade</p>	

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.		
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	<p>Cumprida parcialmente</p> <p>a) a avaliação do desempenho dos Administradores executivos é assegurada pela Comissão de Remuneração dos Órgão Sociais designada pela Assembleia geral</p>	<p>Parte I Cap. B</p> <p>II. c) Comissões no seio do órgão de administração (pag.9)</p>
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Parte I Cap. C</p> <p>III. Controlo interno e de gestão de riscos</p>
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Parte I Cap. B</p> <p>II. b) Funcionamento (pag.8)</p>
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i>.</p> <p>A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de</p>	<p>Cumprida</p>	<p>Parte I Cap. B</p> <p>II. a) Composição (pag.7)</p>

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
<p>sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>		
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. B</p> <p>II. b) Funcionamento (pag.8)</p>
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	<p>Não aplicável por força do modelo de governação adotado pela Sociedade</p>	
<p>II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	<p>Não aplicável</p> <p>O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas</p>	<p>Parte I Cap. B</p> <p>II. a) Composição (pag.6)</p>

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
II.2 Fiscalização		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Cumprida	Parte I Cap. B III. c) Competências e funções
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Cumprida	Parte I Cap. B III. c) Competências e funções
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	Parte I Cap. B V. Auditor Externo
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Cumprida	Parte I Cap. B III. c) Competências e funções
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Cumprida	Parte I Cap. B III. c) Competências e funções
II.3 Fixação De Remunerações		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e	Não cumprida A Comissão de remunerações é composta por uma maioria de membros não independentes. A Sociedade considera que a sua	Parte I Cap. D. II. Comissão de remunerações

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
experiência em matérias de política de remuneração.	falta de independência não afeta a sua isenção	
<p>II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Cumprida	Parte I Cap. D. II. Comissão de remunerações
<p>II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	<p>Cumprida Parcialmente</p> <p>A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada em termos fixos</p>	Parte I Cap. D. III. Estrutura das remunerações
<p>II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.</p>	<p>Não aplicável</p> <p>A Sociedade não dispõe de planos de atribuições de ações</p>	Parte I Cap. D. VI. Planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações
<p>II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter</p>	<p>Não aplicável</p> <p>A Sociedade não dispõe de sistema de benefícios de reforma</p>	Parte I Cap. D. III. Estrutura das remunerações

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.		
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Cumprida	Parte I Cap. D. III. Estrutura das remunerações
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Cumprida	Parte I Cap. D. III. Estrutura das remunerações
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não cumprida A sociedade não determinou limites máximos para as componentes fixa de remuneração	Parte I Cap. D. III. Estrutura das remunerações
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não cumprida A componente variável de remuneração é paga no ano seguinte àquele a que diga respeito	Parte I Cap. D. III. Estrutura das remunerações
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Cumprida	Parte I Cap. D. V. Acordos com implicações remuneratórias
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável A Sociedade não dispõe de planos de atribuições de ações	Parte I Cap. D. VI. Planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável A Sociedade não dispõe de planos de atribuições de ações	Parte I Cap. D. VI. Planos de atribuição de ações, e/ou de

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
		opções de aquisição de ações
<p>III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. D. V. Acordos com implicações remuneratórias</p>
IV. AUDITORIA		
<p>IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.</p>	<p>Cumprida parcialmente Parcialmente cumprida no que respeita à análise da eficácia e verificação do funcionamento dos mecanismos de controlo interno.</p>	<p>Parte I Cap. B. V. Auditor Externo</p>
<p>IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. B. V. Auditor Externo</p>
<p>IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. B. V. Auditor Externo</p>
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
<p>V.1. Os negócios da sociedade com acionistas</p>	Cumprida	<p>Parte I Cap. E.</p>

Recomendação / Capítulo	Cumprimento	Descrição no Relatório
titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.		I. Mecanismos e procedimentos de controlo
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	<p>Cumprida parcialmente</p> <p>Os procedimentos e critérios necessários para a aprovação de negócios com acionistas relevantes são determinados pelo Regulamento do Conselho de Administração e estão sujeitas a prévia aprovação do Conselho de Administração, a qual será precedida de parecer da Comissão de Governo Corporativo e Remuneração dos Quadros Diretivos a quem compete a avaliação da operação do ponto de vista das condições de mercado.</p>	<p>Parte I Cap. E.</p> <p>I. Mecanismos e procedimentos de controlo</p>
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Cumprida	<p>Parte I Cap. C.</p> <p>V Sítio de internet</p>
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Cumprida	<p>Parte I Cap. C.</p> <p>IV Apoio ao investidor</p>

ANEXO

Informação Curricular

Miguel Maria De Sá Pais Do Amaral

Presidente do Conselho de Administração do Grupo Media Capital.

Licenciado em Engenharia no Instituto Superior Técnico, detém um MBA pelo INSEAD. Entre o 1991 e 1998 foi Presidente da SOCI, S.A., Diretor da Euroknights (pertencente ao grupo S.G. WARBURG), Administrador da COMPAGNIE GÉNÉRALE DES EAUX (Portugal) e Presidente da sociedade DIANA, S.A. (promotora do empreendimento DIANA PARK). Em 1995 fundou o Grupo Media Capital, que se tornou o grupo líder de media em Portugal, com presença na televisão, na produção televisiva, na internet, na rádio, na produção musical e de filmes, no *outdoor* e na imprensa. A partir de 2007, concentrou a sua atividade empresarial no Grupo Quifel Holdings, onde, desde então, realizou investimentos em diversos setores de atividade – edições & escolar, IT, recursos naturais & energias renováveis, financeiro e imobiliário. Atualmente é Presidente do Grupo LEYA, Presidente da REDITUS, entre outras empresas nacionais e internacionais.

Desde 16 de março de 2011 desempenha o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Media Capital tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
HENERGY - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA.	GERENTE
NGOLA VENTURES, LDA.	GERENTE
ALFACOMPETIÇÃO - AUTOMÓVEIS E CAVALOS DE COMPETIÇÃO, SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
ASK4GREEN, LDA.	GERENTE
BIOBRAX - ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, LDA.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
COMPANHIA DAS QUINTAS SGPS, SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
COURICAL HOLDINGS SGPS, S.A.	ADMINISTRADOR ÚNICO
DIANA - SOC.PROMOÇÃO E INVEST.IMOBILIARIOS, S.A.	ADMINISTRADOR ÚNICO
DREAMS CORNER, LDA.	GERENTE
EDGE CAPITAL SGPS, S.A.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
EDGE INTERNATIONAL HOLDINGS - SGPS, SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
EDGE PROPERTIES SGPS, SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
EDGEBERGGRUEN, SGPS, S.A.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
GLOBAL PUBLISHING GROUP BV	DIRECTOR
GREYPART SGPS, SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
GRYPHON HOLDINGS PLC	DIRECTOR
LANIFOS - SOCIEDADE DE FINANCIAMENTOS, LDA.	GERENTE
LEYA GLOBAL S.A.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
PARTBLEU SGPS, S.A.	ADMINISTRADOR ÚNICO

PHILLIPS PARK INVESTMENT CORPORATION	DIRECTOR
PHILLIPS PARK LLC	DIRECTOR
PLURIMEDIA S.A.	DIRECTOR
POLISTOCK - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
QUIFEL HOLDINGS SGPS SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUIFEL INSURANCE SGPS SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUIFEL INTERNATIONAL GROUP LTD	DIRECTOR
QUIFEL INTERNATIONAL HOLDINGS SGPS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
QUIFEL NATURAL RESOURCES SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
QUIFEL NATURAL RESOURCES SGPS SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
COURICAL HOLDING SGPS, S.A.	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUINTA DA FRONTEIRA SA	ADMINISTRADOR ÚNICO
PARTGRIS SGPS, S.A.	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUINTA DE PANCAS VINHOS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
SITUAVOX , LDA.	GERENTE
SOCIEDADE AGRO-FLORESTAL SERRA DA POUSADA LDA.	GERENTE
SOMARECTA- INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E TURISTICOS LDA.	GERENTE
TOPBUILDING - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
UKSA PORTUGAL, S.A.	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
AGEIRIDGE - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	GERENTE
AGEIRON - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	GERENTE
BRIO - PRODUTOS DE AGRICULTURA BIOLÓGICA, LDA	GERENTE
EDGE BROKERS, LDA	GERENTE
EDGE RM, LDA	GERENTE
EDGE SVCS, LDA	GERENTE
EDGE VS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA	GERENTE
HEMERA ENERGÍAS RENOVABLES ESPAÑA, SLU	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
IXILU - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.	GERENTE
LEYA SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
LEYA SGPS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
NEUTRIPROMO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	GERENTE
PORTQUAY WEST I BV	DIRECTOR
QUARTZTOWN LDA	GERENTE
QUIFEL ENERGIA SGPS UNIPESSOAL LDA.	GERENTE
QUIFEL EXPORT S.A.	ADMINISTRADOR ÚNICO
QUIFEL MICROGERAÇÃO ESPANHA, LDA	GERENTE
REDITUS SGPS SA	PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO
SPORTS PARTNERS BV	DIRECTOR

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Rosa Maria Cullell Muniesa

Administradora Delegada do Grupo Media Capital.

Licenciada em Ciências da Informação na Universidade Autónoma de Barcelona, é diplomada em Alta Direção pelo IESE. Iniciou a sua carreira como jornalista no jornal Mundo Diario, de Barcelona, foi correspondente do mesmo jornal em Londres, onde trabalhou também na BBC (External Services). Posteriormente, em Perth (Western Austrália) foi coordenadora de temas multiculturais e de ajuda aos imigrantes no Ministério da Imigração. Após o seu regresso a Espanha, formou parte da equipa da TVE-Catalunha para depois entrar na editoria de Economia do jornal EL PAIS. Desde 1989 e até 2002 fez parte da equipa diretiva da entidade financeira LA CAIXA, onde foi diretora geral executiva e membro do Comité de Direção. Foi também Administradora Delegada da editora Grup 62, empresa participada pela LA CAIXA. Em Fevereiro de 2005 foi nomeada diretora geral do Gran Teatre del Liceu, de Barcelona, e em 2008 passou para a Direção Geral da Corporación Catalana de Medios Audiovisuales, cargo que deixou em 2010. Tem sido membro dos Conselhos de Administração de diversas empresas, entre as quais: Panrico, Carrefour, Hidroeléctrica del Cantábrico, Telefónica de Catalunya, Telefónica de São Paulo (Brasil) e Fecsa-Endesa. É membro do Comité Editorial do El País. Em 2011 publicou o romance “El mejor lugar del mundo”.

Eleita para o cargo de Administradora Delegada da Media Capital a 13 de julho de 2011, para o mandato 2008/2011, foi reeleita para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

GRUPO MEDIA CAPITAL	
MEGLO – MEDIA GLOBAL, SGPS, SA	PRESIDENTE
MEDIA CAPITAL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA E GESTÃO, SA	PRESIDENTE
PUBLIPARTNER – PROJECTOS DE MEDIA E PUBLICIDADE, LDA.	GERENTE
MEDIA CAPITAL DIGITAL, SA	PRESIDENTE
IOL NEGÓCIOS – SERVIÇOS DE INTERNET, SA	PRESIDENTE
MCR II – MEDIA CAPITAL RÁDIOS, SA	PRESIDENTE
RÁDIO COMERCIAL, SA	PRESIDENTE
R. CIDADE – PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, SA	PRESIDENTE
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, SA	PRESIDENTE
RÁDIO XXI, LDA.	GERENTE
RÁDIO LITORAL CENTRO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
RÁDIO NACIONAL - EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
FLOR DO ÉTER - RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
DRUMS - COMUNICAÇÕES SONORAS, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
RÁDIO VOZ DE ALCANENA (RVA), LDA.	GERENTE

MCME - MÈDIA CAPITAL MÚSICA E ENTRETENIMENTO, SA	PRESIDENTE
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	GERENTE
FAROL MÚSICA - SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO AUDIOVISUAL, LDA.	GERENTE
CLMC - MULTIMEDIA, SA	PRESIDENTE
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, SA	ADMINISTRADORA
MCP - MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	ADMINISTRADORA
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, INVESTIMENTOS - SGPS, SA	ADMINISTRADORA
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, SA	ADMINISTRADORA
EMAV - EMPRESA DE MEIOS AUDIOVISUAIS, LDA.	GERENTE
EPC - EMPRESA PORTUGUESA DE CENÁRIOS, LDA.	GERENTE
CASA DA CRIAÇÃO - ARGUMENTOS PARA AUDIOVISUAL, LDA.	GERENTE
FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
VERTIX, SGPS, SA	ADMINISTRADORA

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Jaime Roque de Pinho D'Almeida

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1965. Ocupou diversos cargos Sênior no sector financeiro (banca comercial, banca de investimento, bem como seguros), em Portugal, Londres, Nova Iorque e Zurique, tendo sido administrador do Banco Borges & Irmão de 1965 a 1969, do Banco Totta & Açores de 1969 a 1976 e do Bankinstitut Zurich de 1978 a 1983. Foi o fundador da M.D.M. - Sociedade de Investimentos S.A. (que deu origem ao Deutsche Bank em Lisboa) onde foi CEO e Presidente até Janeiro de 1989. Ingressou no American International Group em 1989 onde foi responsável pela criação e gestão de um grupo de empresas (Fiseco) dedicadas à gestão de ativos financeiros e foi administrador da Excel Partners Investment Fund em Espanha até 1993. Em 1993, integrou a equipa de gestão do Grupo José de Mello, tornando-se em 1996, Vice-Presidente e CEO da Companhia de Seguros Império S.A. e em 2000, após a sua aquisição pelo Grupo BCP, foi membro do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere SGPS, S.A. e de outras subsidiárias do Grupo BCP no sector segurador. Presidente da Associação Portuguesa de Seguradores no mandato de 2005/2008. Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
SICIT - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSULTORIA EM INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES, S.A.	PRESIDENTE

CAPINV – S.A.	ADMINISTRADOR
WILLIS, CORRETORES DE SEGUROS, S.A.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Javier Lázaro Rodríguez

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Engenharia de Telecomunicações pela Universidad Politécnica de Madrid e MBA pela Universidad de Columbia (Nova York).

Iniciou a sua carreira profissional na McKinsey onde desde 1994 até 1996 foi analista financeiro. Posteriormente e durante 8 anos ocupou distintos cargos de responsabilidade na Goldman Sachs em Londres. Em 2006 incorporou a Credit Suisse onde desempenhou distintas funções culminando no cargo de Diretor Geral de Banca de Investimento para Espanha e Portugal cargo que desempenhou até a designação para o seu cargo atual de Diretor Financeiro (CFO) de PRISA, responsável pela estratégia financeira e pela política fiscal do Grupo Prisa.

Eleito por cooptação para o cargo de Administrador da Media Capital a 21 de dezembro de 2012 para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
PRISA DIVISION INMOBILIARIA, S.L.	ADMINISTRADOR SOLIDARIO
PRISA DIVISION INTERNACIONAL, SL	ADMINISTRADOR ÚNICO (em representação da Promotora de Informaciones, S.A.)
PRISA FINANCE NETHERLANDS, B.V.	ADMINISTRADOR SOLIDARIO (em representação da Prisa Division Inmobiliaria, S.L.)

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Juan Herrero Abelló *

* O Administrador Juan Herrero apresentou, já em 2014, a renúncia ao seu cargo, conforme comunicado enviado ao mercado a 18 de Fevereiro de 2014.

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Economia pela Universidad Complutense de Madrid, obteve um MBA com especialização em Finanças da Emory University em Atlanta, Geórgia, EUA, e tem um Mestrado em

Gestão de Empresas do Instituto de Empresa de Madrid. Iniciou a sua carreira nos Estados Unidos onde trabalhou entre 1984 e 1988, primeiro no The Citizens and Southern Bank em Atlanta, Geórgia e depois na Conagra (Bioter-Biona) como Group Product Manager. Posteriormente, ocupou diversos cargos de gestão no sector bancário em Espanha, onde foi Diretor do Departamento de Gestão e Bolsa do Banco de Inversiones y Servicios Financieros entre 1988 e 1989, Diretor de Operações responsável pela gestão de carteiras e de clientes no Dinver S.V.B. entre 1989 e 1990, Responsável pelas operações na área de Madrid do Caixabank entre 1990 e 1994, e Diretor Comercial de Madrid no Sindibank entre 1994 e 1997. Foi também Administrador Delegado da Arjil & Cie em Espanha entre 1997 e 2001, altura em que entrou no Grupo Prisa como Diretor de Planeamento e Desenvolvimento, funções que desempenhou até 2005. Desde 2005 tem desempenhado o cargo de COO do Grupo Media Capital. Em Setembro de 2011, foi nomeado Diretor Geral Financeiro e de Desenvolvimento Corporativo de PRISA TV.

Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital em 5 de março de 2008, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015. Apresentou renúncia ao cargo já em 2014.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

GRUPO MEDIA CAPITAL	
PUBLIPARTNER – PROJECTOS DE MEDIA E PUBLICIDADE, LDA	GERENTE
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	GERENTE
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, SA.	ADMINISTRADOR
CLMC – MULTIMEDIA, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – EMISSÕES RADIODIFUSÃO, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO XXI, LDA.	GERENTE
RÁDIO LITORAL CENTRO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
PLURAL ENTERTAINMENT BRASIL – PRODUÇÃO DE VIDEO, LTDA	GERENTE
FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
VERTIX, SGPS, SA.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Luis Miguel Gil Peral

Administrador do Grupo Media Capital.

Estudou na Faculdade de Ciências da Universidad Complutense de Madrid, foi jornalista e editor de algumas publicações em Espanha e está no Grupo Prisa desde 1996, tendo sido Diretor do Gabinete da Presidência e do Administrador Delegado do Grupo. Entre 1982 e 1996 fez parte do Governo de Espanha, tendo sido Subsecretário e Secretário do Porta-voz do Governo. No Grupo Prisa foi Diretor de Desenvolvimento e Estratégia e Diretor de Relações Corporativas. Foi também membro do Conselho de Administração da Iberbanda, GMI e GMP (empresas do Grupo Prisa). Anteriormente foi Administrador da Repsol, da Cadena SER e das empresas Redecampo e Demoscopia, ambas do Grupo Taylor Nelson Sofres. Em representação do Grupo Prisa, foi membro do “Corporate Affairs Group del European Publishers Council”. É, desde o final de 2002, Secretário-Geral do Foro

Iberoamérica. Desde o curso 2006-2007, é também Professor do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) de Lisboa. Presidente, desde 2009, do Conselho Fiscal da Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola.

Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, para o mandato 2008/2011, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

GRUPO MEDIA CAPITAL	
MEGLO - MEDIA GLOBAL SGPS S.A.	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL DIGITAL, S.A.	ADMINISTRADOR
IOL NEGÓCIOS - SERVIÇOS INTERNET, SA	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	GERENTE
FAROL MÚSICA - SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	GERENTE
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.	ADMINISTRADOR
CLMC - MULTIMÉDIA, S.A.	ADMINISTRADOR
PUBLIPARTNER - PROJECTOS DE MEDIA E PUBLICIDADE, LDA.	GERENTE
MCP - MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES - INVESTIMENTOS, SGPS; SA	ADMINISTRADOR
MCME - MEDIA CAPITAL MUSICA E ENTRETENIMENTO, S.A.	ADMINISTRADOR
MCR II - MEDIA CAPITAL RÁDIOS, SA	ADMINISTRADOR
RÁDIO COMERCIAL, S.A.	ADMINISTRADOR
R. CIDADE - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA - EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, S.A.	ADMINISTRADOR
RÁDIO XXI, LDA	GERENTE
RÁDIO LITORAL CENTRO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
RÁDIO NACIONAL - EMISSÕES DE RADIODIFUSÃO, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
FLOR DO ÉTER - RADIODIFUSÃO, LDA.	GERENTE
DRUMS - COMUNICAÇÕES SONORAS, UNIPessoal, LDA.	GERENTE
RÁDIO VOZ DE ALCANENA (RVA), LDA.	GERENTE
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, S.A.	ADMINISTRADOR
EMAV - EMPRESA DE MEIOS AUDIOVISUAIS, LDA	GERENTE
EPC - EMPRESA PORTUGUESA DE CENÁRIOS, LDA.	GERENTE
CASA DA CRIAÇÃO - ARGUMENTOS PARA AUDIOVISUAL, LDA	GERENTE
RÁDIO SABUGAL - RADIODIFUSÃO E PUBLICIDADE, LDA	GERENTE
PRC - PRODUÇÕES RADIOFÓNICAS DE COIMBRA, LDA	GERENTE

POLIMEDIA – PUBLICIDADES E PUBLICAÇÕES, LDA	GERENTE
R2000 – COMUNICAÇÃO SOCIAL, LDA	GERENTE
LEIRIMEDIA – PRODUÇÕES E PUBLICIDADE, LDA	GERENTE
FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
VERTIX, SGPS, SA.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Manuel Polanco Moreno

Administrador do Grupo Media Capital e Vice Presidente da Prisa.

É licenciado em Ciências Económicas e Empresariais, área de Financiamento Internacional, pela Universidad Autónoma de Madrid. Manuel Polanco, desenvolveu toda a sua carreira profissional no Grupo Prisa, passou por quase todas as áreas de atividade da Prisa, desde o sector editorial à imprensa escrita, passando pela publicidade e pelos meios audiovisuais. Em 1991 foi-lhe entregue a direção da Santillana Chile, responsabilidade a que no ano seguinte juntou a Santillana Perú, ambas até 1994, ano em que se mudou para a Cidade do México, na qualidade de Diretor Geral, da gestão do diário La prensa e para pôr em marcha a edição americana do El País. No final de 1996, assumiu desde Miami a direção do Grupo Editorial Santillana na América, com responsabilidades sobre as 21 empresas distribuídas pela América Latina e pelos Estados Unidos. No seu regresso a Espanha, em 1999, foi nomeado Presidente da Gerencia de Medios (GDM). Pouco tempo depois foi-lhe entregue a Presidência do Grupo Empresarial de Medios Impresos (GMI). Em 2001, com a integração da GMI na Unidade de Negócio Meios de Espanha, Manuel Polanco continuou o seu trabalho à frente da imprensa especializada e regional do Grupo com a direção adjunta da referida unidade de negócio. Em 2005 foi nomeado administrador delegado do Grupo Media Capital, cargo que deixou, no início de 2009, para assumir a Direção Geral do Grupo Prisa. Manuel Polanco foi Vice-presidente Prisa Televisión S.A.U. é Vice-presidente da Promotora de Informaciones, S.A. e membro da Comissão Executiva, e Vice-presidente da Prisa. Presidente da DTS, Distribuidora de Televisión Digital, SA e Vice-presidente e Membro da Comissão executiva da Mediaset España Comunicación, SA.

Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital pela Assembleia Geral realizada no dia 5 de março de 2008, para o mandato 2008/2011, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

GRUPO MEDIA CAPITAL	
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.	PRESIDENTE
PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL, S.A.	PRESIDENTE
MCP – MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	PRESIDENTE
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES – INVESTIMENTOS, SGPS, SA	PRESIDENTE
PLURAL ENTERTAINMENT ESPAÑA, SLU	ADMINISTRADOR
TESELA PRODUCCIONES AUDIOVISUALES, SL	ADMINISTRADOR
PLURAL ENTERTAINMENT CANARIAS, SLU	ADMINISTRADOR
SOCIEDAD CANARIA DE TELEVISIÓN REGIONAL, SA	ADMINISTRADOR
PRODUCTORA CANARIA DE PROGRAMAS, SA	ADMINISTRADOR

PLURAL - JEMPSA, SL	ADMINISTRADOR
FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
VERTIX, SGPS, SA.	PRESIDENTE
PROMOTORA DE INFORMACIONES, SA	VICE-PRESIDENTE E MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA
DTS DISTRIBUIDORA DE TELEVISIÓN DIGITAL, S.A.U	PRESIDENTE
RUCANDIO, SA.	ADMINISTRADOR
TIMÓN, SA.	VICE-PRESIDENTE
CANAL CLUB DE DISTRIBUCIÓN DE OCIO Y CULTURA, SA	ADMINISTRADOR
MEDIASET ESPAÑA COMUNICACIÓN, SA	VICE-PRESIDENTE
V-ME MEDIA INC.	ADMINISTRADOR

Em 31 de dezembro de 2012 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Pedro Garcia Guillén

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade Complutense de Madrid. Iniciou a sua carreira profissional na Ford Espanha e BMW Ibérica. Em 1989 iniciou a sua carreira na PRISA onde teve diferentes responsabilidades na área financeira do Grupo. Em 1995 foi nomeado Diretor Geral do Cinco Días e em 1999 assumiu o cargo de Administrador Delegado dos diários As e Cinco Días, assim como da editora de revistas PROGRESA e da GMI. Em setembro de 2000 foi nomeado Diretor Geral do El País e, posteriormente, foi Administrador Delegado de Prisa Televisión S.A.U., Administrador Delegado de DTS. Distribuidora de Television Digital, SA. Presidente e Administrador Delegado de Compañía Independiente de Televisión, S.L.

Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 14 de maio de 2009, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

GRUPO MEDIA CAPITAL	
MEGLO MEDIA GLOGAL, SGPS, S.A.	ADMINISTRADOR
MCP - MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES, SA	ADMINISTRADOR
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES - INVESTIMENTOS, SGPS, SA	ADMINISTRADOR
FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
DTS, DISTRIBUIDORA DE TELEVISION DIGITAL, SA	ADMINISTRADOR DELEGADO
COMPANIA INDEPENDIENTE DE TELEVISION, SL	PRESIDENTE E ADMINISTRADOR DELEGADO
AUDIOVISUAL SPORT, SL	REP. DE PRISA TELEVISION,

	S.A.U. (PRESIDENTE.)
CINEMANIA, S.L.	REP. DE PRISA TELEVISION, S.A.U. (PRESIDENTE Y ADMINISTRADOR DELEGADO.)

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Tirso Olazábal Cavero

Administrador do Grupo Media Capital.

Licenciado em Gestão pela Universidad Complutense de Madrid. Tirso Olazábal Cavero foi Diretor Geral da Hierros Gastaminza (Madrid) entre 1979 e até 1984. Em 1984 e até 1986, trabalhou para a Nemar S.A. (Bilbao) Stevedor company como Director Comercial. Trabalhou como Diretor de Área na La Vasco Navarra (Madrid), uma companhia de seguros desde 1987 e até 1988. Desde 1988 e até 2002 Tirso Olazábal Cavero foi membro do Conselho de Administração e Administrador Delegado da Constância Editores S.A. (Lisboa), editora do Grupo Prisa. Desde 2002 até 2008 acionista da AGOA, S.A. (Lisboa), empresa de gestão de resíduos. Desde 2009 é representante em Portugal das empresas Zeronine e Effipap, e desde 2011 da empresa Dominion.

Eleito para o cargo de Administrador da Media Capital a 5 de março de 2008, tendo sido reeleito para o mandato 2012/2015.

Tirso Olazábal Cavero, para além de membro do Conselho de Administração da Grupo Media Capital, faz ainda parte das seguintes sociedades:

FORA DO GRUPO MEDIA CAPITAL	
BRISA AUTO-ESTRADAS DE PORTUGAL SA	VOGAL DO CONSELHO FISCAL

Em 31 de dezembro de 2013 não detinha quaisquer ações representativas do capital social e dos direitos de voto do Grupo Media Capital SGPS, SA.

Bo Einar Lohmann Nilsson *

* Apresentou renúncia ao cargo de Administrador do Grupo Media Capital durante o exercício de 2013.

Licenciado em Matemática e Física, detém um Mestrado em Administração de Empresas pela Copenhagen Business School. Entre 1990 e 2000 desempenhou funções na J.P. Morgan Chase, tendo sido, de 1994 a 2000, Vice-presidente da Global Media & Telecommunications Investment Banking, com responsabilidades sobre as regiões da Europa, Médio Oriente e África. Foi CFO e membro do Conselho de Administração do Grupo Media Capital de 2000 a 2006, data a que assumiu funções de CEO na Time Investments A/S, Quartet Holdings A/S e Heisamore, SGPS, SA.

Com referência à data da renúncia, faz parte das seguintes sociedades:

Fora do Grupo Media Capital	
HEISAMORE SGPS, SA	ADMINISTRADOR
COURTFIELD GARDENS, LDA	GERENTE
LEYA SPGS, S.A.	ADMINISTRADOR
TIME INVESTMENTS A/S	ADMINISTRADOR
QUARTET HOLDINGS A/S	ADMINISTRADOR
NORTH PROPERTIES APS	ADMINISTRADOR



Contas Consolidadas

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2013	2012
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
<i>Goodwill</i>	15	153.567.601	153.567.601
Ativos intangíveis	16	15.971.727	18.485.984
Ativos fixos tangíveis	17	17.356.933	21.615.813
Investimentos em associadas	18	1.611.652	1.591.627
Ativos financeiros disponíveis para venda	39	7.632	7.632
Direitos de transmissão de programas de televisão	19	46.469.349	50.406.949
Outros ativos não correntes	20	3.960.916	4.757.728
Ativos por imposto diferido	13	4.278.944	4.669.496
		<u>243.224.754</u>	<u>255.102.830</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Direitos de transmissão de programas de televisão	19	33.090.890	29.500.387
Inventários	21	101.619	186.697
Clientes e outras contas a receber	22	42.086.494	40.907.939
Ativos por imposto corrente	13	127.479	140.625
Outros ativos correntes	23	10.747.675	14.652.881
Caixa e seus equivalentes	24	5.236.666	10.790.484
		<u>91.390.823</u>	<u>96.179.013</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>334.615.577</u></u>	<u><u>351.281.843</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	25	89.583.971	89.583.971
Reservas	25	25.261.179	24.568.547
Resultado líquido consolidado do exercício		13.683.455	11.939.063
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		<u>128.528.605</u>	<u>126.091.581</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>128.528.605</u></u>	<u><u>126.091.581</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	27	77.565.851	86.318.567
Provisões	28	6.602.425	7.726.953
Passivos por imposto diferido	13	1.478.447	1.598.338
		<u>85.646.723</u>	<u>95.643.858</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	27	33.241.328	27.056.172
Fornecedores e outras contas a pagar	29	45.442.493	53.070.704
Passivos por imposto corrente	13	1.158.857	6.373.186
Outros passivos correntes	30	40.597.571	43.046.342
		<u>120.440.249</u>	<u>129.546.404</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>206.086.972</u></u>	<u><u>225.190.262</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>334.615.577</u></u>	<u><u>351.281.843</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</u>			
Prestações de serviços	7 e 8	119.984.596	133.189.774
Vendas	7 e 8	1.887.856	2.294.127
Outros rendimentos operacionais	7 e 8	<u>59.843.609</u>	<u>48.834.669</u>
Total de rendimentos operacionais		<u>181.716.061</u>	<u>184.318.570</u>
<u>GASTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	9	(25.741.803)	(22.373.582)
Fornecimentos e serviços externos	10	(66.781.369)	(68.224.052)
Gastos com o pessoal	11	(50.498.301)	(52.821.328)
Amortizações e depreciações	17	(9.396.349)	(11.496.296)
Provisões e perdas por imparidade ((reforços) / reversões)	28	727.666	800.085
Outros gastos operacionais	7	<u>(623.505)</u>	<u>(511.154)</u>
Total de gastos operacionais		<u>(152.313.661)</u>	<u>(154.626.327)</u>
Resultados operacionais		<u>29.402.400</u>	<u>29.692.243</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Gastos financeiros	12	(9.517.541)	(9.833.636)
Rendimentos financeiros	12	<u>574.258</u>	<u>207.951</u>
Gastos financeiros, líquidos		(8.943.283)	(9.625.685)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas, líquidos	18	<u>125.164</u>	<u>(59.611)</u>
Resultado antes de impostos		<u>20.584.281</u>	<u>20.006.947</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	13	<u>(6.900.826)</u>	<u>(8.067.884)</u>
Resultado consolidado líquido das operações em continuação		<u>13.683.455</u>	<u>11.939.063</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe	14	<u>13.683.455</u>	<u>11.939.063</u>
Resultado por ação das operações em continuação:			
Básico	14	0,1619	0,1413
Diluído	14	<u>0,1619</u>	<u>0,1413</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado consolidado líquido do exercício	13.683.455	11.939.063
Itens que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente para resultados:		
Efeito da conversão cambial de operações sediadas no estrangeiro	78.335	35.155
Rendimentos integrais consolidados	<u>13.761.790</u>	<u>11.974.218</u>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	<u>13.761.790</u>	<u>11.974.218</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos rendimentos integrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		235.178.633	215.547.658
Pagamentos a fornecedores		(110.885.433)	(111.701.589)
Pagamentos ao pessoal		(49.942.055)	(54.669.238)
Fluxos gerados pelas operações		<u>74.351.145</u>	<u>49.176.831</u>
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	13	(12.087.113)	1.188.045
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		(42.278.628)	(34.999.130)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>19.985.404</u>	<u>15.365.746</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de subsidiárias	6	-	1.512.170
Venda de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		1.746.730	86.283
Dividendos	6	111.470	301.872
Juros e rendimentos similares		656.442	225.649
Reembolso de financiamentos concedidos	32	7.986.541	15.143.573
		<u>10.501.183</u>	<u>17.269.547</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Concentrações empresariais	6	(1.583.855)	(10.331.500)
Aquisição de ativos fixos tangíveis		(2.837.145)	(2.666.512)
Aquisição de ativos intangíveis		-	(10.921)
Financiamentos concedidos	32	(3.116.831)	(2.356.145)
		<u>(7.537.831)</u>	<u>(15.365.078)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>2.963.352</u>	<u>1.904.469</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		<u>103.291.311</u>	<u>177.943.839</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(110.487.066)	(179.194.813)
Amortização de contratos de locação financeira		(1.299.253)	(1.763.334)
Juros e gastos similares		(6.616.638)	(6.353.592)
Dividendos	25	(11.324.766)	(5.814.507)
Outras despesas financeiras		(2.041.104)	(3.105.675)
		<u>(131.768.827)</u>	<u>(196.231.921)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(28.477.516)</u>	<u>(18.288.082)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	24	10.790.484	11.812.544
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(5.528.760)	(1.017.867)
Efeito das diferenças de câmbio		(25.058)	(4.193)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	24	5.236.666	10.790.484

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe				Capital próprio atribuível a interesses sem controlo (Nota 26)	Total do capital próprio
	Capital (Nota 25)	Reservas (Nota 25)	Resultado líquido consolidado do exercício	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.583.971	29.183.215	1.164.684	119.931.870	1.791.360	121.723.230
Aplicação dos resultados	-	310.978	(310.978)	-	-	-
Distribuição de dividendos (Notas 25)	-	(4.960.801)	(853.706)	(5.814.507)	-	(5.814.507)
Diferenças de conversão cambial	-	35.155	-	35.155	-	35.155
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 26)	-	-	-	-	(1.791.360)	(1.791.360)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	11.939.063	11.939.063	-	11.939.063
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>89.583.971</u>	<u>24.568.547</u>	<u>11.939.063</u>	<u>126.091.581</u>	-	<u>126.091.581</u>
Aplicação dos resultados	-	11.939.063	(11.939.063)	-	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 25)	-	(11.324.766)	-	(11.324.766)	-	(11.324.766)
Diferenças de conversão cambial	-	78.335	-	78.335	-	78.335
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	13.683.455	13.683.455	-	13.683.455
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>89.583.971</u>	<u>25.261.179</u>	<u>13.683.455</u>	<u>128.528.605</u>	-	<u>128.528.605</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Media Capital”), é uma sociedade anónima, foi constituída em 1992, tem a sua sede em Portugal, na Rua Mário Castelhana, nº 40, Barcarena, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais com o número de matrícula e pessoa coletiva único (“NIOPC”) 502 816 481 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as atividades de difusão e produção de programas televisivos e outras atividades de media, realização, produção e difusão de programas radiofónicos e produção e exploração de atividades cinematográficas e videográficas.

A Empresa tem como acionista principal a Vertix, SGPS, S.A. (“VERTIX”), que tem sede em Barcarena, sendo as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”), empresa mãe da VERTIX, sediada em Madrid, cujas ações se encontram cotadas na Bolsa Espanhola e, desde 25 de novembro de 2010, na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange).

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2014.

As ações da Media Capital encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

O Grupo opera essencialmente no setor de media, no mercado português, espanhol e latino-americano.

A TVI – Televisão Independente, S.A. (“TVI”), no âmbito da licença de exploração da atividade de televisão, difunde programas televisivos através da emissão de um canal generalista. Adicionalmente, a TVI através de contratos de distribuição celebrados com operadores, emite o TVI 24, um canal de informação por cabo, o TVI Ficção, um canal dedicado a conteúdos de ficção portuguesa, o TVI Internacional e o canal de entretenimento por cabo, +TVI.

A MCP – Media Capital Produções, S.A. (“MCP”) é a empresa do Grupo que desenvolve o negócio de produção audiovisual assegurado pela PLURAL Entertainment Portugal, S.A. (“PLURAL”) no mercado português, cuja atividade é a criação, produção, realização e exploração de conteúdos televisivos, bem como o apoio à produção de conteúdos e eventos.

Adicionalmente, a MCP detém a PLURAL Entertainment España, S.A. (“PLURAL España”), que opera no mercado espanhol e latino-americano. A atividade desta área de negócio é a produção, serviços de apoio à produção, realização e exploração de conteúdos televisivos, obras cinematográficas e audiovisuais, bem como outros serviços relacionados.

A MCR II – Media Capital Rádios, S.A. (“MCR II”) é a empresa do Grupo que desenvolve a atividade radiofónica. As suas participadas detêm os alvarás para o exercício da radiodifusão sonora e difundem, em Portugal, a “Rádio Comercial”, a “CidadeFM” e a “M80”, entre outras.

A MCME – Media Capital Música e Entretenimento, S.A. (“MCME”) é a empresa que desenvolve o negócio de música, tendo as suas participadas a atividade de produção de fonogramas, produção audiovisual e multimédia, compra e venda de discos e equiparados, produção de eventos e agenciamento de artistas.

A CLMC – Multimédia, S.A. (“CLMC”) explora a atividade de aquisição e distribuição de direitos cinematográficos, essencialmente, em meios como cinema e televisão.

A Media Capital Digital, S.A. (“Digital”) é a empresa que desenvolve o negócio de Internet que é suportado através do portal www.iol.pt que apresenta uma vasta rede de conteúdos próprios, um extenso diretório de classificados e publicidade *online*.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Media Capital foram elaboradas de acordo os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adotados pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”).

As demonstrações financeiras das empresas consolidadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para Euros conforme descrito na Nota 2.15.

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método da consolidação global. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, caso aplicável, são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses sem controlo”. As empresas incluídas na consolidação encontram-se indicadas na Nota 4.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de empresas controladas são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, para as aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.3). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do exercício. Os interesses de acionistas sem controlo são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição, ou até à data da perda de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (aquelas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o seu controlo individual ou conjuntamente – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos e passivos adquiridos. As participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso do investimento nelas efetuado, não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada, ou para com os seus credores.

É feita uma avaliação periódica dos investimentos em empresas associadas no sentido de verificar se existem perdas por imparidade. Estas são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se indicados na Nota 5.

c) Investimento em outras empresas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20%, para as quais não existem referências de mercado, foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é inferior, sendo reconhecidos na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda".

2.3 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis de uma empresa controlada, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais. Decorrente da exceção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a esta data foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos, anualmente, a testes de imparidade desde aquela data.

De acordo com o IFRS 3, o *goodwill* não está sujeito a amortização, sendo sujeito a testes de imparidade anuais. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados do exercício. Estas perdas por imparidade não podem ser revertidas.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de caixa, nas quais é exetável existirem benefícios com as sinergias criadas com a aquisição dos investimentos ou com a concentração de atividades empresariais. A análise de imparidade é efetuada anualmente, ou sempre que se verifique essa necessidade, para cada segmento operacional. Caso o valor recuperável do segmento operacional seja inferior ao seu valor contabilístico, a diferença é atribuída primeiro ao *goodwill*, e depois ao valor contabilístico dos ativos do segmento, proporcionalmente ao seu respetivo valor.

Na alienação de uma empresa controlada ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas, se aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações para os ativos intangíveis de vida útil definida são calculadas após a data em que se encontram disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado em que esses ativos intangíveis geram benefícios económicos futuros, que são como segue:

	<u>Anos</u>
Direitos de produção audiovisual	3 - 7
Alvarás de radiodifusão	3 - 18
Direitos de radiodifusão	3 - 18
Programas de computador	3 - 4
Outros	3 - 5

Os ativos intangíveis adquiridos em resultado de concentrações empresariais são reconhecidos separadamente do *goodwill* e mensurados inicialmente ao seu justo valor à data da aquisição (o qual é considerado o seu custo de aquisição).

Adicionalmente, encontra-se registado um ativo intangível de vida útil indefinida, relativo à aquisição da marca PLURAL pelo negócio de produção em Portugal. Este ativo não é amortizado, sendo avaliado anualmente através de testes de imparidade, em conjunto com todos os ativos identificados do segmento operacional a que pertence.

Os direitos de produção audiovisual correspondem aos montantes gastos com a produção cinematográfica e audiovisual, necessários para a posterior comercialização dos respetivos direitos. Este ativo amortiza-se em função da expectativa das respetivas receitas, no prazo estimado da sua comercialização e desde a conclusão da produção. Para as produções em que se espera que a receita futura não cubra o valor líquido contabilístico do respetivo ativo, é registada uma perda por imparidade.

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra. Adicionalmente, sempre que seja aplicável, são incluídos no preço de compra os gastos do financiamento diretamente atribuível à aquisição, construção ou produção de ativos que necessitem de um período de tempo substancial para ficarem disponíveis para uso.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como resultados do exercício.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gasto quando incorridos. Os gastos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos ativos fixos tangíveis são capitalizados e depreciados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao ativo e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição e começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. Os ganhos e perdas nas alienações de ativos fixos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor pelo qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

A depreciação do valor dos ativos fixos tangíveis deduzido do seu valor residual, quando este seja estimável, é realizada de acordo com o método da linha reta, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

2.6 Locações

(a) Locação financeira

Os ativos fixos adquiridos segundo contratos de locação são registados como locação financeira, caso sejam transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os ativos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do valor de mercado do ativo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade, registada em empréstimos, no passivo. Os ativos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as prestações de capital são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

(b) Locação operacional

Quando um contrato de locação é classificado como locação operacional, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Direitos de transmissão de programas de televisão

Os direitos de transmissão de programas correspondem a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes, séries e outros programas de televisão e incluem direitos adquiridos e gastos incorridos com produção de programas. O gasto de programas é registado na demonstração dos resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número estimado de exibições e os benefícios estimados de cada exibição.

Estes ativos são sujeitos a revisões anuais de imparidade e sempre que ocorram alterações ou situações que iniciem que o valor contabilístico é superior ao valor estimado de realização, registam-se as respetivas perdas por imparidade.

Os direitos adquiridos a terceiros para a transmissão de programas são registados como ativos ao custo de aquisição, a partir do momento em que o Grupo passe a controlar estes direitos e tenha assumido os riscos e benefícios associados aos respetivos conteúdos. Adicionalmente, estes direitos são registados no balanço entre ativos correntes e não correntes, em função do seu período contratual e da data estimada de exibição.

Na Nota 33 é apresentada informação sobre os compromissos financeiros assumidos pela aquisição destes direitos não incluídos na posição financeira consolidada do Grupo.

2.8 Inventários

Os inventários dizem respeito, essencialmente, a CD's, encontrando-se valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido estimado de realização, utilizando-se o custo médio como método de custeio. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de realização dos inventários, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como uma perda por imparidade.

2.9 Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, que seja exetável que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.10 Instrumentos financeiros

2.10.1 Clientes, outras contas a receber e outros ativos correntes

As contas a receber e outros ativos correntes são reconhecidos ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o valor estimado de recuperação. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício.

2.10.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem e a prazo e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.10.3 Fornecedores, outras contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.10.4 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos gastos de transação incorridos. Em períodos subsequentes, os financiamentos obtidos são registados ao custo amortizado, sendo que qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos gastos de transação) e o valor a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados durante o período dos financiamentos obtidos, pelo método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados como passivos correntes a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.10.5 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem como política recorrer, quando o seu custo seja avaliado pelo Conselho de Administração como vantajoso, a instrumentos financeiros derivados com o objetivo de minorar os riscos financeiros a que se encontra exposto, essencialmente decorrentes de variações de taxa de juro, embora não os qualificando como de cobertura para efeitos contabilísticos.

O recurso à contratação de instrumentos financeiros derivados obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, não sendo política a contratação de instrumentos com objetivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, sendo as variações no justo valor registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2013, não existem instrumentos financeiros derivados contratados e consequentemente registados nas demonstrações consolidadas da posição financeira.

2.10.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que respeita ao justo valor do preço pago incluindo despesas de transação e considerados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço. Nas situações em que aqueles ativos respeitem a instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

2.11 Rédito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se, principalmente, à venda de CD's e DVD's e são reconhecidas na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

As prestações de serviços incluem, essencialmente, a venda de espaço publicitário e são registadas no período em que a publicidade é emitida. O desconto de quantidade e os bónus concedidos são registados no período a que respeitam como redução das prestações de serviços.

As prestações de serviços do negócio Produções respeitam, essencialmente, a serviços de produção e apoio à produção de séries televisivas, anúncios publicitários ou outros conteúdos, os quais são reconhecidos quando efetuados.

O rédito relativo a serviços multimédia, refere-se essencialmente a receitas de serviços interativos e multimédia relacionados com concursos realizados em televisão e são reconhecidos no período a que respeitam.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são registadas quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, seja provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O referido montante é registado ao valor descontado, pelo método da taxa de juro efetiva, atendendo à expectativa do momento da liquidação da obrigação, aferida de acordo com a informação disponível à data das demonstrações financeiras.

O valor das provisões é revisto e ajustado a cada data do balanço, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento. Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, a provisão não é registada e procede-se à divulgação do evento como um passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que tal evento não é objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.13 Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

São efetuadas análises de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual pertence o ativo.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.14 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são compostos por imposto corrente e imposto diferido.

O Grupo estima os impostos sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, abrangendo todas as empresas em que detém uma participação, direta ou indireta de, pelo menos, 90% do respetivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como com base nos prejuízos fiscais reportáveis. Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas bastantes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio da data de cada transação. A cada data de balanço é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando-se a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que foram determinadas.

A conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio, sendo as diferenças de câmbio resultantes reconhecidas no capital próprio em reservas para “Diferenças de conversão cambial”, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados aquando da alienação daquelas empresas:

- (a) Taxa de câmbio vigente à data de balanço, para conversão dos ativos e passivos monetários;
- (b) Taxa de câmbio vigente à data da transação, para conversão dos ativos e passivos não monetários;
- (c) Taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- (d) Taxa de câmbio média do exercício para a conversão dos fluxos de caixa.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, caso originem um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.17 Encargos financeiros

O gasto líquido do financiamento atribuível à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que necessitem de um período de tempo substancial para ficarem disponíveis para uso, é registado como parte do seu gasto até aquela data. Os restantes gastos do financiamento são reconhecidos em resultados quando incorridos.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretações ou das suas alterações que entram em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2013, durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira consolidada relativa ao exercício de 2012, segundo as disposições dos IFRS, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	1-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adotam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros)	1-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	1-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Rendimento Integral passa também a poder denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	1-Jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos ativos do plano;

		(iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 - Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	1-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	1-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da adoção das emendas acima referidas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluem:

- Vidas úteis do ativo fixo tangível e ativo intangível;
- Análises de imparidade do *goodwill* e outros ativos não correntes;
- Registo de provisões;
- Estimativa de *rappel* a conceder;
- Análise de imparidade dos direitos de transmissão.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas são registadas em resultados de forma prospetiva em conformidade com o disposto na IAS 8.

Adicionalmente, as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 - Acordos Conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 - Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 - Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 - Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 12 - Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 - Compensação entre ativos e passivos financeiros	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade	1-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida

(Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros)

alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.

Emenda à norma IAS 39 – 1-Jan-14
Instrumentos Financeiros:
Reconhecimento e Mensuração
(Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)

Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. No entanto, não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da sua adoção futura para aquelas que serão aplicáveis às operações do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.

Emendas às normas:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2013);
- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações

A emenda à IFRS 9 insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.

Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados

Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)

Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)

Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado

Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao

Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens os serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adotadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação adotado e proporção do capital efetivamente detido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Método Consolidação	Percentagem efetiva do capital detido	
			2013	2012
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Barcarena	Global	Mãe	Mãe
MEGLO - Media Global, SGPS, S.A. ("MEGLO")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	Barcarena	Global	100	100
Publipartner - Projectos de Média e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	Barcarena	Global	100	100
CLMC - Multimedia, S.A. ("CLMC")	Barcarena	Global	100	100
MCR II - Media Capital Rádios, S.A. ("MCR II")	Barcarena	Global	100	100
R. CIDADE - Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	Lisboa	Global	100	100
Flor do Éter Radiodifusão, Lda. ("Flor do Éter")	Lisboa	Global	100	100
Drums Comunicações Sonoras, S.A. ("Drums")	Porto	Global	100	100
RVA - Rádio Voz de Alcanena, Lda. ("Rádio Voz de Alcanena")	Lisboa	Global	100	100
R2000 Comunicação Social, Lda. ("R2000") (a)	Santarém	Global	100	-
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	Lisboa	Global	100	100
Rádio Litoral Centro - Empresa de Radiodifusão, Lda. ("Rádio Litoral Centro")	Lisboa	Global	100	100
Leirimédia Produções e Publicidade, Lda. ("Leirimédia") (a)	Leiria	Global	100	-
Rádio Sabugal - Radiodifusão e Publicidade, Lda. ("Rádio Sabugal") (a)	Sabugal	Global	100	-
Penalva do Castelo FM - Radiodifusão e Publicidade, Lda. ("Penalva do Castelo") (a)	Penalva do Castelo	Global	100	-
Rádio Manteigas - Radiodifusão e Publicidade, Lda. ("Rádio Manteigas") (a)	Manteigas	Global	100	-
P.R.C. - Produções Radiofónicas de Coimbra, Lda. ("P.R.C.") (a)	Coimbra	Global	100	-
Polimedia - Publicidade e Publicações, Lda. ("Polimedia") (a)	Vila Real	Global	100	-
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	Lisboa	Global	100	100
Rádio XXI, Lda. ("XXI")	Lisboa	Global	100	100
Radio Nacional - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("Rádio Nacional")	Lisboa	Global	100	100
Rádio do Concelho de Cantanhede, Lda. ("Rádio Concelho de Cantanhede") (a)	Coimbra	Global	75	-
MCME - Media Capital Música e Entretenimento, S.A. ("MCME")	Barcarena	Global	100	100
FAROL MÚSICA - Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	Barcarena	Global	100	100
TVI - Televisão Independente, S.A. ("TVI")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL DIGITAL, S.A. ("DIGITAL") (b)	Barcarena	Global	100	100
IOL NEGÓCIOS - Serviços de Internet, S.A. ("IOL Negócios")	Barcarena	Global	100	100
MCP - MÉDIA CAPITAL PRODUÇÕES, S.A. ("MCP")	Barcarena	Global	100	100
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. ("MCP INVESTIMENTOS")	Barcarena	Global	100	100
PLURAL Entertainment Portugal, S.A. ("PLURAL")	Lisboa	Global	100	100
NBP - Ibérica - Producciones Audiovisuales, S.A.	Madrid (ESP)	Global	100	100
CASA DA CRIAÇÃO - Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	Lisboa	Global	100	100
EMAV - Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	Vialonga	Global	100	100
EPC - Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	Vialonga	Global	100	100
PLURAL Entertainment España, S.L. ("PLURAL España")	Madrid (ESP)	Global	100	100
PLURAL Entertainment Canarias, S.L. ("PLURAL Canarias")	San Andrés (ESP)	Global	100	100
PLURAL Entertainment Inc. ("PLURAL Entertainment")	Miami (EUA)	Global	100	100
TESELA Producciones Audiovisuales, S.L. ("TESELA")	Madrid (ESP)	Global	100	100

(a) O Grupo adquiriu esta sociedade durante o exercício de 2013, tendo assumido o seu controlo em 1 de julho de 2013.

(b) Até 1 de novembro de 2013 esta sociedade designava-se por Media Capital – Editora Multimédia, S.A..

5. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas nas quais é mantida influência significativa são consideradas associadas, sendo as respetivas sedes e a proporção do capital efetivamente detido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva do capital detido	
		2013	2012
Plural Entertainment Brasil - Produção de Vídeo, Ltda. ("Plural Brasil")	São Paulo	49	49
Sociedad Canária de Televisión Regional, S.A. ("SOCATER")	Tenerife (ESP)	40	40
Productora Canária de Programas, S.A. ("PCP")	San Andrés (ESP)	40	40
Plural - Jempsa, S.L. ("Jempsa")	Madrid (ESP)	19	19
Factoría Plural, S.L. ("Factoría")	Zaragoza (ESP)	15	15
Chip Audiovisual, S.A. ("CHIP")	Zaragoza (ESP)	7,5	7,5

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2 b).

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo foram conforme segue:

Concentrações empresariais:

Entidade	Atividade principal	Data de aquisição de controlo	Percentagem adquirida	Custo de aquisição
Leirimédia	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	420.000
R2000	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	60.000
Rádio Sabugal	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	90.000
Penalva do Castelo	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	75.000
Rádio Manteigas	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	90.000
P.R.C.	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	650.000
Rádio Concelho de Cantanhede	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	75%	100.000
Polimedia	Exploração de emissores de rádio	01-07-2013	100%	185.000
				<u>1.670.000</u>

A aquisição do capital das entidades acima referidas insere-se na estratégia do Grupo relativa ao desenvolvimento do negócio de radiodifusão.

No âmbito das referidas concentrações, foram identificados ativos intangíveis adquiridos relativos a alvarás, que permitem às empresas adquiridas desenvolver a sua atividade de radiodifusão, tendo estes sido reconhecidos como um ativo intangível a amortizar pelo período estimado remanescente de vigência dos referidos alvarás (Nota 16).

Os ativos e passivos adquiridos, bem como o valor da sua aquisição, são conforme segue:

Ativos intangíveis:

	Leirimédia	R2000	Rádio Sabugal	Penalva do Castelo	Rádio Manteigas	P.R.C.	Rádio Concelho de Cantanhede	Polimedia	Total
Ativos e passivos adquiridos	(97.551)	(26.137)	(87.083)	(163.025)	(110.085)	(125.316)	(47.394)	(122.235)	(778.826)
Ativos intangíveis (Nota 16)	517.551	86.137	177.083	238.025	200.085	775.316	147.394	307.235	2.448.826
Justo valor pago pela aquisição	<u>420.000</u>	<u>60.000</u>	<u>90.000</u>	<u>75.000</u>	<u>90.000</u>	<u>650.000</u>	<u>100.000</u>	<u>185.000</u>	<u>1.670.000</u>

Os ativos e passivos adquiridos são como segue:

	Leirimédia	R2000	Rádio Sabugal	Penalva do Castelo	Rádio Manteigas	P.R.C.	Rádio Concelho de Cantanhede	Polimedia	Total
ATIVOS NÃO CORRENTES:									
Ativos fixos tangíveis (Nota 17)	74.647	-	-	68.501	7.213	7.550	4.608	22.977	185.496
ATIVOS CORRENTES:									
Clientes e contas a receber	39.900	3.690	1.230	1.230	1.230	5.728	5.535	19.680	78.223
Outros ativos correntes	425.798	4.919	89.469	88.027	99.212	7.038	6.880	65.500	786.843
Caixa e seus equivalentes	16.622	7.362	3.400	2.284	1.130	4.813	5.272	6.262	47.145
	<u>482.320</u>	<u>15.971</u>	<u>94.099</u>	<u>91.541</u>	<u>101.572</u>	<u>17.579</u>	<u>17.687</u>	<u>91.442</u>	<u>912.211</u>
PASSIVO CORRENTE									
Fornecedores e contas a pagar	(96.171)	(8.726)	(6.046)	(5.146)	(8.734)	(5.524)	(7.745)	(3.083)	(141.175)
Outros passivos correntes	(558.347)	(33.382)	(175.136)	(317.921)	(210.136)	(144.921)	(61.944)	(233.571)	(1.735.358)
	<u>(654.518)</u>	<u>(42.108)</u>	<u>(181.182)</u>	<u>(323.067)</u>	<u>(218.870)</u>	<u>(150.445)</u>	<u>(69.689)</u>	<u>(236.654)</u>	<u>(1.876.533)</u>
ATIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS	<u>(97.551)</u>	<u>(26.137)</u>	<u>(87.083)</u>	<u>(163.025)</u>	<u>(110.085)</u>	<u>(125.316)</u>	<u>(47.394)</u>	<u>(122.235)</u>	<u>(778.826)</u>

No caso de estas empresas terem sido adquiridas em 1 de janeiro de 2013, o resultado líquido consolidado e o volume de negócios seriam aumentados em 26.341 Euros e 160.257 Euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo alienou 36% da participação detida na sociedade Factoría pelo valor de 425.000 Euros e a totalidade do capital da RETI e créditos de empresas do Grupo sobre a RETI no montante de 1.978.033 Euros, pelo valor de 7.866.111 Euros. Os ativos e passivos da Factoría e da sua participada (CHIP) e da RETI eram, à data das referidas transações, conforme segue:

	Factoría	RETI	Total
Ativos líquidos:			
Goodwill (Nota 15)	-	3.795.719	3.795.719
Ativos intangíveis (Nota 16)	9.833	-	9.833
Ativos fixos tangíveis (Nota 17)	122.566	1.965.274	2.087.840
Inventários	-	88.880	88.880
Clientes e outras contas a receber	4.516.981	82.118	4.599.099
Caixa e seus equivalentes	5.896	1.316	7.212
Outros ativos	260.645	274.404	535.049
Financiamentos obtidos	(1.343.289)	-	(1.343.289)
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>(2.644.495)</u>	<u>(2.345.268)</u>	<u>(4.989.763)</u>
	<u>928.137</u>	<u>3.862.443</u>	<u>4.790.580</u>

O detalhe da mais valia gerada com as alienações acima referidas é conforme segue:

	<u>Factoría</u>	<u>RETI</u>	<u>Total</u>
Preço de venda	425.000	7.866.111	8.291.111
Créditos cedidos	-	(1.978.033)	(1.978.033)
Disponibilidades cedidas	<u>(5.896)</u>	<u>(1.316)</u>	<u>(7.212)</u>
Preço de venda líquido (a)	419.104	5.886.762	6.305.866
Ativos líquidos alienados	<u>334.129</u>	<u>3.862.443</u>	<u>4.196.572</u>
Ganho resultante da alienação (Nota 8)	<u>84.974</u>	<u>2.024.319</u>	<u>2.109.293</u>

Decorrente da referida alienação de parte do capital anteriormente detido na Factoría, o Grupo, em virtude da influência significativa mantida, passou a aplicar a equivalência patrimonial sobre os 15% de participação que manteve. Essa alteração gerou um aumento na rubrica de “Investimentos em associadas” no montante de 139.219 Euros (Nota 18).

(a) O recebimento do preço de venda líquido foi como segue:

	<u>Factoría</u>	<u>RETI</u>	<u>Total</u>
Preço de venda líquido	419.104	5.886.762	6.305.866
Adiantamentos recebidos	-	(4.500.000)	(4.500.000)
Encontro de contas realizado em 2012	<u>-</u>	<u>(293.696)</u>	<u>(293.696)</u>
	<u>419.104</u>	<u>1.093.066</u>	<u>1.512.170</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo recebeu dividendos nos montantes de 111.470 Euros e 301.872 Euros (Nota 18), respetivamente, referente aos investimentos detidos na Factoría.

Os pagamentos respeitantes a concentrações empresariais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
P.R.C.	650.000	-
Leirimédia	420.000	-
Polimedia	185.000	-
Rádio Concelho de Cantanhede	100.000	-
Rádio Manteigas	90.000	-
Rádio Sabugal	90.000	-
Penalva do Castelo	75.000	-
Flor do Éter	21.000	294.000
PLURAL España	-	9.250.000
Rádio Nacional	-	600.000
IOL Negócios	-	187.500
	<u>1.631.000</u>	<u>10.331.500</u>
Ativos adquiridos - disponibilidades	<u>(47.145)</u>	<u>-</u>
	<u>1.583.855</u>	<u>10.331.500</u>

7. RELATO POR SEGMENTOS

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração gere e controla os negócios do Grupo e baseia-se, essencialmente, na combinação da natureza dos processos de produção, tipo de clientes e gestão de recursos disponíveis.

Assim, o Grupo apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

a) Televisão

O segmento Televisão envolve fundamentalmente a emissão de um canal de TV generalista (TVI), a difusão por cabo de um canal de informação (TVI 24), de um canal de ficção nacional (TVI Ficção), de um canal internacional (TVI Internacional) e de um canal de Entretenimento (+TVI).

b) Produção

O segmento Produção refere-se à produção, realização e distribuição audiovisual e à produção de programas/séries e programas de televisão, realizados e/ou emitidos em Portugal e Espanha.

c) Rádio

O segmento Rádio envolve a emissão da programação das rádios, através de antenas próprias e contratos de utilização de espaço publicitário celebrados com terceiros.

d) Outros

Nos “Outros” incluem-se, essencialmente, o negócio da Internet (“DIGITAL”), o negócio de produção e venda de CD’s de música, agenciamento de artistas e promoção de eventos (“ENTRETENIMENTO”) bem como a atividade da “holding” e serviços partilhados do Grupo, a qual inclui ativos e passivos não alocados aos segmentos por não serem monitorizados pela Gestão para efeitos de mensuração da *performance* dos mesmos.

Em virtude do contexto de mercado desfavorável, a componente de venda de CD’s segue uma tendência descendente, em linha com o que se verifica nos mercados internacionais. Consequentemente, o peso do segmento operacional Entretenimento nas operações do Grupo perdeu dimensão e relevância, deixando de ser apresentado autonomamente para efeitos de reporte. Assim as empresas que dele fazem parte passaram a ser incluídas, a partir do primeiro trimestre de 2013, no segmento de reporte “Outros”.

O contributo dos principais segmentos de negócio para as demonstrações consolidadas dos resultados, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	2013						
	Televisão	Produções	Rádio	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Rendimentos operacionais:							
Prestações de serviços	86.102.661	13.345.424	14.020.265	6.516.246	119.984.596	-	119.984.596
Prestações de serviços internas	271.478	28.341.782	45.567	11.299.689	39.958.516	(39.958.516)	-
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	-	1.887.856	1.887.856	-	1.887.856
Vendas de mercadorias e produtos internas	-	-	-	680	680	(680)	-
Outros rendimentos operacionais	58.712.334	694.465	204.831	231.979	59.843.609	-	59.843.609
Outros rendimentos operacionais internos	245.639	48.754	140.889	265.788	701.070	(701.070)	-
Total de rendimentos operacionais	145.332.112	42.430.425	14.411.552	20.202.238	222.376.327	(40.660.266)	181.716.061
Gastos operacionais:							
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(51.697.441)	(122.900)	-	(212.389)	(52.032.730)	26.290.927	(25.741.803)
Fornecimentos e serviços externos	(36.947.324)	(26.539.047)	(6.515.916)	(10.916.718)	(80.919.005)	14.137.636	(66.781.369)
Gastos com pessoal	(20.537.301)	(17.226.467)	(4.635.121)	(8.099.412)	(50.498.301)	-	(50.498.301)
Amortizações e depreciações	(3.985.217)	(3.464.606)	(1.475.760)	(470.766)	(9.396.349)	-	(9.396.349)
Provisões e perdas de imparidade	284.917	(151.600)	40.986	553.363	727.666	-	727.666
Outros gastos operacionais	(125.045)	(273.074)	(108.781)	(116.605)	(623.505)	-	(623.505)
Total gastos operacionais	(113.007.411)	(47.777.694)	(12.694.592)	(19.262.527)	(192.742.224)	40.428.563	(152.313.661)
Resultados operacionais	32.324.701	(5.347.269)	1.716.960	939.711	29.634.103	(231.703)	29.402.400
Resultados financeiros							(8.818.119)
Resultado antes de impostos							20.584.281
Impostos sobre o rendimento							(6.900.826)
Resultado consolidado líquido das operações em continuação							13.683.455

	2012						
	Televisão	Produções	Rádio	Outros	Total	Eliminações	Consolidado
Rendimentos operacionais:							
Prestações de serviços	94.257.659	17.849.117	14.005.418	7.077.580	133.189.774	-	133.189.774
Prestações de serviços internas	247.154	33.456.696	48.172	10.746.203	44.498.225	(44.498.225)	-
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	-	2.294.127	2.294.127	-	2.294.127
Vendas de mercadorias e produtos internas	-	-	-	240	240	(240)	-
Outros rendimentos operacionais	46.897.992	1.379.684	115.783	441.210	48.834.669	-	48.834.669
Outros rendimentos operacionais internos	269.082	59.312	118.782	261.140	708.316	(708.316)	-
Total de rendimentos operacionais	141.671.887	52.744.809	14.288.155	20.820.500	229.525.351	(45.206.781)	184.318.570
Gastos operacionais:							
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(51.168.277)	(1.737.949)	-	(414.447)	(53.320.673)	30.947.091	(22.373.582)
Fornecimentos e serviços externos	(34.593.374)	(27.986.611)	(6.943.463)	(12.094.582)	(81.618.030)	13.393.978	(68.224.052)
Gastos com pessoal	(20.958.833)	(19.070.521)	(4.734.897)	(8.057.077)	(52.821.328)	-	(52.821.328)
Amortizações e depreciações	(5.489.448)	(3.825.434)	(1.627.495)	(553.919)	(11.496.296)	-	(11.496.296)
Provisões e perdas de imparidade	510.180	(61.851)	477.624	(125.868)	800.085	-	800.085
Outros gastos operacionais	(355.680)	(168.591)	(38.369)	51.486	(511.154)	-	(511.154)
Total gastos operacionais	(112.055.432)	(52.850.957)	(12.866.600)	(21.194.407)	(198.967.396)	44.341.069	(154.626.327)
Resultados operacionais	29.616.455	(106.148)	1.421.555	(373.907)	30.557.955	(865.712)	29.692.243
Resultados financeiros							(9.685.296)
Resultado antes de impostos							20.006.947
Impostos sobre o rendimento							(8.067.884)
Resultado consolidado líquido das operações em continuação							11.939.063

A informação adicional relevante em termos de relato por segmentos, é conforme segue:

	2013						
	Televisão	Produções	Rádio	Outros (a)	Total	Eliminações	Consolidado
Ativo líquido	267.541.334	96.820.406	32.966.241	113.069.029	510.397.010	(175.781.433)	334.615.577
Passivo	72.436.069	72.984.165	42.420.524	81.098.944	268.939.702	(62.852.730)	206.086.972
Outras informações:							
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	833.020	830.410	356.940	173.178	2.193.548	-	2.193.548
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	346.684	99.707	-	30.537	476.928	-	476.928
Indemnizações - incluídas em "Gastos com o pessoal" (Nota 11)	716.513	1.158.074	37.370	10.534	1.922.491	-	1.922.491
Reforços de provisões (Nota 28)	-	61.332	-	264.895	326.227	-	326.227
Reversão de provisões (Nota 28)	(193.672)	-	(5.865)	(826.218)	(1.025.755)	-	(1.025.755)
Perdas por imparidade (Nota 28)	-	174.340	50.611	391.914	616.865	-	616.865
Reversão de perdas por imparidade (Nota 28)	(91.245)	(77.741)	(85.732)	(124.059)	(378.777)	-	(378.777)

Contas Consolidadas

	2012						Consolidado
	Televisão	Produções	Rádio	Outros (a)	Total	Eliminações	
Ativo líquido	275.821.352	106.182.577	34.416.993	119.758.372	536.179.294	(184.897.451)	351.281.843
Passivo	81.565.999	75.985.769	43.493.102	101.516.933	302.561.803	(77.371.541)	225.190.262
Outras informações:							
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	703.234	2.028.531	126.857	49.000	2.907.622	-	2.907.622
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	688.059	378.406	141.089	30.540	1.238.094	-	1.238.094
Indemnizações - incluídas em "Gastos com o pessoal" (Nota 11)	81.430	525.290	58.045	224.535	889.300	-	889.300
Reforços de provisões (Nota 28)	732.154	210.406	-	3.836.101	4.778.661	-	4.778.661
Reversão de provisões (Nota 28)	(1.231.300)	-	(608.602)	(351.870)	(2.191.772)	-	(2.191.772)
Perdas por imparidade (Nota 28)	23.791	454.887	263.673	763.835	1.506.186	-	1.506.186
Reversão de perdas por imparidade (Nota 28)	(34.825)	(445.043)	(132.695)	(286.097)	(898.660)	-	(898.660)

- (a) Os "Outros" incluem ativos e passivos não alocados aos segmentos operacionais, por não serem monitorizados pela Gestão para efeitos de mensuração da *performance* dos mesmos. Esses ativos e passivos dizem essencialmente respeito a empréstimos intra-grupo concedidos pela holding às suas subsidiárias, os quais são integralmente eliminados nas operações de consolidação do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a informação por mercado geográfico, é conforme segue:

	2013		
	Portugal	Outros países	Consolidado
Rendimentos operacionais	172.011.744	9.704.317	181.716.061
Gastos operacionais	(141.308.391)	(11.005.270)	(152.313.661)
Resultado consolidado líquido das operações em continuação	14.988.821	(1.305.366)	13.683.455
Ativo líquido	315.213.413	19.402.164	334.615.577
Passivo	203.137.283	2.949.689	206.086.972
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	2.191.356	2.192	2.193.548
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	446.546	30.382	476.928
	2012		
	Portugal	Outros países	Consolidado
Rendimentos operacionais	170.420.985	13.897.585	184.318.570
Gastos operacionais	(138.744.400)	(15.881.927)	(154.626.327)
Resultado consolidado líquido das operações em continuação	13.455.020	(1.515.957)	11.939.063
Ativo líquido	320.914.439	30.367.404	351.281.843
Passivo	216.991.998	8.198.264	225.190.262
Investimento do ano em ativos fixos tangíveis (Nota 17)	2.905.685	1.937	2.907.622
Investimento do ano em ativos intangíveis (Nota 16)	980.542	257.552	1.238.094

Ao realizar a avaliação do grau de dependência de um cliente, o Grupo leva em linha de conta a relação económica entre as diversas entidades, atento o modelo de negócio da publicidade comercializada nos diversos meios do grupo. Assim, considerando que a contratualização e negociação das condições comerciais são efetuadas com os vários anunciantes do Grupo, sendo essa negociação acordada com os diversos intervenientes na cadeia de valor, nomeadamente o próprio anunciante, a agência de meios, responsável pela realização da campanha, e a central de meios que realiza antecipadamente os seus pagamentos, e que neste mesmo negócio existem alguns clientes que

realizam a negociação de condições para a emissão de publicidade diretamente com os meios. Assim, o Grupo considera não ter dependência de um anunciante que seja responsável por mais de 10% das suas receitas.

8. RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

As receitas operacionais consolidadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, repartem-se da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Prestações de serviços:</u>		
Publicidade em televisão	86.104.529	94.257.659
Publicidade em rádio	13.433.150	13.441.211
Publicidade em outros meios	3.149.551	3.166.960
Produção audiovisual e serviços complementares	13.363.128	15.936.621
Outras	<u>3.934.238</u>	<u>6.387.323</u>
	<u>119.984.596</u>	<u>133.189.774</u>
<u>Vendas:</u>		
CD's	1.869.446	2.051.042
DVD's	<u>18.410</u>	<u>243.085</u>
	<u>1.887.856</u>	<u>2.294.127</u>
<u>Outros rendimentos operacionais:</u>		
Serviços de multimédia (a)	45.996.036	33.352.266
Direitos de transmissão, de exibição e venda de imagens	12.528.614	9.518.954
Ganhos na alienação de subsidiárias (Nota 6)	-	2.109.293
Outros rendimentos suplementares	<u>1.318.959</u>	<u>3.854.156</u>
	<u>59.843.609</u>	<u>48.834.669</u>

(a) A rubrica "Serviços de multimédia" diz respeito, essencialmente, a receitas de serviços interativos e multimédia relacionados com concursos e programas incluídos na grelha de programação dos meios de televisão difundidos pelo Grupo.

9. CUSTO DOS PROGRAMAS EMITIDOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Programas exibidos	25.529.414	20.173.216
Mercadorias vendidas	212.389	2.140.912
Matérias consumidas	-	59.454
	<u>25.741.803</u>	<u>22.373.582</u>

Os custos de produção dos programas próprios encontram-se classificados na demonstração consolidada dos resultados atendendo à sua natureza.

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados	23.514.054	24.165.996
Honorários	6.810.247	8.534.232
Publicidade e prêmios de concursos	8.968.057	6.581.677
Comunicações	5.278.431	5.371.878
Rendas e alugueres	5.320.559	4.201.844
<i>Royalties</i> e direitos	3.851.986	3.836.668
Deslocações, estadas e transportes	2.344.467	3.578.224
Energia e fluídos	2.831.144	3.001.421
Materiais	2.585.550	2.348.553
Conservação e reparação	2.116.973	2.086.578
Subcontratos	1.425.401	2.065.716
Serviços diversos	1.734.500	2.451.265
	<u>66.781.369</u>	<u>68.224.052</u>

11. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ordenados e salários	36.982.984	40.089.293
Encargos sobre remunerações	8.183.096	8.729.825
Prêmios de desempenho	1.506.323	1.412.884
Indemnizações por rescisões contratuais (Nota 7)	1.922.491	889.300
Seguros de acidentes de trabalho e outros	401.565	374.039
Outros	1.501.842	1.325.987
	<u>50.498.301</u>	<u>52.821.328</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação reparte-se, por segmento reportável, da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Televisão	460	491
Produções	466	545
Rádio	123	129
Outros	154	169
	<u>1.203</u>	<u>1.333</u>

12. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os Gastos e Rendimentos financeiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Gastos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	8.161.376	8.503.402
Perdas em instrumentos derivados	-	231.703
Atualização financeira de provisões (Nota 28)	259.895	-
Outros gastos financeiros	<u>1.096.270</u>	<u>1.098.531</u>
	<u>9.517.541</u>	<u>9.833.636</u>
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros obtidos	574.219	201.087
Outros rendimentos financeiros	<u>39</u>	<u>6.864</u>
	<u>574.258</u>	<u>207.951</u>
	<u>8.943.283</u>	<u>9.625.685</u>

- (a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo não suportou encargos financeiros com ativos qualificáveis que pudessem ser capitalizáveis, pelo que os referidos encargos foram reconhecidos em resultados quando incorridos.

13. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas do Grupo Media Capital, excetuando a PLURAL España e as suas participadas, encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, podendo ser incrementada pela derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%. Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores a 7.500.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2013 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano progressivamente até 2017 ao maior dos seguintes limites:

- 3.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo encontrar-se-á sujeito a IRC à taxa de 23%, podendo ser incrementada pela derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 24,5%, à qual acrescerá, quando aplicável, a derrama estadual nos seguintes termos:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas o Grupo encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que participa, direta ou indiretamente, pelo menos em 90%, considerando os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”). Todas as empresas do Grupo sediadas em Portugal foram abrangidas pelo referido regime, com exceção das empresas adquiridas durante o ano de 2013, que são tributadas individualmente.

A PLURAL Espanha e suas participadas encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede da legislação em vigor em Espanha, a uma taxa de cerca de 30%, integrando o Regime de Tributação dos Grupos de Sociedades encabeçado pela Prisa.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 10%. A taxa aplicável aos encargos com viaturas ligeiras de passageiros é agravada para 20% se os valores de aquisição ultrapassarem os limites definidos em Portaria. São tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de gasto e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não faturados a clientes. Se o Grupo apurar prejuízos fiscais, estas taxas são aumentadas em 10%.

Existem prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos ativos, conforme evidenciado nos quadros seguintes, calculados de acordo com o enquadramento fiscal vigente e aplicável ao Grupo Media Capital e que se encontram fundamentados na existência de provas bastantes para suportar a sua recuperação, nomeadamente em previsões de resultados fiscais futuros, determinados com base em planos de negócio elaborados com pressupostos prudentes e aderentes à evolução dos negócios. No entanto, o Grupo não registou ativos por impostos diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis, por terem sido gerados antes da entrada das respetivas empresas no RETGS.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, limitados a 75% do lucro tributável do Grupo (seis anos para os prejuízos anteriores a 2010 e quatro anos para os prejuízos gerados entre 2010 e 2012). Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício fiscal de 2014 serão dedutíveis por um período de doze anos, limitados a 70% do lucro tributável do Grupo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam, aproximadamente, a 2.409.000 Euros e 4.342.000 Euros, respetivamente, os quais caducam conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	1.947.000
2014	2.395.000	2.395.000
2015	14.000	-
	<u>2.409.000</u>	<u>4.342.000</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2010 a 2013, inclusive, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em Espanha, as declarações fiscais das empresas que integram a consolidação fiscal da Prisa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais também durante um período de quatro anos, podendo existir algumas exceções, as quais não são aplicáveis às empresas incluídas nas demonstrações financeiras do Grupo.

A reconciliação da taxa de imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

	2013	2012
Resultados antes de impostos	20.584.281	20.006.947
Taxa nominal de imposto	25,00%	25,00%
Imposto estimado	<u>5.146.070</u>	<u>5.001.737</u>
Diferenças permanentes (i)	177.587	1.663.162
Ajustamento à coleta (ii)	968.138	571.392
Derrama	2.008.425	1.873.346
Diferença de taxa (iii)	40.446	(99.351)
Outros	<u>(1.439.840)</u>	<u>(942.402)</u>
	<u>6.900.826</u>	<u>8.067.884</u>
Imposto corrente (iv)	6.690.923	7.377.697
Imposto diferido do exercício	209.903	690.187
	<u>6.900.826</u>	<u>8.067.884</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>33,52%</u>	<u>40,33%</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2013	2012
Encargos financeiros não aceites como custo fiscal	1.127.094	4.424.671
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	990.474	1.003.643
Multas e outras penalidades	56.002	118.089
Benefícios fiscais	(735.358)	(760.361)
Mais e (menos-valias) contabilísticas e fiscais	(165.610)	700.912
Perdas / (ganhos) líquidos em empresas associadas (Nota 18)	(125.164)	59.611
Outros, líquidos	<u>(437.091)</u>	<u>1.106.084</u>
	710.347	6.652.649
	25,00%	25,00%
	<u>177.587</u>	<u>1.663.162</u>

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativo à tributação autónoma de certas despesas.

(iii) Efeito resultante da aplicação de uma taxa de IRC diferente da taxa normal de IRC aplicada em Portugal, que respeita à PLURAL España e suas participadas.

(iv) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, este montante tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Estimativa de imposto corrente sobre o rendimento do exercício	8.528.761	8.834.158
Crédito de imposto sobre o rendimento de subsidiárias sediadas no estrangeiro (Nota 32)	(397.998)	(514.059)
Outros (a)	(1.439.840)	(942.402)
	<u>6.690.923</u>	<u>7.377.697</u>

- (a) Esta rubrica inclui o efeito líquido do excesso de estimativa do imposto do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e de recebimentos resultantes do desfecho de processos fiscais, deduzidos do reconhecimento de responsabilidades estimadas relacionadas com liquidações adicionais de IRC.

Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos:

	2013			
	Saldos iniciais	Constituição/ (reversão)	Utilizações	
<u>Ativos por imposto diferido:</u>				
Provisões e perdas por imparidade	154.753	(53.814)	-	100.939
Gastos reconhecidos com derivados	233.022	(116.511)	-	116.511
Perda em ativos financeiros disponíveis para venda	787.500	(50.000)	-	737.500
Margens não reconhecidas entre empresas do Grupo	3.061.492	(183.881)	-	2.877.611
Prejuízos fiscais reportáveis	432.729	-	(60.544)	372.185
Crédito fiscal extraordinário ao investimento	-	74.198	-	74.198
	<u>4.669.496</u>	<u>(330.008)</u>	<u>(60.544)</u>	<u>4.278.944</u>
<u>Passivos por imposto diferido:</u>				
Marcas adquiridas em concentrações empresariais	1.590.000	(120.000)	-	1.470.000
Reavaliações	8.338	(105)	-	8.233
Créditos fiscais reportáveis	-	-	214	214
	<u>1.598.338</u>	<u>(120.105)</u>	<u>214</u>	<u>1.478.447</u>

	2012		
	Saldos iniciais	Constituição/ (reversão)	Saldos finais
<u>Ativos por imposto diferido:</u>			
Provisões e perdas por imparidade	308.752	(153.999)	154.753
Gastos reconhecidos com derivados	349.533	(116.511)	233.022
Perda em ativos financeiros disponíveis para venda	1.260.000	(472.500)	787.500
Margens não reconhecidas entre empresas do Grupo	2.829.998	231.494	3.061.492
Prejuízos fiscais reportáveis	611.588	(178.859)	432.729
	<u>5.359.871</u>	<u>(690.375)</u>	<u>4.669.496</u>
<u>Passivos por imposto diferido:</u>			
Marcas adquiridas em concentrações empresariais	1.590.000	-	1.590.000
Reavaliações	8.526	(188)	8.338
	<u>1.598.526</u>	<u>(188)</u>	<u>1.598.338</u>

Os saldos credores relativos a passivos por imposto corrente apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício (i)	8.528.761	8.834.158
Pagamentos por conta	(6.750.813)	(2.306.821)
Retenções efetuadas por terceiros	<u>(619.091)</u>	<u>(154.151)</u>
	<u>1.158.857</u>	<u>6.373.186</u>

(i) Os passivos por imposto corrente respeitam ao imposto a pagar pelo Grupo, estimado no âmbito do RETGS.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos devedores relacionados com ativos por imposto corrente no montante de 127.479 Euros e 140.625 Euros respetivamente, respeitam essencialmente a IRC a recuperar e a pagamentos especiais por conta.

Fluxos de caixa:

No exercício de 2013, os pagamentos com esta natureza ascenderam a 12.087.113 Euros sendo que no exercício de 2012, os recebimentos ascenderam a 1.188.045 Euros.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram calculados tendo em consideração o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Resultados:</u>		
Resultado para efeitos de cálculo dos resultados por ação de operações em continuação	13.683.455	11.939.063
<u>Número de ações:</u>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo dos resultados líquidos por ação básico e diluído (Nota 25)	<u>84.513.180</u>	<u>84.513.180</u>
Resultado por ação das operações em continuação, básico e diluído:	0,1619	0,1413

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiram efeitos diluidores, pelo que os resultados por ação básicos e diluídos são idênticos.

15. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no *goodwill* foi como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Custo:</u>		
Saldo no início do exercício	169.740.254	173.535.973
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	-	(3.795.719)
Saldo no fim do exercício	<u>169.740.254</u>	<u>169.740.254</u>
<u>Perdas por imparidade acumuladas:</u>		
Saldo no início do exercício	<u>(16.172.653)</u>	<u>(16.172.653)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(16.172.653)</u>	<u>(16.172.653)</u>
<u>Valor líquido contabilístico:</u>		
Saldo no início do exercício	<u>153.567.601</u>	<u>153.567.601</u>
Saldo no fim do exercício	<u>153.567.601</u>	<u>153.567.601</u>

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa ou conjuntos de unidades geradoras de caixa, considerando o benefício gerado nas mesmas pelas sinergias resultantes das concentrações empresariais que o originaram, conforme segue:

	<u>2013</u>
Televisão	125.761.826
Produção audiovisual Portugal	3.411.058
Produção audiovisual Espanha	3.460.000
Entretenimento	782.610
Rádios	18.643.989
Digital	<u>1.508.118</u>
	<u>153.567.601</u>

Para efeitos da análise de imparidade, o investimento efetuado foi avaliado pelo Conselho de Administração, com base nos planos de negócio / projeções financeiras dos diversos segmentos operacionais controlados pela Meglo.

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente do Grupo que:

- Leva a cabo atividades empresariais, as quais geram rendimentos e incorrem em gastos;
- Vê monitorizados de forma regular os seus resultados pelos tomadores de decisões do Grupo, quando estes decidem a afetação de recursos e aferem o desempenho desse segmento; e
- Tem disponível informação financeira individualizada.

Esta análise foi efetuada com base nos planos de negócio / projeções financeiras dos diversos segmentos operacionais, preparados e aprovados pelo *management*, os quais cobrem um período de cinco anos.

Para o efeito, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com *market intelligence* interno, e a experiência passada do Grupo, complementada pelos efeitos estimados das estratégias de negócio adotadas para cada segmento operacional.

Algumas das principais variáveis consideradas são as seguintes:

- Evolução do investimento publicitário nos principais mercados onde o Grupo opera;
- Share de audiência;
- Quota de mercado;
- Gastos operacionais;

- Sinergias e racionalização de gastos de produção.

A principal informação sobre as atividades e pressupostos considerados dos segmentos operacionais identificados, aos quais foi imputado o *goodwill*, para efeitos de análise de imparidade, são conforme segue:

Televisão:

Atividade de exploração de televisão, com a difusão de programas televisivos através da emissão de um canal generalista, a TVI, e através de contratos de distribuição celebrados com operadores, emitindo o TVI 24, o TVI Ficção, o TVI Internacional e o +TVI.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Recuperação moderada dos proveitos de publicidade em 2014 e crescimento gradual, atingindo em 2018 montantes ainda assim inferiores aos verificados em 2011;
- Crescimento contido dos outros proveitos, relacionados com a diversificação de atividades associadas aos diversos canais;
- Manutenção de uma política de contenção de custos, no seguimento do que já vem sendo efetuado;
- Aumento das vendas internacionais.

Produção audiovisual em Portugal:

Atividade de produção de conteúdos, atividades diversas de suporte aos canais televisivos, através da PLURAL que é responsável pela criação, realização e produção audiovisual, bem como a exploração de meios técnicos e elaboração de cenários.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Manutenção de uma política de contenção de custos, no seguimento do que já vem sendo efetuado;
- Maior aposta na produção interna de conteúdos nacionais;
- Continuação do crescimento do negócio de alugueres de meios técnicos e produção técnica de eventos, reforçando a sua presença noutros mercados.

Produção audiovisual em Espanha:

Atividade operacional no mercado espanhol e latino-americano. Dedicar-se à produção, serviços de apoio à produção, realização e exploração de conteúdos televisivos, obras cinematográficas e audiovisuais, bem como outros serviços relacionados para estes mercados.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Crescimento da produção de programas de entretenimento e ficção e de aproveitamento de oportunidades para promoção do aluguer de meios técnicos do Grupo;
- Redução da estrutura de custos fixos, por forma a adequar a mesma às flutuações de mercado.

Entretenimento:

Atividade que inclui o negócio de música, de produção de videogramas, fonogramas, produção audiovisual e multimédia, compra e venda de discos e equiparados, produção de eventos e agenciamento de artistas.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Diminuição de atividade operacional de vendas físicas de CD's, em virtude da tendência da migração para o digital;
- Redução da estrutura de custos fixos, para adaptação ao enquadramento do mercado;
- Evolução gradual mas positiva e de forma sustentada na realização de eventos.

Rádios:

Atividade de exploração radiofónica. Com a difusão de programas radiofónicos através difusão sonora, em Portugal das seguintes rádios: a "Rádio Comercial", a "m80", a "CidadeFM", e a "Smooth FM", além da emissão *online* da "Cotonete".

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Reforço dos conteúdos da Rádio Comercial e restantes rádios, no sentido de manter a liderança atingida em 2012 e reforçada em 2013;
- Aumento de quota de mercado decorrente da liderança de audiências;
- Continuação da estratégia de controlo de custos.

Digital:

Atividade Digital suportada através do portal www.iol.pt que apresenta uma vasta rede de conteúdos próprios, um extenso diretório de classificados e publicidade online, responsável pela maioria dos sites do Grupo, assim como o negócio de produção de conteúdos para *mobile*. Inclui ainda a prestação de serviços de internet e multimédia para empresas externas ao Grupo.

Os principais pressupostos de atividade considerados nas projeções efetuadas foram os seguintes:

- Melhoria do mercado publicitário para 2014;
- Lançamento regular de novos projetos, como Apps ou outros serviços *mobile*;
- Manutenção do controlo dos custos variáveis e fixos associados à atividade.

Foi utilizado o método do *discounted cash-flow*, tendo sido preparadas projeções de *cash flow* a cinco anos e posteriormente considerada uma perpetuidade. A taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade é de 2,5% (2,5% em 2012). Com a exceção da PLURAL Espanha, a taxa de desconto utilizada foi de 10,0% (10,1% em 2012) e é comum a todos os segmentos operacionais, uma vez que se considera que todos eles operam, direta ou indiretamente, no mercado de media, sendo a atividade comercial, os clientes e o mercado publicitário vistos de forma transversal ao Grupo. Relativamente à PLURAL Espanha, a taxa de desconto utilizada foi de 9,5% (9,6% em 2012). Foi utilizado neste caso uma taxa diferente dos restantes segmentos operacionais, em função do menor risco-país associado a Espanha.

Para o agregado dos segmentos operacionais sob análise, a taxa de crescimento anual composta para o período explícito de projeções (tendo 2013 como base) foi de 10,6% para o EBITDA e de 6,7% para o investimento (Capex). O Grupo acredita na razoabilidade das estimativas, tendo em consideração quer o ano anormalmente penalizador de mercado que foi 2013 quer as iniciativas em curso de crescimento orgânico e redução de gastos operacionais implementadas.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos supra referidos, o Grupo concluiu que não existem perdas de imparidade a reconhecer. É convicção do Conselho de Administração que o efeito de eventuais desvios que possam ocorrer nos principais pressupostos em que assenta o valor recuperável dos segmentos operacionais, não implicará, em todos os aspetos materialmente relevantes, a imparidade da referida participação financeira.

O Conselho de Administração acredita que qualquer alteração razoavelmente possível em qualquer um dos pressupostos-chave acima referidos, utilizados na análise de imparidade efetuada, não originaria uma perda por imparidade do *Goodwill*, nomeadamente considerando uma variação de 0,5% na taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade ou na taxa de desconto.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Direitos de produção audiovisual	Marcas (a)	Alvarás de radiodifusão (b)	Direitos de radiodifusão (c)	Programas de computador	Outros	Total
Valor bruto:							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.030.767	6.269.000	3.215.607	12.571.683	4.473.089	833.172	32.393.318
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Adições (Nota 7)	-	-	-	10.921	795.050	432.123	1.238.094
Conversão cambial	35.998	-	-	-	-	(174)	35.824
Alienações e abates	(5.066.765)	-	-	-	(2.682)	-	(5.069.447)
Transferências (d)	2.054.551	-	-	-	668.077	(674.880)	2.047.748
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.054.551	6.269.000	3.215.607	12.582.604	5.933.534	580.241	30.635.537
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	2.448.826	(2.398.946)	-	-	49.880
Adições (Nota 7)	383	-	-	-	446.545	30.000	476.928
Conversão cambial	(30.598)	-	-	-	-	(352)	(30.950)
Alienações e abates	(113.225)	-	-	(206.574)	(1.070)	(87.000)	(407.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.911.111	6.269.000	5.664.433	9.977.084	6.379.009	522.889	30.723.526
Amortizações acumuladas:							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.301.711	103.117	1.419.809	4.587.477	2.389.006	247.653	11.048.773
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	-	-	-	-	-	(167)	(167)
Reforço do exercício (Nota 17)	561.155	53.801	175.531	805.777	1.602.285	246.358	3.444.907
Transferências	-	-	-	-	86.973	(86.973)	-
Conversão cambial	34.817	-	-	-	-	(3.362)	31.455
Alienações e abates	(2.395.436)	-	-	-	(2.682)	22.703	(2.375.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	502.247	156.918	1.595.340	5.393.254	4.075.582	426.212	12.149.553
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	49.880	-	-	49.880
Reforço do exercício (Nota 17)	733.252	53.800	312.826	665.052	856.840	167.255	2.789.025
Transferências	-	-	1.231.840	(1.231.840)	-	-	-
Conversão cambial	(28.830)	-	-	-	-	(352)	(29.182)
Alienações e abates	(85.430)	-	-	(42.440)	-	(79.607)	(207.477)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.121.239	210.718	3.140.006	4.833.906	4.932.422	513.508	14.751.799
Perdas por imparidade:							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.692.854	-	-	-	-	-	2.692.854
Abates	(2.692.854)	-	-	-	-	-	(2.692.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2013	-	-	-	-	-	-	-

	Direitos de produção audiovisual	Marcas (a)	Alvarás de radiodifusão (b)	Direitos de radiodifusão (c)	Programas de computador	Outros	Total
<u>Valor líquido:</u>							
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	1.552.304	6.112.082	1.620.267	7.189.350	1.857.952	154.029	18.485.984
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	789.872	6.058.282	2.524.427	5.143.178	1.446.587	9.381	15.971.727

- (a) Nesta rubrica inclui-se, essencialmente, a marca PLURAL, que resultou da alocação do valor de aquisição da PLURAL España, no montante de 6.000.000 Euros, a qual se estima que tenha vida útil indefinida, pelo que não é amortizada, sendo sujeita a testes anuais de imparidade tendo por base os pressupostos financeiros indicados na Nota 15. O Grupo considera que aquele ativo tem uma vida útil indefinida, atento ao facto de não se estimar perda de valor daquele ativo e por não ser previsível um limite temporal para a geração de benefícios económicos do mesmo.
- (b) O alvará radiofónico de valor mais significativo que se encontra incluído nesta rubrica, foi identificado no âmbito da aquisição da Drums - Comunicações Sonoras, S.A., apresentando um valor líquido contabilístico de 712.800 Euros, sendo que o período de amortização remanescente é de oito anos.
- (c) (c)Esta rubrica inclui direitos de radiodifusão individualmente materiais relativos aos contratos celebrados com a Rádio Milénio – Emissões de Radiodifusão, S.A. e com a R.C. - Empresa de Radiodifusão, S.A., que apresentam valores líquidos contabilísticos de 3.325.266 Euros e 1.343.812 Euros, respetivamente. O período de amortização remanescente de cada um destes ativos é de oito anos.
- (d) Transferência da rubrica “Outros ativos não correntes” relativa à coprodução de diversos filmes em exploração, em resultado da exploração dos referidos filmes, a qual decorrerá por um período estimado de três anos, a findar em 2014.

17. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Valor bruto:</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.846.534	111.070.403	2.918.150	210.274	14.690.241	9.698.608	745.455	153.179.665
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	(604.699)	(3.466.332)	(71.479)	(4.787)	-	(214.811)	-	(4.362.108)
Aquisições (Nota 7)	34	2.378.812	7.287	1.937	85.786	5.056	428.710	2.907.622
Alienações e abates	(35.196)	(2.945.676)	(359.154)	(85.399)	(3.702.773)	(31.314)	(125.264)	(7.284.776)
Transferências	-	679.688	-	-	13.770	-	(686.658)	6.800
Conversão cambial	-	(1.744)	-	(625)	(146)	-	-	(2.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.206.673	107.715.151	2.494.804	121.400	11.086.878	9.457.539	362.243	144.444.688
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	185.207	637.484	-	-	59.562	23.942	-	906.195
Aquisições (Nota 7)	40.058	1.272.749	52.536	-	95.969	106.081	626.155	2.193.548
Alienações e abates	(5.814)	(5.021.765)	(320.842)	-	(1.612.570)	(1.373.627)	(75)	(8.334.693)
Transferências	-	396.152	-	(121.400)	203.973	270.000	(748.725)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.426.124	104.999.771	2.226.498	-	9.833.812	8.483.935	239.598	139.209.738

Contas Consolidadas

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas:								
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.937.732	92.919.744	2.076.751	184.638	13.303.838	8.760.977	-	124.183.680
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	(503.007)	(1.486.443)	(71.479)	(4.787)	-	(208.552)	-	(2.274.268)
Reforço do exercício	905.046	6.051.148	262.902	11.568	548.921	271.804	-	8.051.389
Reduções por alienações e abates	(35.196)	(2.917.987)	(355.877)	(85.399)	(3.698.282)	(36.691)	-	(7.129.432)
Transferências	-	-	-	76	3.204	(3.280)	-	-
Conversão cambial	-	(1.744)	-	(604)	(146)	-	-	(2.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.304.575	94.564.718	1.912.297	105.492	10.157.535	8.784.258	-	122.828.875
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6)	142.210	515.423	-	-	46.974	16.092	-	720.699
Reforço do exercício	785.418	5.053.428	214.242	-	357.270	196.966	-	6.607.324
Reduções por alienações e abates	(5.184)	(5.021.766)	(291.724)	-	(1.611.794)	(1.373.625)	-	(8.304.093)
Transferências	-	-	-	(105.492)	105.492	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.227.019	95.111.803	1.834.815	-	9.055.477	7.623.691	-	121.852.805

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor líquido:								
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	5.902.098	13.150.433	582.507	15.908	929.343	673.281	362.243	21.615.813
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	5.199.105	9.887.968	391.683	-	778.335	860.244	239.598	17.356.933

As aquisições registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são, essencialmente, referentes à aquisição de equipamento audiovisual.

O detalhe das amortizações e depreciações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados dos exercícios de 2013 e 2012, é conforme segue:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis	6.607.324	8.051.389
Ativos intangíveis (Nota 16)	2.789.025	3.444.907
	9.396.349	11.496.296

Em 31 de dezembro de 2013, não existem restrições à titularidade de ativos tangíveis, que tenham sido dados como garantias de passivos, sendo de salientar que todas as garantias solicitadas a favor de terceiros e prestadas pelo Grupo Media Capital, suscetíveis de divulgação, se encontram mencionadas na Nota 37.

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

	<u>Investimentos em associadas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.353.620
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 6) (a)	139.219
Ganhos em empresas associadas	<u>98.788</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.591.627
Dividendos (Nota 6)	(111.470)
Ganhos em empresas associadas	<u>131.495</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>1.611.652</u></u>

(a) Este montante respeita ao justo valor do interesse retido na Factoría à data da alienação de 36% do seu capital, que originou a perda de controlo nesta entidade.

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, sobre as empresas associadas, verificaram-se os seguintes movimentos na rubrica "Ganhos / (perdas) em empresas associadas":

Denominação	Investimentos em empresas associadas		Ganhos / (perdas) em empresas associadas	
	2013	2012	2013	2012
SOCATER	771.445	760.826	10.619	1.533
PCP	552.695	546.003	6.692	17.265
JEMPSA	58.044	57.644	400	(7.939)
Factoría	229.462	227.148	113.784	87.929
Outros	6	6	-	-
	<u>1.611.652</u>	<u>1.591.627</u>	<u>131.495</u>	<u>98.788</u>
Plural Brasil (Nota 28) (a)	-	-	(6.331)	(158.399)
	<u><u>1.611.652</u></u>	<u><u>1.591.627</u></u>	<u><u>125.164</u></u>	<u><u>(59.611)</u></u>

(a) Em 31 de dezembro de 2013, encontram-se reconhecidas provisões para fazer face a perdas adicionais estimadas no montante de 178.168 Euros (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a principal informação financeira respeitante às associadas da Empresa era como segue:

	Sede	2013		Capital próprio	Rendimentos totais	Resultado líquido
		Porcentagem detida	Ativo			
SOCATER	Tenerife (ESP)	40%	2.436.003	1.928.613	1.419.589	4.012
PCP	San Andrés (ESP)	40%	1.566.094	1.381.738	-	9.480
JEMPSA (b)	Madrid (ESP)	19%	8.955.375	305.495	12.500	2.101
Plural Brasil	São Paulo (BRA)	49%	23.204	(363.609)	-	(72.560)
Factoría (a) (b)	Zaragoza (ESP)	15%	4.343.305	1.529.748	8.228.238	781.229

		2012				
	Sede	Percentagem detida	Ativo	Capital próprio	Rendimentos totais	Resultado líquido
SOCATER	Tenerife (ESP)	40%	2.337.573	1.902.476	1.478.371	3.832
PCP	San Andrés (ESP)	40%	1.556.524	1.365.008	-	43.162
JEMPSA (b)	Madrid (ESP)	19%	4.475.116	303.391	-	(41.787)
Plural Brasil	São Paulo (BRA)	49%	33.278	(350.688)	-	(318.537)
Factoría (b)	Zaragoza (ESP)	15%	3.868.052	1.514.320	6.705.363	586.196

- (a) Em 31 de dezembro de 2013, o efeito da aplicação da equivalência patrimonial sobre a participada Factoría foi apurado com base nas demonstrações financeiras daquelas entidades reportadas a 30 de novembro de 2013, dado serem essas as contas que, a esta data, se encontravam disponíveis.
- (b) O Grupo detém influência significativa nestas sociedades uma vez que tem o direito a nomear um administrador com assento no seu Órgão de Gestão.

19. DIREITOS DE TRANSMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os direitos de transmissão são conforme segue:

Natureza	2013	2012
Novelas	58.260.705	56.042.760
Filmes	13.850.181	13.099.206
Séries	4.511.429	8.189.992
Desporto	2.408.798	2.167.500
Entretenimento	337.895	274.796
Outros	191.231	133.082
	<u>79.560.239</u>	<u>79.907.336</u>
Ativos não correntes	46.469.349	50.406.949
Ativos correntes	33.090.890	29.500.387
	<u>79.560.239</u>	<u>79.907.336</u>

20. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Acesso à rede de Televisão Digital Terrestre ("TDT") (a)	3.747.059	4.014.706
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 32)	213.857	514.059
Ativos relacionados com a coprodução de filmes	-	90.106
Outros	-	138.857
	<u>3.960.916</u>	<u>4.757.728</u>

- (a) Este montante respeita aos encargos suportados com o acesso à rede de TDT, os quais são reconhecidos em resultados durante o período contratado de utilização da referida rede.

21. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013			2012		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	Valor líquido
Mercadorias	623.017	(521.398)	101.619	658.131	(471.434)	186.697

22. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013			2012		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	Valor líquido
Cientes	37.708.483	(5.563.567)	32.144.916	36.078.803	(6.324.001)	29.754.802
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 32)	4.140.921	-	4.140.921	5.631.989	-	5.631.989
Faturação a emitir	5.800.657	-	5.800.657	5.521.148	-	5.521.148
	47.650.061	(5.563.567)	42.086.494	47.231.940	(6.324.001)	40.907.939

23. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013			2012		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	Valor líquido
Estado e outros entes públicos (Nota 31)	1.092.232	-	1.092.232	1.455.661	-	1.455.661
Devedores diversos	1.190.871	(298.456)	892.415	1.313.400	(522.815)	790.585
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 32)	6.921.079	-	6.921.079	10.993.876	-	10.993.876
Pagamentos antecipados	1.841.949	-	1.841.949	1.412.759	-	1.412.759
	11.046.131	(298.456)	10.747.675	15.175.696	(522.815)	14.652.881

24. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.941.629	10.558.721
Caixa	<u>295.037</u>	<u>231.763</u>
	<u><u>5.236.666</u></u>	<u><u>10.790.484</u></u>

25. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA EMPRESA-MÃE

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 ações com o valor nominal de um euro e seis cêntimos cada, o que perfaz 89.583.971 Euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital do Grupo era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Ações</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Ações</u>	<u>Percentagem</u>
Vértix, SGPS, S.A. ("VERTIX")	80.027.607	94,69	71.576.289	84,69
PortQuay West I B.V.	-	-	8.451.318	10,00
Outros, inferiores a 10% do capital	<u>4.485.573</u>	<u>5,31</u>	<u>4.485.573</u>	<u>5,31</u>
	<u><u>84.513.180</u></u>	<u><u>100,00</u></u>	<u><u>84.513.180</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

Em 25 de fevereiro de 2013 a Vertix adquiriu 10% do capital social e dos respetivos direitos de voto da Empresa à PortQuay.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Reservas" tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas livres	20.863.213	20.310.320
Reserva legal	4.405.008	4.343.604
Diferenças de conversão cambial	<u>(7.042)</u>	<u>(85.377)</u>
	<u><u>25.261.179</u></u>	<u><u>24.568.547</u></u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual apurado nas contas individuais tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na Assembleia Geral de 29 de abril de 2013 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de 11.324.766 Euros (5.814.507 Euros em 2012), o que correspondeu a um dividendo bruto por ação de 0,1340 Euros (0,0688 Euros em 31 de dezembro de 2012).

Conforme aprovado nesta data pelo Conselho de Administração e mencionado no Relatório de Gestão, foi efetuada uma proposta de distribuição de dividendos de 9.803.528,88 Euros, relativos ao resultado líquido do exercício, o que corresponde a um dividendo bruto por ação de 0,116 Euros.

26. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.791.360
Alterações no perímetro de consolidação	<u>(1.791.360)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2013	<u><u>-</u></u>

27. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013				2012			
	Valor de balanço		Valor nominal		Valor de balanço		Valor nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	32.304.287	76.000.000	33.000.000	76.000.000	26.235.065	84.000.000	26.748.754	84.000.000
Credores por locações financeiras (b)	<u>937.041</u>	<u>1.565.851</u>	<u>937.041</u>	<u>1.565.851</u>	<u>821.107</u>	<u>2.318.567</u>	<u>821.107</u>	<u>2.318.567</u>
	<u><u>33.241.328</u></u>	<u><u>77.565.851</u></u>	<u><u>33.937.041</u></u>	<u><u>77.565.851</u></u>	<u><u>27.056.172</u></u>	<u><u>86.318.567</u></u>	<u><u>27.569.861</u></u>	<u><u>86.318.567</u></u>

- (a) Este montante inclui um programa de médio e longo prazo de papel comercial em Euros, contraído junto de sete instituições financeiras e outro empréstimo bancário de médio e longo prazo em Euros, destinado a financiar aquisições de participações financeiras e operações correntes.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante nominal utilizado, o total contratado e o seu plano de reembolso são como segue:

	Valor utilizado 31-12-2013	Total contratado
Papel comercial	99.000.000	113.500.000
Outros empréstimos bancários	<u>10.000.000</u>	<u>10.000.000</u>
	<u><u>109.000.000</u></u>	<u><u>123.500.000</u></u>

O plano de reembolso do montante utilizado é o seguinte:

2014	33.000.000
2015	56.000.000
2016	13.333.334
2017	3.333.334
2018	3.333.332
	<u>109.000.000</u>

O papel comercial vence juros à taxa Euribor acrescida de um *spread* variável, em função da relação verificada entre o endividamento da Empresa e o seu desempenho, medido através do EBITDA (calculado em função dos contratos, sendo que globalmente consiste no resultado operacional acrescido de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade ou no resultado operacional acrescido de amortizações e depreciações). Em 31 de dezembro de 2013, o *spread* médio daqueles financiamentos ascendia a 4.848%.

O programa de papel comercial contratado prevê o seu reembolso antecipado em caso de incumprimento dos requisitos previstos contratualmente, relativos, essencialmente, à titularidade de capital em situações que impliquem perda de controlo do Grupo pela Prisa e o desempenho financeiro do Grupo, o qual não se verifica em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente, alterações razoáveis nas referidas medidas de desempenho financeiro, nomeadamente uma variação de 5% no EBITDA, continuam a assegurar o cumprimento dos referidos requisitos.

Adicionalmente, esta rubrica também inclui contas correntes caucionadas, para apoio de tesouraria de curto prazo, no valor de 18.000.000 Euros, as quais não se encontram utilizadas em 31 de dezembro de 2013, que vencem juros a uma taxa Euribor acrescida de um *spread*. Em 31 de dezembro de 2013, o *spread* médio daqueles financiamentos ascendia a 6.583%.

- (b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo Media Capital mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2013		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	8.733.925	(6.392.428)	2.341.497
Equipamento de transporte	939.001	(683.077)	255.924
Equipamento administrativo	64.867	(64.867)	-
Outras imobilizações corpóreas	185.930	(185.930)	-
	<u>9.923.723</u>	<u>(7.326.302)</u>	<u>2.597.421</u>
	2012		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	8.501.962	(4.884.812)	3.617.150
Equipamento de transporte	981.898	(604.921)	376.977
Equipamento administrativo	290.501	(290.501)	-
Outras imobilizações corpóreas	185.930	(185.930)	-
	<u>9.960.291</u>	<u>(5.966.164)</u>	<u>3.994.127</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as amortizações vincendas de contratos de locação financeira vencem-se como segue:

	2013	2012
2013	-	821.107
2014	937.041	-
	<u>937.041</u>	<u>821.107</u>
2014	-	859.936
2015	889.151	883.180
2016	555.670	475.586
2017	121.030	99.865
	<u>1.565.851</u>	<u>2.318.567</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram apresentadas livranças em branco como garantia de alguns financiamentos obtidos junto das instituições financeiras.

28. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas rubricas de provisões e perdas por imparidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

	Impostos	Processos judiciais em curso	Perdas em empresas associadas (Nota 18)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.561.196	4.255.892	13.438	6.830.526
Aumentos	3.836.101	784.161	158.399	4.778.661
Reduções	-	(2.191.772)	-	(2.191.772)
Reclassificação	(1.183.224)	1.183.224	-	-
Utilizações	(70.829)	(1.619.633)	-	(1.690.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>5.143.244</u>	<u>2.411.872</u>	<u>171.837</u>	<u>7.726.953</u>
Aumentos (Nota 12)	259.895	60.001	6.331	326.227
Reduções	(303.014)	(722.741)	-	(1.025.755)
Utilizações	-	(425.000)	-	(425.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.100.125</u>	<u>1.324.132</u>	<u>178.168</u>	<u>6.602.425</u>

Provisões para impostos

Em 31 de dezembro de 2013, as provisões para impostos, no montante de 5.100.125 Euros, são essencialmente, referentes a responsabilidades estimadas relativas a liquidações adicionais de IRC no montante de 5.346.000 Euros.

Naquela data, a responsabilidade atual resultante das referidas liquidações foi estimada com base nos pareceres dos advogados do Grupo, verificando-se um aumento de provisão no montante de 259.895 Euros, o qual foi registado por contrapartida da rubrica “ Gastos e Rendimentos financeiros “ pelo seu valor descontado considerando o valor

temporal do dinheiro, tendo por base a tempestividade estimada pelos mesmos para a ocorrência do pagamento desta responsabilidade, a qual depende da evolução judicial do respetivo processo.

Tendo em consideração as incertezas inerentes a este tipo de processos, as responsabilidades foram estimadas tendo por base os argumentos apresentados pelo Grupo nas respetivas reclamações e a tempestividade esperada para a ocorrência do pagamento destas responsabilidades, atento o valor temporal do dinheiro.

Provisões para processos judiciais em curso

Em 31 de dezembro de 2013, as provisões para processos judiciais em curso são referentes a processos de contencioso relativos essencialmente, a processos laborais, difamação, abuso de liberdade de imprensa e regulatórios, decorrentes da atividade normal das empresas do Grupo. Tendo em consideração as incertezas inerentes a este tipo de processos, cujo montante das ações em curso ascende a, aproximadamente, 5.070.000 Euros, os advogados do Grupo estimaram as respetivas responsabilidades com base nos argumentos apresentados, no histórico de resolução deste tipo de processos e na tempestividade estimada para a ocorrência do pagamento destas responsabilidades.

As reduções e utilizações verificadas na rubrica “Processos judiciais em curso”, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dizem respeito à resolução de alguns processos judiciais que se encontravam em processo de contencioso.

O aumento verificado na rubrica “Perdas em empresas associadas”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, diz respeito à PLURAL Brasil (Nota 18).

O movimento nas perdas por imparidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

	Inventários (Nota 21)	Clientes e contas a receber (Nota 22)	Outros ativos correntes (Nota 23)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	97.786	7.605.341	151.330	7.854.457
Aumentos	558.699	576.002	371.485	1.506.186
Reduções	-	(898.660)	-	(898.660)
Utilizações diretas	(185.051)	(958.682)	-	(1.143.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	471.434	6.324.001	522.815	7.318.250
Aumentos	49.964	419.775	147.126	616.865
Reduções	-	(378.777)	-	(378.777)
Utilizações diretas	-	(801.432)	(371.485)	(1.172.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	521.398	5.563.567	298.456	6.383.421

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa utilizou perdas por imparidade para clientes e contas a receber, por ter considerado incobráveis as respetivas contas a receber.

As provisões e perdas por imparidade (reforços / (reversões)), registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Nota 7), são conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	(303.014)	-
Processos judiciais em curso	<u>(662.740)</u>	<u>(1.407.611)</u>
	<u>(965.754)</u>	<u>(1.407.611)</u>
Inventários	49.964	558.699
Clientes e contas a receber	40.998	(322.658)
Outros ativos correntes	<u>147.126</u>	<u>371.485</u>
	<u>238.088</u>	<u>607.526</u>
	<u>(727.666)</u>	<u>(800.085)</u>

29. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores correntes	22.623.677	26.541.465
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 32)	3.494.451	5.049.264
Gastos a liquidar:		
Rappel a liquidar	11.195.831	13.559.244
Direitos de autor e <i>royalties</i>	3.068.302	3.335.489
Outros fornecimentos e serviços externos	1.500.066	1.435.799
Devolução de vendas	376.232	445.434
Outros	<u>3.183.934</u>	<u>2.704.009</u>
	<u>45.442.493</u>	<u>53.070.704</u>

30. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores de ativos fixos	1.535.856	1.733.118
Credores diversos:		
Adiantamentos de <i>factoring</i>	8.601.856	5.747.216
Remunerações a pagar ao pessoal	8.026.421	6.868.278
Outros	3.387.703	3.503.244
Estado e outros entes públicos (Nota 31)	10.810.247	9.246.652
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 32)	1.949.714	10.896.460
Faturação antecipada	<u>6.285.774</u>	<u>5.051.374</u>
	<u>40.597.571</u>	<u>43.046.342</u>

31. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013		2012	
	Saldos devedores (Nota 23)	Saldos credores (Nota 30)	Saldos devedores (Nota 23)	Saldos credores (Nota 30)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.092.232	6.926.197	1.455.661	5.379.660
Contribuições para a Segurança Social	-	1.320.130	-	1.471.901
Imposto sobre o o Rendimento das Pessoas Singulares	-	1.261.025	-	1.422.115
Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual/Cinematoteca Portuguesa	-	937.208	-	716.054
Outros	-	365.687	-	256.922
	<u>1.092.232</u>	<u>10.810.247</u>	<u>1.455.661</u>	<u>9.246.652</u>

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e as transações efetuadas com empresas relacionadas, excluídas da consolidação, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

	2013				
	Outros ativos não correntes (Nota 20)	Clientes e outras contas a receber (Nota 22)	Outros ativos correntes (Nota 23)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 29)	Outros passivos correntes (Nota 30)
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A. (a) (b)	-	5.440	3.533.066	3.042.030	457.685
Empresa-mãe:					
VERTIX	-	2.676	-	-	106.070
	-	8.116	3.533.066	3.042.030	563.755
Empresas associadas:					
JEMPSA (d)	213.857	1.069.480	3.231.915	7.692	379.959
Plural Brasil	-	223.479	155.799	-	-
SOCATER	-	16.005	-	-	-
Factoría	-	13.310	-	-	-
	213.857	1.322.274	3.387.714	7.692	379.959
Outras empresas:					
Mediaset España Comunicación, S.A. (c)	-	1.561.693	-	650	-
Compañía Independiente de Televisión, S.L.	-	561.955	-	-	-
DTS - Distribuidora de Television Digital, S.A.	-	524.624	-	220.602	1.006.000
Prisa Digital, S.L.	-	65.779	-	81.507	-
SOGEABLE MÚSICA, S.L.	-	48.260	-	-	-
Promotora General de Revistas, S.A.	-	19.448	-	4.510	-
Diario El País, S.L.	-	14.514	-	-	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	-	9.431	-	102.414	-
Santillana Editores, S.A.	-	2.750	-	258	-
Unión de Radio Corporativos, S.A.	-	1.117	-	-	-
Ediciones El País, S.L.	-	960	299	-	-
CHIP Audiovisual, S.A.	-	-	-	34.788	-
	-	2.810.531	299	444.729	1.006.000
	213.857	4.140.921	6.921.079	3.494.451	1.949.714

	2013				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A.	2.720	-	561.396	964.989	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	18.072	7.788	-	-	93.070
	<u>20.792</u>	<u>7.788</u>	<u>561.396</u>	<u>964.989</u>	<u>93.070</u>
Empresas associadas:					
JEMPSA	500.000	-	-	-	-
Plural Brasil	-	-	7.060	-	-
	<u>500.000</u>	<u>-</u>	<u>7.060</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras empresas:					
Mediaset España Comunicación, S.A.	5.606.981	-	-	2.250	-
Compañía Independiente de Televisión, S.L.	919.930	-	-	58.232	-
DTS - Distribuidora de Televisión Digital, S.A.	764.228	16.006	-	1.395.906	-
Promotora General de Revistas, S.A.	186.064	29.304	-	15.571	-
Prisa Digital, S.L.	30.887	-	-	16.522	-
Factoría	26.500	-	-	-	-
SOGEABLE MÚSICA, S.L.	20.971	-	-	-	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	6.832	-	-	9.071	-
Santillana Editores, S.A.	5.308	-	-	258	-
Premiere Megaplex, S.A.	3.107	-	-	-	-
Santillana Educacion SL	1.650	-	-	-	-
Ineverly, DPS, S.L.	1.900	-	-	-	-
Radio Club Canarias, S.A.	-	-	-	256	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	-	-	-	27.984	-
	<u>7.574.358</u>	<u>45.310</u>	<u>-</u>	<u>1.526.050</u>	<u>-</u>
	<u>8.095.150</u>	<u>53.098</u>	<u>568.456</u>	<u>2.491.039</u>	<u>93.070</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos mais relevantes com partes relacionadas referem-se a:

Promotora de Informaciones, S.A.

- (a) As contas a receber a curto prazo respeitam, essencialmente, a um contrato de *cash pooling* com a PLURAL España, no montante de 2.950.747 Euros, o qual vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescido de um *spread* de 2,5%.

Adicionalmente, esta rubrica inclui 397.998 Euros (Nota 13), referentes a imposto do exercício das sociedades PLURAL España e Tesela, no âmbito do agregado fiscal da Prisa.

- (b) As contas a pagar respeitam essencialmente à atividade operacional da Empresa e a *fees* de gestão.

Mediaset España Comunicación, S.A., anteriormente designada Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A.

- (c) As contas a receber resultam da atividade operacional da PLURAL España.

JEMPSA

- (d) Estes montantes respeitam ao financiamento de uma Co-produção, o qual será realizado através da exploração de direitos económicos da mesma.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os recebimentos e pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos a empresas relacionadas, são conforme segue:

Recebimentos provenientes de:

Reembolso de empréstimos concedidos:

Prisa	6.110.471
Vertix	1.876.070
	<u>7.986.541</u>

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos concedidos:

Prisa	1.661.555
Jempsa	1.135.276
Vertix	320.000
	<u>3.116.831</u>

	2012				
	Outros ativos não correntes (Nota 20)	Clientes e outras contas a receber (Nota 22)	Outros ativos correntes (Nota 23)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 29)	Outros passivos correntes (Nota 30)
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A (a) (b)	514.059	280.747	7.577.951	3.373.818	4.989.874
Empresa-mãe:					
VERTIX (c)	-	5.557	1.669.334	-	5.768.415
	<u>514.059</u>	<u>286.304</u>	<u>9.247.285</u>	<u>3.373.818</u>	<u>10.758.289</u>
Empresas associadas:					
Plural Brasil	-	223.479	148.739	-	-
SOCATER	-	16.005	-	-	-
JEMPASA	-	273	1.096.640	910	(4.456)
	-	<u>239.757</u>	<u>1.245.379</u>	<u>910</u>	<u>(4.456)</u>
Outras empresas:					
Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A. (d)	-	2.373.721	-	8.268	-
Promotora General de Revistas, S.A.	-	1.621.210	500.914	91.143	5.289
Prisa Televisión, S.A.U.(d)	-	391.603	-	1.148.889	-
Promotora de Emisoras de Televisión, S.A.	-	313.554	-	25.974	(33.364)
Santillana Ediciones Generales, S.L.	-	172.498	-	-	-
Planet Events, S.A.	-	139.599	-	-	-
Prisa Digital, S.L.	-	28.910	-	68.465	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	-	26.501	-	82.862	170.702
Unión Radio Del Pirineu, S.A.	-	16.977	-	-	-
Diario El Pais, S.L.	-	14.514	-	-	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	-	3.841	-	54.677	-
CANAL 4 NAVARRA, S.L.	-	2.095	-	-	-
SOGEABLE MÚSICA, S.L.	-	905	-	-	-
EDICIONES EL PAÍS, S.L.	-	-	298	-	-
Radio Club Canarias, S.A.	-	-	-	104.843	-
Unión de Radio Corporativos, S.A.	-	-	-	45.137	-
Societat de Comunic. Y Public, S.A.	-	-	-	16.977	-
Gran Vía Musical de Ediciones, S.L.	-	-	-	14.439	-
LOCALIA TV MADRID, S.A.	-	-	-	12.059	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	-	629	-
Productora de Televisión de Salamanca, S.A.	-	-	-	174	-
	-	<u>5.105.928</u>	<u>501.212</u>	<u>1.674.536</u>	<u>142.627</u>
	<u>514.059</u>	<u>5.631.989</u>	<u>10.993.876</u>	<u>5.049.264</u>	<u>10.896.460</u>

	2012				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros
Empresa-mãe de topo:					
Promotora de Informaciones, S.A.	-	-	77.550	1.388.445	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	18.072	7.788	97.249	-	191.330
	<u>18.072</u>	<u>7.788</u>	<u>174.799</u>	<u>1.388.445</u>	<u>191.330</u>
Empresas associadas:					
SOCATER	8.807	-	-	-	-
Plural Brasil	-	-	12.696	-	-
JEMPSA	-	-	1.063	-	-
	<u>8.807</u>	<u>-</u>	<u>13.759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras empresas:					
Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A.	8.466.054	-	-	-	-
Prisa Televisión, S.A.U.	2.382.073	1.050	-	1.523.743	-
Promotora General de Revistas, S.A.	425.783	42.390	-	48.048	-
Santilhana Editores, SA	23.495	-	-	-	-
Diario AS, S.L	22.361	-	-	-	-
Sociedade Española de Radiodifusión, S.A.	17.748	-	-	-	-
Prisa Digital, S.L.	13.300	-	-	48.072	-
Prisa Brand Solutions, S.L.U.	15.804	-	-	-	-
	<u>11.366.618</u>	<u>43.440</u>	<u>-</u>	<u>1.619.863</u>	<u>-</u>
	<u>11.393.497</u>	<u>51.228</u>	<u>188.558</u>	<u>3.008.308</u>	<u>191.330</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos mais relevantes com partes relacionadas referem-se a:

Promotora de Informaciones, S.A.

- (a) As contas a receber a curto prazo respeitam, essencialmente, a um contrato de *cash pooling* com a PLURAL España, no montante de 7.402.717 Euros, o qual vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescido de um *spread* de 0,10%.

Adicionalmente, esta rubrica inclui 514.059 Euros (Nota 13), referentes a imposto do exercício das sociedades PLURAL España e Tesela, no âmbito do agregado fiscal da Prisa.

- (b) As contas a pagar respeitam essencialmente à atividade operacional da Empresa e a *fees* de gestão.

Vertix

- (c) As contas a pagar respeitam, essencialmente, a um empréstimo obtido pelo Grupo, no montante de 5.460.000 Euros o qual vence juros a taxas normais do mercado. Este empréstimo tem o seu vencimento no curto prazo.

As contas a receber respeitam essencialmente, a um empréstimo concedido pelo Grupo, no montante de 1.556.070 Euros o qual vence juros a taxas normais do mercado. Este empréstimo tem o seu vencimento no curto prazo.

Sociedade General de Televisión Cuatro, S.A. e Prisa Televisión, S.A.U.

- (d) As contas a receber resultam da atividade operacional da PLURAL España.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os recebimentos e pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos a empresas relacionadas, são conforme segue:

Recebimentos provenientes de:

Reembolso de empréstimos concedidos:

Prisa	9.271.040
Vertex	5.460.000
Plural Brasil	282.316
Jempsa	130.217
	<u>15.143.573</u>

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos concedidos:

Vertex	1.556.070
Jempsa	443.675
Prisa	340.400
Plural Brasil	16.000
	<u>2.356.145</u>

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as empresas incluídas no perímetro de consolidação realizaram transações entre si a valores de mercado, essencialmente, referente às seguintes situações:

- Compra de conteúdos televisivos e audiovisuais;
- Compra de direitos de cinema;
- Empréstimos de tesouraria; e
- Prestação de serviços administrativos e contabilidade.

33. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUIDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, existiam contratos e acordos celebrados com terceiros para a compra de direitos, exibição de filmes e outros programas, nos montantes totais de 11.312.133 Euros e 15.659.875 Euros, respetivamente. As datas previsíveis em que esses filmes e programas estarão disponíveis para exibição e para pagamento é como segue:

31 de dezembro de 2013:

Natureza	2014	2015	2016	2017 e seguintes	Por definir	Total
Filmes	74.924	6.873	1.298.126	2.045.800	25.000	3.450.723
Séries	-	50.082	66.311	-	-	116.393
Entretenimento	2.925.017	-	-	-	-	2.925.017
Desporto	2.665.000	2.155.000	-	-	-	4.820.000
	<u>5.664.941</u>	<u>2.211.955</u>	<u>1.364.437</u>	<u>2.045.800</u>	<u>25.000</u>	<u>11.312.133</u>

31 de dezembro de 2012:

Natureza	2013	2014	2015	2016 e seguintes	Por definir	Total
Filmes	17.694	3.098.062	1.828.108	1.218.697	25.000	6.187.561
Séries	-	28.977	282.422	-	78.115	389.514
Entretenimento	132.800	-	-	-	-	132.800
Desporto	2.724.167	4.430.000	1.795.833	-	-	8.950.000
	<u>2.874.661</u>	<u>7.557.039</u>	<u>3.906.363</u>	<u>1.218.697</u>	<u>103.115</u>	<u>15.659.875</u>

34. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa tinha assumido responsabilidades não refletidas no balanço por contratos de locação operacional de 14.183.000 Euros e 14.287.405 Euros, respetivamente.

Aquelas responsabilidades são conforme segue:

- (a) Contrato de locação das instalações da Empresa a findar em 31 de dezembro de 2019, com o direito de preferência de renovação.

<u>Montantes reconhecidos como gasto:</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pagamentos mínimos de locação operacional - Instalações Queluz	<u>1.004.072</u>	<u>1.114.629</u>

As responsabilidades assumidas por este contrato de locação operacional, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não incluídos em balanço são conforme segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	1.100.004
2014	973.512	1.100.004
2015	1.002.717	1.100.004
2016	1.032.799	1.100.004
2017	1.063.783	1.100.004
2018	1.095.696	-
2019 e seguintes	1.128.567	-
	<u>6.297.075</u>	<u>5.500.020</u>

- (b) Contrato de *renting* de viaturas por um prazo de 3 a 5 anos.

<u>Montantes reconhecidos como gasto:</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pagamentos mínimos de <i>renting</i> de viaturas	<u>882.026</u>	<u>990.702</u>

As responsabilidades assumidas por estes contratos de *renting*, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, vencem-se, conforme segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	915.093
2014	790.772	640.642
2015	635.508	485.937
2016	399.708	241.254
2017	153.228	5.682
2018	24.014	-
	<u>2.003.230</u>	<u>2.288.608</u>

(c) Contrato de arrendamento de instalações relacionadas com estúdios e armazéns.

<u>Montantes reconhecidos como gasto:</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pagamentos mínimos de arrendamento de estúdios e armazéns	<u>731.703</u>	<u>717.276</u>

As responsabilidades assumidas por estes contratos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, vencem-se conforme segue:

<u>Responsabilidades assumidas:</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	725.975
2014	751.925	744.384
2015	772.003	763.261
2016	792.618	782.616
2017	813.783	802.461
2018	835.513	826.535
2019 e seguintes	1.916.853	1.853.545
	<u>5.882.695</u>	<u>6.498.777</u>

35. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dólar Americano	1,3783	1,3183
Libra Inglesa	0,8364	0,8170
Franco Suíço	1,2259	1,2080

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros as demonstrações financeiras de empresas do Grupo denominadas em dólares americanos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa de câmbio vigente à data de balanço	1,3684	1,3183
Taxa de câmbio média do exercício	1,3668	1,3818

Adicionalmente, existem ativos fixos que foram convertidos a taxas de câmbio históricas de 1,2405 e 1,9190.

36. PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo recebeu liquidações adicionais em sede de IRC e outros impostos, durante os exercícios de 2009 a 2013 relativas a inspeções fiscais aos exercícios de 2006 a 2011, no montante de, aproximadamente, 1.600.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2013, dada a natureza dos referidos processos, o Grupo discorda destas liquidações e considera, com base na opinião dos seus advogados, que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais, pelo que não registou qualquer provisão nas demonstrações financeiras consolidadas. Dada a natureza dos referidos processos, a tempestividade da resolução dos mesmos depende das várias fases que os mesmos seguirão.

Adicionalmente, no decorrer da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais relacionados, essencialmente, com difamação, liberdade de imprensa e ações de caráter regulatório, cujo montante das ações ascende a, aproximadamente, 1.700.000 Euros. Baseados nos pareceres dos advogados do Grupo, não são estimadas responsabilidades decorrentes do desfecho dos referidos processos. Dada a natureza dos mesmos, a tempestividade da sua resolução depende da resolução judicial.

37. GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha solicitado garantias bancárias a favor de terceiros e prestado outras garantias a terceiros, conforme segue:

Union des Associations Européennes de Football - âmbito do acordo com a TVI (a)	6.465.000
Direcção Geral de Impostos – processos de execução fiscal (b)	3.820.276
Prémios de concursos	2.685.352
De Lage Laden International, B.V.- Sucursal em Portugal - garantia e avales relativos ao cumprimento do contrato de aquisição de equipamento	700.000
Processos judiciais e outros (b)	60.000
Garantes de bom pagamento - contratos de prestação de serviços e aquisição de equipamentos	32.000

(a) Garantia bancária no âmbito da aquisição dos direitos para a transmissão da Liga dos Campeões até 2015.

(b) A responsabilidade inerente a estes processos encontra-se provisionada em função dos pareceres obtidos dos advogados e consultores do Grupo.

Adicionalmente, o Grupo é avalista em contratos de financiamento da sua participada Jempsa, os quais ascendem, em 31 de dezembro de 2013, a 1.430.955 Euros.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS CHAVE DA EMPRESA

As remunerações auferidas pelos membros chave da Empresa e suas subsidiárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram de 1.443.543 Euros (1.796.114 Euros em 2012).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as remunerações referidas dividem-se em remunerações fixas de 1.025.251 Euros e remunerações variáveis de 418.292 Euros (1.684.022 Euros e 112.092 Euros, respetivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

A totalidade das remunerações auferidas pelos membros chave da Empresa e suas subsidiárias corresponde a benefícios de curto prazo. As remunerações dos referidos membros chave são determinadas pela Comissão de Remunerações da Empresa, tendo em consideração parâmetros relativos à performance individual.

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.632	7.632
Contas a receber de terceiros	56.922.564	60.459.173
Caixa e seus equivalentes (Nota 24)	5.236.666	10.790.484
	<u>62.166.862</u>	<u>71.257.289</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos (Nota 27)	110.807.179	113.374.739
Contas a pagar a terceiros	87.198.921	102.490.232
	<u>198.006.100</u>	<u>215.864.971</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo apenas tem ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os quais, conforme acima referido são ativos financeiros disponíveis para venda, contas a receber de terceiros, caixa e seus equivalentes, empréstimos e contas a pagar a terceiros.

No que se refere aos ativos financeiros disponíveis para venda, contas a receber e contas a pagar correntes e caixa e equivalentes de caixa, o Grupo considera, face às características específicas destes instrumentos financeiros, que o justo valor não difere significativamente do seu valor contabilístico.

No que se refere aos empréstimos, o Grupo considera que o seu justo valor dependerá significativamente do nível de risco atribuído pelas entidades financiadoras e das condições que o Grupo Media Capital conseguiria obter na data da demonstração da posição financeira, se fosse ao mercado contratar financiamentos de montante e prazo semelhantes aos que tem em curso em 31 de dezembro de 2013. Contudo, é entendimento do Conselho de Administração do Grupo que a quantia escriturada dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor, pois a generalidade dos empréstimos tem *spreads* de mercado, que refletem o nível de risco atribuído pelos financiadores.

Os empréstimos obtidos foram renegociados no decorrer do exercício de 2013 e as taxas de juro foram atualizadas, pelo que as suas condições estão atualizadas face à situação atual dos mercados financeiros e ao nível de risco que os bancos atribuem ao Grupo, pelo que o seu valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor.

O Grupo Media Capital encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos financeiros:

(a) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

(i) Taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de um programa de papel comercial a uma taxa de juro variável.

Em 31 de dezembro de 2013, a totalidade da dívida contratada encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o resultado líquido daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído, aproximadamente, em 570.000 Euros e em 280.000 Euros, respetivamente.

A sensibilidade da Empresa a variações na taxa de juro, ao longo do ano de 2012 encontrou-se parcialmente limitada pela contratação de instrumento de fixação de taxa de juro o qual terminou em dezembro desse ano.

(ii) Taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com o investimento na PLURAL Entertainment (empresa participada da PLURAL España, sediada em Miami) e com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição na PLURAL Entertainment ascende a ativos líquidos desta subsidiária de 436.740 USD (319.161 Euros).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com:

- Contratos de direitos de transmissão de programas de televisão contratados a diversas produtoras estrangeiras;
- Contratos de direitos de transmissão cinematográfica e videográfica contratados a produtoras independentes.

O risco da taxa de câmbio associada a estes contratos é diminuto face ao reduzido prazo de pagamento dos mesmos.

Caso as taxas de câmbio tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o resultado líquido daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído, aproximadamente, em 13.000 Euros e em 3.000 Euros, respetivamente. Adicionalmente, o efeito negativo da conversão cambial de operações sediadas no estrangeiro registado nos capitais próprios seria de, aproximadamente, 78.000 Euros para o exercício de 2013 (5.000 Euros em 2012).

Os saldos em moeda estrangeira da Empresa expressos em Euros, ao câmbio de 31 de dezembro de 2013 e 2012, são conforme segue:

<u>Saldos vencidos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dólar Americano (USD)	3.396.001	654.231
Libra Esterlina (GBP)	29.020	24.460
Franco Suiço (CHF)	54.621	78.377
	<u>3.479.642</u>	<u>757.068</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, existiam contratos e acordos, denominados em moeda estrangeira, para a compra de direitos, exibição de filmes e outros programas nos montantes de 3.371.876 Euros e 6.316.563 Euros, respetivamente.

Caso as taxas de câmbio fossem superiores ou inferiores em 0,5% em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o montante daqueles compromissos teria aumentado ou diminuído, aproximadamente, em 25.000 Euros e 24.000 Euros, respetivamente.

O risco a que a Empresa está sujeita inclui a exposição ao risco de taxa de câmbio em futuros contratos de direitos de transmissão que venham a ser celebrados, para o qual não se encontram contratados instrumentos de cobertura.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações das diversas empresas do Grupo (Notas 22 e 23), o qual procura ser minorado pela política de descontos concedidos por antecipação ou pronto pagamento instituída. Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas por imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 28.

Em 31 de dezembro de 2013, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas. A Empresa acredita que não existe necessidade de reforçar os ajustamentos de contas a receber para além do montante incluído na Nota 28. Adicionalmente, são de relevar os descontos concedidos por antecipação ou pronto pagamento, como medida de redução de risco de crédito dos diversos negócios do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade pelo facto do Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis:

<u>Saldos vencidos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até 90 dias	11.471.081	5.364.631
De 90 a 180 dias	951.054	1.372.483
Mais de 180 dias	2.326.073	2.722.386
	<u>14.748.208</u>	<u>9.459.500</u>

(c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, investimentos, remuneração dos acionistas e reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da mesma em prazos adequados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado de linhas de crédito e de papel comercial ascendia a 37.736.666 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, estava disponível o montante para adiantamentos de *factoring* de 1.397.784 Euros. A Empresa considera que estes valores, com os fluxos de caixa a gerar das operações e a capacidade da Empresa em renovar as linhas de crédito disponíveis, nomeadamente o papel comercial, é suficiente para cobrir as suas responsabilidades financeiras que venham a ser exigidas no curto prazo. A maturidade dos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

<u>Passivos financeiros</u>	2013			<u>Total</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>+ 2 anos</u>	
<u>Remunerados:</u>				
Empréstimos	33.241.328	70.778.155	6.787.696	110.807.179
Outros passivos correntes (<i>Factoring</i>)	8.601.856	-	-	8.601.856
<u>Não remunerados:</u>				
Passivos por imposto corrente	1.158.857	-	-	1.158.857
Outros passivos correntes	31.995.715	-	-	31.995.715
Fornecedores e contas a pagar	45.442.493	-	-	45.442.493
	<u>120.440.249</u>	<u>70.778.155</u>	<u>6.787.696</u>	<u>198.006.100</u>
<u>Passivos financeiros</u>	2012			<u>Total</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>+ 2 anos</u>	
<u>Remunerados:</u>				
Empréstimos	27.056.172	75.743.116	10.575.451	113.374.739
Outros passivos correntes (<i>Factoring</i>)	5.747.216	-	-	5.747.216
<u>Não remunerados:</u>				
Passivos por imposto corrente	6.373.186	-	-	6.373.186
Outros passivos correntes	37.299.126	-	-	37.299.126
Fornecedores e contas a pagar	53.070.704	-	-	53.070.704
	<u>129.546.404</u>	<u>75.743.116</u>	<u>10.575.451</u>	<u>215.864.971</u>

40. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários totais faturados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 434.300 Euros, sendo detalhados conforme segue:

<u>Tipo de serviços</u>	<u>2013</u>
Revisão legal das contas anuais (a)	283.210
Consultoria fiscal	125.840
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria (b)	<u>25.250</u>
	<u>434.300</u>

- a) Esta rubrica inclui o valor faturado pela Deloitte Espanha, no montante de 15.710 Euros, relativamente a trabalhos de auditoria ao grupo PLURAL Espanha.
- b) Este valor foi faturado pela Deloitte Espanha e refere-se a trabalhos de auditoria do controlo interno, de acordo com a lei americana Sarbanes-Oxley para efeitos de reporte de informação consolidada da Prisa no mercado Norte-Americano.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Contas Individuais

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2013	2012
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	9	46.383	70.583
Ativos fixos tangíveis	10	52.509	57.534
Investimentos em subsidiárias	11	174.413.138	174.413.138
		<u>174.512.030</u>	<u>174.541.255</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes e outras contas a receber	12	992.028	348.077
Outros ativos correntes	13	6.920.920	16.246.950
Caixa e seus equivalentes	14	68.189	39.474
		<u>7.981.137</u>	<u>16.634.501</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>182.493.167</u>	<u>191.175.756</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	15	89.583.971	89.583.971
Reservas	15	47.527.104	57.623.800
Resultados transitados	15	23.535.520	23.535.520
Resultado líquido do exercício		12.624.546	1.228.070
Total do capital próprio		<u>173.271.141</u>	<u>171.971.361</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Passivos por imposto corrente	8	1.592.126	6.373.186
Fornecedores e outras contas a pagar	16	3.469.900	3.205.340
Outros passivos correntes	17	4.160.000	9.625.869
Total do passivo		<u>9.222.026</u>	<u>19.204.395</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>182.493.167</u>	<u>191.175.756</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</u>			
Prestações de serviços	4 e 19	5.810.634	4.856.318
Outros rendimentos operacionais	4 e 19	299.273	382.163
Total de rendimentos operacionais		<u>6.109.907</u>	<u>5.238.481</u>
<u>GASTOS OPERACIONAIS:</u>			
Fornecimentos e serviços externos	5	(3.042.474)	(2.887.293)
Gastos com o pessoal	6	(3.161.327)	(2.518.192)
Amortizações e depreciações	10	(37.891)	(28.831)
Outros gastos operacionais		(22.308)	(36.611)
Total de gastos operacionais		<u>(6.264.000)</u>	<u>(5.470.927)</u>
Resultados operacionais		<u>(154.093)</u>	<u>(232.446)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Gastos financeiros	7	(133.480)	(257.513)
Rendimentos financeiros	7	96.072	313.823
		(37.408)	56.310
Ganhos em subsidiárias	11	12.291.465	1.228.517
		<u>12.254.057</u>	<u>1.284.827</u>
Resultado antes de impostos		<u>12.099.964</u>	<u>1.052.381</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	524.582	175.689
Resultado líquido do exercício		<u>12.624.546</u>	<u>1.228.070</u>
Rendimentos integrais do exercício		<u>12.624.546</u>	<u>1.228.070</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos rendimentos integrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		7.074.630	5.978.620
Pagamentos a fornecedores		(3.581.592)	(4.252.859)
Pagamentos ao pessoal		(2.427.356)	(2.111.078)
Fluxos gerados pelas operações		1.065.682	(385.317)
(Pagamentos) / recebimentos de imposto sobre o rendimento		(12.019.188)	1.247.165
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		11.729.387	(3.832.679)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>775.881</u>	<u>(2.970.831)</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		306.317	411.004
Dividendos obtidos	11	13.519.982	-
Empréstimos concedidos a empresas participadas	14	14.107.725	11.908.827
		<u>27.934.024</u>	<u>12.319.831</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos a empresas participadas	14	(11.588.217)	(8.881.012)
Aquisição de ativos fixos tangíveis		(6.150)	-
		<u>(11.594.367)</u>	<u>(8.881.012)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>16.339.657</u>	<u>3.438.819</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos da empresa-mãe	19	5.868.000	5.460.000
Pagamentos respeitantes a:			
Reembolso de empréstimos obtidos da empresa-mãe	19	(11.315.000)	-
Dividendos atribuídos	15	(11.324.766)	(5.814.507)
Juros e gastos similares		(315.057)	(144.881)
		<u>(22.954.823)</u>	<u>(5.959.388)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(17.086.823)</u>	<u>(499.388)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		28.715	(31.400)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	39.474	70.874
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	68.189	39.474

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital (Nota 15)</u>	<u>Reservas (Nota 15)</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.583.971	57.312.822	23.535.520	6.125.485	176.557.798
Aplicação de resultados:					
Transferência para reservas (Nota 15)	-	310.978	-	(310.978)	-
Distribuição de dividendos (Nota 15)	-	-	-	(5.814.507)	(5.814.507)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.228.070	1.228.070
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>89.583.971</u>	<u>57.623.800</u>	<u>23.535.520</u>	<u>1.228.070</u>	<u>171.971.361</u>
Aplicação de resultados:					
Transferência para reservas (Nota 15)	-	61.404	-	(61.404)	-
Distribuição de dividendos (Nota 15)	-	(10.158.100)	-	(1.166.666)	(11.324.766)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	12.624.546	12.624.546
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>89.583.971</u></u>	<u><u>47.527.104</u></u>	<u><u>23.535.520</u></u>	<u><u>12.624.546</u></u>	<u><u>173.271.141</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”) foi constituída em 1992, tendo como atividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividade económica. Tem a sua sede em Portugal, na Rua Mário Castelhana, nº 40, Barcarena, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais com o número de matrícula e pessoa coletiva único (“NIOPC”) 502 816 481 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as atividades de difusão e produção de programas televisivos e outras atividades de media, realização, produção e difusão de programas radiofónicos e produção e exploração de atividades cinematográficas e videográficas.

A Empresa tem como acionista principal a Vertix, SGPS, S.A. (“VERTIX”), que tem sede em Barcarena, sendo as demonstrações financeiras do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”), empresa mãe da VERTIX.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2014.

As ações da Empresa encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, segundo o qual os ativos devem ser realizados e os passivos liquidados no decurso normal das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

Estas demonstrações financeiras individuais, foram elaboradas de acordo os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adotados pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto nos IFRS, os investimentos financeiros foram registados ao custo de aquisição. Consequentemente, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação de ativos, passivos, rendimentos e gastos, o que será efetuado nas demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e publicar em separado. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o ativo, passivo, os rendimentos operacionais e o resultado líquido em 152.122.410 Euros, 196.864.946 Euros, 175.606.154 Euros e 1.058.909 Euros, respetivamente e em diminuir o capital próprio em 44.742.536 Euros.

2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações dos ativos intangíveis de vida útil definida, os quais respeitam a programas de computador, são calculadas a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado em que esses ativos intangíveis geram benefícios económicos futuros, o qual é de três anos.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas necessárias para colocar o ativo na localização e condição necessária para o mesmo funcionar.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. A depreciação destes ativos, deduzidos do seu valor residual, quando este seja estimável, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com a sua vida útil, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento administrativo	4
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

2.4 Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis de se realizarem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.5 Investimentos em subsidiárias

Os investimentos representativos de partes de capital em subsidiárias, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, quando estas se verificarem.

Os dividendos recebidos da empresa subsidiária são registados como rendimentos financeiros no momento da sua atribuição.

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1 Clientes, outras contas a receber e outros ativos correntes

As contas a receber e outros ativos correntes são reconhecidos ao custo amortizado, pelo método da taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade destes ativos são registadas quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante das perdas corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício.

2.6.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem e a prazo e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.6.3 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado, pelo método da taxa de juro efetiva.

2.7 Imparidade de ativos não correntes

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados como um gasto operacional do exercício.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

2.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são compostos pelo imposto corrente e imposto diferido.

A Empresa estima os impostos sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETS"), abrangendo todas as empresas em que detém uma participação, direta ou indireta de, pelo menos, 90% do respetivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como com base nos prejuízos fiscais reportáveis. Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas bastantes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.9 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são referentes, essencialmente, a serviços de gestão, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que os mesmos são prestados.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

2.10 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais, caso originem um impacto material nas demonstrações financeiras.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2012, segundo as disposições dos IFRS, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores, exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretação ou das suas alterações que entram em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	1-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adotam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros)	1-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	1-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e

Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	1-Jan-13	(ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral. A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos ativos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	1-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	1-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

A estimativa contabilística mais significativa, refletida nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, inclui o cálculo do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias.

Esta estimativa foi determinada com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nesta estimativa. Alterações significativas a esta estimativa, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são registadas em resultados de forma prospetiva e em conformidade com o disposto na IAS 8. Em 2013 não houve alterações significativas nas principais estimativas efetuadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos Conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: <ul style="list-style-type: none"> IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.

Emenda à norma IAS 32 - 1-Jan-14
Compensação entre ativos e passivos financeiros

Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.

Emenda à norma IAS 36 - 1-Jan-14
Imparidade
(Divulgações sobre a quantia recuperável de cativos não financeiros)

Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.

Emenda à norma IAS 39 - 1-Jan-14
Instrumentos Financeiros:
Reconhecimento e Mensuração
(Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)

Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. No entanto, não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção futura.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores
Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.

Emendas às normas:
• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2013);
• IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações
A emenda à IFRS 9 insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.

Emenda à norma IAS 19 - Benefícios dos empregados
Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013) Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adotadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os rendimentos operacionais respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados a empresas do Grupo (Nota 19).

5. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os Fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados prestados por partes relacionadas (Nota 19)	1.934.484	1.897.563
Serviços especializados	658.673	615.254
Rendas e alugueres	177.673	172.351
Despesas de representação	63.535	48.146
Seguros	48.252	20.047
Deslocações, estadas e transportes	44.697	61.966
Outros	115.160	71.966
	<u>3.042.474</u>	<u>2.887.293</u>

6. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os Gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ordenados	2.149.320	2.012.280
Prémios de desempenho	617.135	205.957
Encargos sobre remunerações	300.064	228.953
Seguros de acidentes de trabalho e outros afins	16.877	14.499
Outros	<u>77.931</u>	<u>56.503</u>
	<u><u>3.161.327</u></u>	<u><u>2.518.192</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 23 e 21 empregados, respetivamente.

7. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os Gastos e rendimentos financeiros, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Gastos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	106.006	230.751
Outros gastos financeiros	<u>27.474</u>	<u>26.762</u>
	<u>133.480</u>	<u>257.513</u>
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros obtidos de partes relacionadas (Nota 19)	96.070	306.742
Outros rendimentos financeiros	<u>2</u>	<u>7.081</u>
	<u>96.072</u>	<u>313.823</u>
	<u><u>(37.408)</u></u>	<u><u>56.310</u></u>

(a) No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os juros relativos a entidades relacionadas foram de 93.070 Euros e 191.330 Euros, respetivamente (Nota 19).

8. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, podendo ser incrementada pela derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%. Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores a 7.500.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2013 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano progressivamente até 2017 ao maior dos seguintes limites:

- 3.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa encontrar-se-á sujeita a IRC à taxa de 23%, podendo ser incrementada pela derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 24,5%, à qual acrescerá, quando aplicável, a derrama estadual nos seguintes termos:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa estima o imposto sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual é encabeçado pela Empresa.

Face à sua natureza jurídica e objeto social a Empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas e os ganhos decorrentes da alienação de participações financeiras não são tributados. Por outro lado, os encargos financeiros incorridos com financiamentos obtidos e utilizados na aquisição de participações financeiras e as perdas originadas na alienação de participações financeiras, não relevam para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 inclusive poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, limitados a 75% do lucro tributável do Grupo (seis anos para os prejuízos anteriores a 2010 e quatro anos para os prejuízos gerados entre 2010 e 2011). Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício fiscal de 2014 serão dedutíveis por um período de doze anos, limitado a 70% do lucro tributável do Grupo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam, aproximadamente, a 2.409.000 Euros e 4.342.000 Euros, respetivamente, os quais caducam conforme segue:

	2013	2012
2013	-	1.947.000
2014	2.395.000	2.395.000
2015	14.000	-
	<u>2.409.000</u>	<u>4.342.000</u>

Contas Individuais

Para os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2014, o referido prazo de dedução será de doze anos.

A reconciliação da taxa de imposto, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes de impostos	12.099.964	1.052.381
Taxa nominal de imposto	25,00%	25,00%
Imposto estimado	<u>3.024.991</u>	<u>263.095</u>
Diferenças permanentes (i)	(3.070.486)	(303.766)
Ajustamento à coleta (ii)	42.175	27.277
Excesso de estimativa de IRC anos anteriores	<u>(521.262)</u>	<u>(162.295)</u>
	<u>(524.582)</u>	<u>(175.689)</u>
Imposto corrente	<u>(524.582)</u>	<u>(175.689)</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>-4,34%</u>	<u>-16,69%</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes montantes tinham a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dividendos atribuídos (Nota 11)	(12.291.465)	(1.228.517)
Outros, líquidos	9.521	13.452
	<u>(12.281.944)</u>	<u>(1.215.065)</u>
	25,0%	25,0%
	<u>(3.070.486)</u>	<u>(303.766)</u>

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativa à tributação autónoma de certas despesas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Passivos por imposto corrente" é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:		
Estimativa de imposto corrente apurada no âmbito do RETGS	8.525.869	8.834.158
Pagamentos por conta	(6.731.112)	(2.306.821)
Retenções efetuadas por terceiros	<u>(202.631)</u>	<u>(154.151)</u>
	<u>1.592.126</u>	<u>6.373.186</u>

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis ascendem, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a 46.383 Euros e 70.583 Euros, respetivamente, e referem-se na totalidade, a programas de computador que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, passaram a estar disponíveis para funcionamento. As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de 24.200 Euros e 2.017 Euros, respetivamente (Nota 10).

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<u>Valor bruto:</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	74.850	134.451	860.958	1.070.259
Saldo em 31 de dezembro de 2012	74.850	134.451	860.958	1.070.259
Aquisições	-	7.707	959	8.666
Alienações e abates	-	(3.493)	-	(3.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	74.850	138.665	861.917	1.075.432
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<u>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.326	112.601	848.984	985.911
Reforço do exercício	7.485	8.009	11.320	26.814
Saldo em 31 de dezembro de 2012	31.811	120.610	860.304	1.012.725
Reforço do exercício	7.485	5.541	665	13.691
Alienações e abates	-	(3.493)	-	(3.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	39.296	122.658	860.969	1.022.923
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	43.039	13.841	654	57.534
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	35.554	16.007	948	52.509

O detalhe das amortizações e depreciações reconhecidas na demonstração dos rendimentos integrais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis	13.691	26.814
Ativos intangíveis (Nota 9)	24.200	2.017
	<u>37.891</u>	<u>28.831</u>

11. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os Investimentos em subsidiárias respeitavam à participação financeira detida na Meglo, cuja sede, ativo, capital próprio, rendimentos totais e resultado líquido do exercício eram conforme detalhe abaixo:

		2013					
Denominação	Sede	Ativo	Capital próprio	Rendimentos totais	Resultado líquido do exercício	Porcentagem de participação	Valor de balanço
Meglo	Lisboa	269.582.072	64.258.594	16.684.827	13.350.376	100%	174.413.138

		2012					
Denominação	Sede	Ativo	Capital próprio	Rendimentos totais	Resultado líquido do exercício	Porcentagem de participação	Valor de balanço
Meglo	Lisboa	275.808.977	63.131.346	16.748.887	12.938.384	100%	174.413.138

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Meglo - Media Global, SGPS, S.A. ("Meglo") distribuiu dividendos de 12.291.465 Euros (Nota 8) e 1.228.517 Euros (Nota 8), respetivamente, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2013 e 27 de dezembro de 2012, respetivamente. Estes montantes foram registados nas demonstrações dos rendimentos integrais na rubrica "Ganhos em subsidiárias". Os dividendos atribuídos em 2012, foram pagos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 19).

Para efeitos da análise de imparidade, o investimento efetuado foi avaliado pelo Conselho de Administração, com base nos planos de negócio / projeções financeiras dos diversos segmentos operacionais controlados pela Empresa, tal como preparados e aprovados pelo *management*.

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente do Grupo que:

- Leva a cabo atividades empresariais, nas quais geram rendimentos e incorrem em gastos;
- Vê monitorizados de forma regular os seus resultados pelos tomadores de decisões do Grupo, quando estes decidem a afetação de recursos e aferem o desempenho desse componente; e
- Tem disponível informação financeira individualizada.

Para o efeito, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com *market intelligence* interno, e a experiência passada do Grupo, complementada pelos efeitos estimados das estratégias de negócio adotadas para cada segmento operacional. Algumas das principais variáveis consideradas são as seguintes:

- Evolução do investimento publicitário nos principais mercados onde o Grupo opera;
- Share de audiência (Televisão e Rádio);
- Quota de mercado (Televisão e Rádio);
- Gastos operacionais;
- Sinergias e racionalização de gastos de produção.

Foi utilizado o método do *discounted cash-flow*, tendo sido preparadas projeções de *cash flow* a cinco anos e posteriormente considerada uma perpetuidade. A taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade é de 2,5% (2,5% em 2012). Com a exceção da empresa subsidiária Plural España, a taxa de desconto utilizada foi de 10,0% (10,1% em 2012) e é comum a todos os segmentos operacionais, uma vez que se considera que todas eles operam, direta ou indiretamente, no mercado de media, sendo a atividade comercial, os clientes e o mercado publicitário vistos de forma transversal ao Grupo. Relativamente à Plural España, a taxa de desconto utilizada foi de 9,5% (9,6% em 2012). Foi utilizado neste caso uma taxa diferente dos restantes segmentos operacionais, em função do menor risco-país associado a Espanha.

Para o agregado dos segmentos operacionais sob análise, a taxa de crescimento anual composta para o período explícito de projeções (tendo 2013 como base) foi de 10,6% para o EBITDA e de 6,7% para o investimento (Capex). O Grupo acredita na razoabilidade das estimativas, tendo em consideração quer o ano anormalmente penalizador de mercado que foi 2013, quer as iniciativas em curso de crescimento orgânico e redução de gastos operacionais implementadas.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos supra referidos, o Grupo concluiu que não existem perdas de imparidade a reconhecer. É convicção do Conselho de Administração que o efeito de eventuais desvios que possam ocorrer nos principais pressupostos em que assenta o valor recuperável dos segmentos operacionais, não implicará, em todos os aspetos materialmente relevantes, a imparidade da referida participação financeira.

O Conselho de Administração acredita que qualquer alteração razoavelmente possível em qualquer um dos pressupostos-chave acima referidos, utilizados na análise de imparidade efetuada, não originaria um valor líquido contabilístico do investimento financeiro superior ao seu valor recuperável estimado, nomeadamente considerando uma variação de 0,5% na taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade ou na taxa de desconto.

12. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013			2012		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido
Clientes	4.025	(4.000)	25	4.000	(4.000)	-
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 19)	992.003	-	992.003	348.077	-	348.077
	<u>996.028</u>	<u>(4.000)</u>	<u>992.028</u>	<u>352.077</u>	<u>(4.000)</u>	<u>348.077</u>

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 19)	6.908.800	16.235.027
Estado e outros entes públicos (Nota 18)	-	2.043
Outros	<u>12.120</u>	<u>9.880</u>
	<u><u>6.920.920</u></u>	<u><u>16.246.950</u></u>

14. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	63.614	34.899
Caixa	<u>4.575</u>	<u>4.575</u>
	<u><u>68.189</u></u>	<u><u>39.474</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os recebimentos e pagamentos relativos a partes relacionadas, nos montantes de 14.107.725 Euros (11.908.827 Euros em 2012) e 11.588.217 Euros (8.881.012 Euros em 2012), respetivamente, referem-se a financiamentos concedidos pela Empresa àquelas sociedades, os quais vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 ações com o valor nominal de um euro e seis cêntimos cada, o que perfaz um total de capital de 89.583.971 Euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Media Capital era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Ações</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Ações</u>	<u>Percentagem</u>
Vértix, SGPS, S.A. ("VERTIX")	80.027.607	94,69	71.576.289	84,69
PortQuay West I B.V.	-	-	8.451.318	10,00
Outros, inferiores a 10% do capital	<u>4.485.573</u>	<u>5,31</u>	<u>4.485.573</u>	<u>5,31</u>
	<u><u>84.513.180</u></u>	<u><u>100,00</u></u>	<u><u>84.513.180</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

Em 25 de fevereiro de 2013, a Vertix adquiriu 10% do capital social e dos respetivos direitos de voto da Empresa à PortQuay.

Contas Individuais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Reservas” tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas livres	43.122.096	53.280.196
Reserva legal	<u>4.405.008</u>	<u>4.343.604</u>
	<u>47.527.104</u>	<u>57.623.800</u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os resultados transitados ascendiam a 23.535.520 Euros, os quais respeitam a excedentes gerados em exercícios anteriores de livre disposição.

Conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas realizadas em 29 de abril de 2013 e 21 de março de 2012, o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi aplicado conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas livres	-	4.704
Reserva legal	61.404	306.274
Distribuição de dividendos	<u>1.166.666</u>	<u>5.814.507</u>
	<u>1.228.070</u>	<u>6.125.485</u>
Dividendo bruto por ação	0,1340	0,0688

Conforme deliberado na mesma data, em Assembleia Geral de Acionistas, foram distribuídos dividendos adicionais no montante de 10.158.100 Euros.

Conforme aprovado nesta data pelo Conselho de Administração e mencionado no Relatório de Gestão, foi efetuada uma proposta de distribuição de dividendos de 9.803.528,88 Euros, relativos ao resultado líquido consolidado do exercício de 2013, o que corresponde a um dividendo bruto por ação de 0,116 Euros.

16. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 19)	3.250.574	2.953.667
Fornecedores correntes	187.991	123.383
Gastos a liquidar:		
Outros fornecimentos e serviços externos	30.430	123.176
Outros	<u>905</u>	<u>5.114</u>
	<u>3.469.900</u>	<u>3.205.340</u>

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 19)	2.849.532	8.947.900
Remunerações a liquidar	1.006.513	551.630
Estado e outros entes públicos (Nota 18)	<u>303.955</u>	<u>126.339</u>
	<u><u>4.160.000</u></u>	<u><u>9.625.869</u></u>

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	
	Saldos credores (Nota 17)	Saldos devedores (Nota 13)	Saldos credores (Nota 17)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	146.118	2.043	15.504
Contribuições para a Segurança Social	51.424	-	45.417
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	<u>106.413</u>	-	<u>65.418</u>
	<u><u>303.955</u></u>	<u><u>2.043</u></u>	<u><u>126.339</u></u>

19. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos e as transações efetuadas nos exercícios findos naquelas datas com partes relacionadas (empresas pertencentes ao Grupo Prisa), eram conforme segue:

Saldos com empresas relacionadas:

	2013			
	Cientes e outras contas a receber (Nota 12)	Outros ativos correntes (Nota 13)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 16)	Outros passivos correntes (Nota 17)
Empresa-mãe de topo:				
Prisa	-	27.630	3.042.605	-
Empresa-mãe:				
VERTIX	823	-	-	106.070
	823	27.630	3.042.605	106.070
Empresas participadas:				
TVI – Televisão Independente, S.A. ("TVI")	613.453	5.811.890	57.638	-
PLURAL Entertainment Portugal, S.A. ("PLURAL")	204.965	-	8.342	549.913
MCP - MÉDIA CAPITAL PRODUÇÕES, S.A. ("MCP")	58.887	-	-	722.579
PLURAL Entertainment España, S.L. ("PLURAL España")	43.740	-	40.609	-
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	24.262	581.579	-	-
FAROL MÚSICA – Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	21.244	-	-	106.703
MEDIA CAPITAL DIGITAL, S.A. ("DIGITAL") (a)	18.428	-	1.192	31.037
IOL NEGÓCIOS - Serviços de Internet, S.A. ("IOL Negócios")	1.234	-	1.169	54.695
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	479	190.222	91.805	-
EPC – Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	100	23.145	-	-
Meglo	25	172.770	2.989	820.521
EMAV – Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	25	34.574	2.947	-
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	25	19.157	-	-
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	25	12.275	-	-
MCME - Media Capital Música e Entretenimento, S.A. ("MCME")	25	12.113	-	-
R. CIDADE – Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	25	8.018	-	-
CASADA CRIAÇÃO – Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	25	5.346	-	-
Flor do Éter Radiodifusão, Lda. ("Flor do Éter")	25	4.544	-	-
RVA - Rádio Voz de Alcanena, Lda. ("Rádio Voz de Alcanena")	25	3.206	-	-
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. ("MCP INVESTIMENTOS")	25	344	-	-
Drums Comunicações Sonoras, S.A. ("Drums")	25	-	-	1.132
Radio Nacional - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("Rádio Nacional")	25	-	-	643
MCR II - Media Capital Rádios, S.A. ("MCR II")	25	-	-	265.910
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	25	-	-	148.785
CLMC – Multimedia, S.A. ("CLMC")	25	-	-	36.916
Rádio Litoral Centro - Empresa de Radiodifusão, Lda. ("Rádio Litoral Centro")	25	-	-	4.628
Rádio XXI, Lda. ("XXI")	-	1.688	-	-
	987.192	6.880.871	206.691	2.743.462
Outras empresas:				
Promotora General de Revistas, S.A.	3.029	-	-	-
Ediciones EL Pais SL	959	299	-	-
DTS - Distribuidora de Television Digital, S.A.	-	-	1.020	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	258	-
	3.988	299	1.278	-
	992.003	6.908.800	3.250.574	2.849.532

Contas Individuais

	2012			
	Cientes e outras contas a receber (Nota 12)	Outros ativos correntes (Nota 13)	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 16)	Outros passivos correntes (Nota 17)
Empresa-mãe de topo:				
Prisa	4.515	121.406	2.680.512	-
Empresa-mãe:				
VERTIX	-	2.395	-	5.768.415
	<u>4.515</u>	<u>123.801</u>	<u>2.680.512</u>	<u>5.768.415</u>
Empresas participadas:				
PLURAL Entertainment Portugal, S.A. ("PLURAL")	166.741	358.258	-	-
MCP - MÍDIA CAPITAL PRODUÇÕES, S.A. ("MCP")	101.821	-	-	484.902
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	28.242	658.324	-	-
FAROL MÚSICA – Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	25.099	7.464	27	141.314
MEDIA CAPITAL DIGITAL, S.A. ("DIGITAL") (a)	19.235	4.397	1.192	202.101
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	699	312	-	12.145
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	534	251.676	173.742	115.959
RVA - Rádio Voz de Alcanena, Lda. ("Rádio Voz de Alcanena")	449	-	-	-
Drums Comunicações Sonoras, S.A. ("Drums")	191	-	-	-
Radio Nacional - Emissões de Radiodifusão, S.A. ("Rádio Nacional")	191	-	-	-
MEDIA CAPITAL PRODUÇÕES INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. ("MCP INVESTIMENTOS")	105	-	-	59.062
TVI – Televisão Independente, S.A. ("TVI")	-	10.460.692	7.303	685.711
Meglo	-	4.131.044	-	697.308
EMAV – Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	-	94.547	-	-
EPC – Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	-	24.640	-	-
MCME - Media Capital Música e Entretenimento, S.A. ("MCME")	-	16.733	-	-
CASADA CRIAÇÃO – Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASADA CRIAÇÃO")	-	15.243	-	-
IOL NEGÓCIOS - Serviços de Internet, S.A. ("IOL Negócios")	-	1.230	1.169	48.649
MCR II - Media Capital Rádios, S.A. ("MCR II")	-	-	-	364.169
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	-	-	-	132.353
R. CIDADE – Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	-	-	-	124.341
Rádio XXI, Lda. ("XXI")	-	-	-	68.404
CLMC – Multimedia, S.A. ("CLMC")	-	-	-	26.150
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	-	-	-	16.917
	<u>343.307</u>	<u>16.024.560</u>	<u>183.433</u>	<u>3.179.485</u>
Outras empresas:				
Promotora General de Revistas, S.A.	255	86.368	-	-
Ediciones EL Pais SL	-	298	-	-
PRISA TELEVISIÓN, S.A.U.	-	-	89.097	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	625	-
	<u>255</u>	<u>86.666</u>	<u>89.722</u>	<u>-</u>
	<u>348.077</u>	<u>16.235.027</u>	<u>2.953.667</u>	<u>8.947.900</u>

(a) Até 1 de novembro de 2013 designada por Media Capital – Editora Multimédia, S.A..

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as contas a receber registadas na rubrica “Clientes e outras contas a receber”, resultam da faturação emitida (*Management Fees*) pela Empresa no âmbito da sua atividade de prestadora de serviços de gestão de participações sociais.

A diminuição dos montantes apresentados em outros ativos e passivos correntes, excluindo as contas a receber da Meglo, decorrem, essencialmente, do apuramento de Imposto sobre o Rendimento no âmbito do RETGS (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as contas a receber da Meglo resultam do suporte financeiro à atividade da participada e são exigíveis no curto prazo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, aquelas contas a receber incluem um montante de 1.228.517 Euros, os quais respeitam a dividendos atribuídos em 2012, à Empresa pela sua participada e que foram liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 11). A variação respeita à referida liquidação de dividendos e ao pagamento de parte significativa daquele financiamento no decurso de 2013.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou o montante de 11.315.000 Euros, referente aos empréstimos concedidos pela Vertix, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, nos montantes de 5.868.000 Euros e 5.460.000 Euros, os quais venciam juros a taxas normais de mercado para operações similares.

Transações com partes relacionadas:

	2013				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros (Nota 7)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 5)	Gastos financeiros (Nota 7)
Empresa-mãe de topo:					
Prisa	-	-	-	964.989	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	-	7.788	-	-	93.070
	-	7.788	-	964.989	93.070
Empresas participadas:					
TVI	3.782.188	133.140	-	-	-
PLURAL	1.037.164	24.072	-	6.782	-
COMERCIAL	381.407	70.932	-	-	-
MCP	199.861	-	-	-	-
PLURAL España	174.960	-	-	40.608	-
FAROL	126.149	11.976	-	-	-
DIGITAL	108.886	9.816	-	11.628	-
Publipartner	19	-	-	-	-
IOL Negócios	-	12.036	-	11.400	-
Meglo	-	-	96.070	-	-
MCS SERVIÇOS	-	-	-	898.819	-
	5.810.634	261.972	96.070	969.237	-
Outras empresas:					
Promotora General de Revistas, S.A.	-	29.304	-	-	-
PRISA TELEVISIÓN, S.A.U.	-	-	-	-	-
Santillana Editores, S.A.	-	-	-	258	-
	-	29.304	-	258	-
	5.810.634	299.064	96.070	1.934.484	93.070

	2012				
	Prestações de serviços	Outros Rendimentos operacionais	Rendimentos financeiros (Nota 7)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 5)	Gastos financeiros (Nota 7)
Empresa-mãe de topo:					
Prisa	-	-	-	957.419	-
Empresa-mãe:					
VERTIX	-	7.788	-	-	191.330
	-	7.788	-	957.419	191.330
Empresas participadas:					
TVI	2.865.728	126.948	-	-	-
PLURAL	811.621	60.204	-	855	-
PLURAL España	477.096	-	-	-	-
COMERCIAL	274.910	33.637	-	-	-
MCP	245.740	-	-	-	-
DIGITAL	93.581	42.900	-	11.628	-
FAROL	81.278	36.408	-	22	-
Publipartner	6.810	3.048	-	-	-
CLMC	(446)	-	-	-	-
MCS SERVIÇOS	-	26.712	-	824.661	-
IOL Negócios	-	12.000	-	21.250	-
Meglo	-	-	306.742	-	-
	4.856.318	341.857	306.742	858.416	-
Outras empresas:					
Promotora General de Revistas, S.A.	-	32.390	-	-	-
PRISA TELEVISIÓN, S.A.U.	-	-	-	81.728	-
	-	32.390	-	81.728	-
	4.856.318	382.035	306.742	1.897.563	191.330

20. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS CHAVE DA EMPRESA

Os membros chave da Empresa e das suas subsidiárias são os membros do Conselho de Administração, sendo que as remunerações auferidas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram de 1.443.543 Euros (1.796.114 Euros em 2012).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as remunerações referidas dividem-se em remunerações fixas de 1.025.251 Euros e remunerações variáveis de 418.292 Euros (1.684.022 Euros e 112.092 Euros, respetivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

A totalidade das remunerações auferidas pelos membros chave da Empresa e suas subsidiárias corresponde a benefícios de curto prazo. As remunerações dos referidos membros chave são determinadas pela Comissão de Remunerações da Empresa, tendo em consideração parâmetros relativos à performance individual.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros são conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros (Notas 12 e 13)	7.912.948	16.595.027
Caixa e seus equivalentes (Nota 14)	68.189	39.474
	<u>7.981.137</u>	<u>16.634.501</u>
 <u>Passivos financeiros:</u>		
Contas a pagar a terceiros (Notas 8,16 e 17)	<u>9.222.026</u>	<u>19.204.395</u>

O principal risco financeiro a que a Grupo Media Capital se encontra exposta refere-se, essencialmente, ao risco de crédito. Este risco está, essencialmente, relacionado com as contas a receber de partes relacionadas resultantes das operações de gestão faturadas às diversas empresas do Grupo, bem como do apuramento do imposto sobre o rendimento do Grupo, o qual procura ser minorado pela política de pagamentos instituída para este tipo de montante. Este risco é monitorizado numa base regular pela Empresa com o objetivo de:

- Garantir o cumprimento da política de pagamentos definida;
- Analisar a condição financeira das partes relacionadas numa base regular.

22. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram faturados pelo Revisor Oficial de Contas 146.090 Euros, que se detalham conforme segue:

Revisão legal das contas	21.500
Consultoria fiscal	99.340
Outros serviços de garantia de fiabilidade	25.250
	<u>146.090</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Grupo Media Capital, SGPS, S.A. e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de 334.615.577 Euros e capital próprio de 128.528.605 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 13.683.455 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos integrais, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus rendimentos integrais consolidados, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou os seus rendimentos integrais.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método de equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Grupo Media Capital, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado e os rendimentos integrais consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 182.493.167 Euros e capital próprio de 173.271.141 Euros, incluindo um resultado líquido de 12.624.546 Euros, as demonstrações dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os rendimentos integrais das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou os seus rendimentos integrais.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Grupo Media Capital, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, os seus rendimentos integrais, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto nos IAS/IFRS e indicado na Nota 2.5, os investimentos financeiros em empresas do grupo são apresentados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, quando estas se verificarem. Assim, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação de activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos totais das empresas participadas directa ou indirectamente pela Empresa, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014



Relatório da Comissão de Auditoria

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

1 Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da sociedade Grupo Media Capital, SGPS, S.A. vem pelo presente apresentar aos Senhores Acionistas o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e, bem assim, dar o seu parecer sobre os Relatórios e Contas individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 bem como sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade à Assembleia Geral.

2 Fiscalização da Sociedade

Durante o exercício de 2013, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade das sociedades integradas no Grupo Media Capital, tendo zelado pela observância da lei e do respetivo contrato de sociedade, a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificado a regularidade dos registos contabilísticos, as políticas contabilísticas adotadas, fiscalizando o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como a informação periódica que foi divulgada ao mercado.

A Comissão de Auditoria, no âmbito da sua atividade, analisou e avaliou durante o ano de 2013, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e do sistema de controlo interno, conforme implementados pelo Conselho de Administração da Sociedade, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do governo societário.

A Comissão de Auditoria acompanhou diretamente a atividade desenvolvida pelos serviços de auditoria interna das sociedades integradas no Grupo Media Capital tendo recebido com periodicidade bimensal o reporte da informação e das conclusões alcançadas pelos serviços de auditoria interna no âmbito dos trabalhos realizados, cujo plano foi agendado e delimitado conjuntamente com a Comissão de Auditoria. Não foi detetado qualquer facto digno de relevo no âmbito da atividade das referidas sociedades.

Por considerar que os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos tal como implementados na Sociedade são os adequados aos riscos identificados e a que a Sociedade se encontra exposta, a Comissão de Auditoria não considerou necessário propor ajustamentos ou alterações aos sistemas já implementados.

A Comissão de Auditoria, no âmbito da sua atividade de fiscalização, não se deparou com quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade.

Para efeitos do desempenho das suas competências, nos termos da lei e do contrato de sociedade, os membros da Comissão de Auditoria participaram em todas as reuniões do Conselho de Administração, tendo, durante o exercício de 2013, aquela Comissão reunido cinco vezes.

A Comissão de Auditoria, enquanto principal interlocutor da empresa junto do auditor e destinatário dos relatórios emitidos, reuniu periodicamente com o Revisor Oficial de Contas no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria por ele efetuados e as conclusões atingidas, fiscalizando os trabalhos desenvolvidos e assegurando as adequadas condições para a prestação dos serviços. No exercício de 2013, e no exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria procedeu à avaliação do desempenho do Revisor Oficial de Contas, salvaguardando a necessária independência daquele órgão.



3 Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º n.º 1, c) aplicável por força do disposto no artigo 8.º n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008 (Deveres de Informação), os membros da Comissão de Auditoria declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

4 Parecer sobre os relatórios e contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração

A Comissão de Auditoria examinou as propostas do Conselho de Administração, a apresentar ao Senhores Acionistas, o Relatório de Gestão individual e consolidado e as demonstrações individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais incluem as demonstrações da posição financeira individual e consolidada, a demonstração consolidada dos resultados, as demonstrações individuais e consolidadas dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Adicionalmente, analisou as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria concorda com as Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria analisou ainda o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra em anexo ao Relatório de Gestão, verificando que foi preparado em cumprimento do disposto no Regulamento da CMVM n.º 4/2013 (Governo das Sociedades) conforme emanado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e inclui, entre outros, os elementos constantes do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Relatório de Gestão individual e consolidado em 31 de dezembro de 2013, bem como a proposta de aplicação dos resultados expressa no Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis pelo que recomenda a sua aprovação pelos Acionistas.

Queluz de Baixo, 19 de fevereiro de 2014

A Comissão de Auditoria,

Tirso Olazábal (Presidente)

Jaime Roque de Pinho D' Almeida

Javier Lazaro